

Universidade Federal de Santa Catarina

Transitividade Verbal: Contribuição para uma análise
lise casual

Tese submetida à Universidade Federal de Santa Catarina para a
obtenção de grau de MESTRE EM LETRAS - Opção Lingüística, por:

Maria Marta Laus Pereira Oliveira

Maio - 1978

Esta Tese foi julgada adequada para a obtenção de grau de Mestre em Letras - Opção Lingüística - e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação.

Maria Marta Furlanetto

Prof^a Maria Marta Furlanetto
Orientadora e Coordenadora do
Curso

Apresentada perante a Banca
Examinadora composta pelos
professores:

Terezinha Oening Michels
Prof^a. Terezinha Oening Michels

Maria Céli Beraldo Pazani
Maria Céli Beraldo Pazani

OFERECIMENTO

Ao meu marido

À minha mãe

AGRADECIMENTO

- Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFSC.
- Aos meus colegas de curso.
- A todos que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho.
- E muito especialmente à professora Maria Marta Furlanetto pelo interesse e dedicação com que me orientou durante toda a elaboração do trabalho.

S U M Á R I O

SÍMBOLOS USADOS NO TRABALHO	vii
RESUMO	ix
ABSTRACT	xi
RÉSUMÉ	xiii
INTRODUÇÃO	
1. Objeto	1
2. Objetivo	3
3. Aspectos Metodológicos	3
4. Organização	4
CAPÍTULO 1	
1.1. Contribuição da Gramática Tradicional	6
1.1.1. Termos essenciais da oração	8
1.1.2. Termos integrantes da oração	14
1.2. Comentário Crítico	19
1.2.1. Critérios para considerar um verbo como transitivo ou intransitivo	20
1.2.2. Critérios para classificação dos comple- mentos verbais	22
CAPÍTULO 2	
2.1. Contribuição de Linguistas Estruturalistas	30
2.1.1. Pierre Guiraud	31
2.1.2. Andreas Blikenberg	34
2.1.3. Gustave Guillaume	43
2.1.4. Bernard Pottier	55
2.2. Comentário Crítico	63
NOTAS DO CAPÍTULO 2	72
CAPÍTULO 3	
3.1. Contribuição da Gramática Gerativa Transformacio	

nal	73
3.1.1. Noam Chomsky	75
3.1.2. Charles Fillmore	79
3.2. Comentário Crítico	93
NOTAS DO CAPÍTULO 3	97

CAPÍTULO 4

4.1. Resumo do trabalho de McCoy	99
4.1.1. Os traços semânticos	100
4.1.2. Sintagmas nominais procedentes de senten- ças encaixadas	104
4.1.3. O caso Comitativo	106
4.1.4. Distribuição do Dativo em Dativo e Experi- mentador	107
4.1.5. Princípios para determinação de casos ...	109
4.1.6. Casos usados na classificação dos verbos.	110
4.1.7. Convenções usadas na elaboração dos qua- dros classificatórios	120
4.2. Análise dos dados obtidos	122
4.2.1. Verbos tradicionalmente marcados pela es- trutura NV, denominados intransitivos ...	122
4.2.2. Verbos tradicionalmente marcados pela es- trutura NVN, denominados transitivos dire- tos	127
4.2.3. Verbos tradicionalmente marcados pela es- trutura de NVN de N ou NVN a N, denomina- dos bitransitivos ou transitivos diretos e indiretos	134
4.2.4. Verbos tradicionalmente marcados pela es- trutura NV de N ou NV a N, denominadostran- sitivos indiretos	138
4.3. Comentário Crítico	139
CONCLUSÃO	146
SUGESTÕES	150
APÊNDICE 1	154
APÊNDICE 2	157
BIBLIOGRAFIA	181

SÍMBOLOS USADOS NO TRABALHO

*	Sinal de agramaticalidade da frase
?	Antes da frase significa que ela é pouco aceitável
(X)	O elemento X é opcional
I X I	O elemento X é um esquema casual
//X//	O elemento X é um traço casual
//+X//	Sendo X um traço casual, tal traço é positivo
//-X//	Sendo X um traço casual, tal traço é negativo
X (+)	Sendo X um caso, sua seleção para sujeito ou objeto ocorre em frases passivas
X (-)	Sendo X um caso, sua seleção para sujeito ou objeto ocorre em frases ativas
X → Y	X se reescreve como Y
X . Y	X mais Y
X + Y	X mais Y
$\left\{ \begin{array}{l} X \\ Y \end{array} \right\}$	Ou X ou Y
A	Caso Agentivo
C	Caso Causativo
X _{Co}	Sendo X um caso, tal caso é um dos elementos de um par comitativo
Cont	Caso do Conteúdo
D	Caso Dativo
Det	Determinante
E	Caso Experimentador
F	Frase (nas regras transformacionais e diagramas) Caso Factitivo (nos esquemas casuais)
I	Caso Instrumental

K	Marcador de caso
L _a	Caso Locativo-alvo
L _{abr}	Caso Locativo de abrangência
L _e	Caso Locativo de extensão
L _i	Caso Locativo-itinerário
M	Caso do Material
	Modalidade (nos diagramas de estruturas de frases)
X _n	Sendo X um caso, tal caso é preenchido por um nome
O	Caso Objetivo
P	Caso do Propósito
Prep	Preposição
R	Regra
X _S	Sendo X um caso, tal caso é preenchido por uma sentença
SN	Sintagma Nominal
so	Seleção de objeto
ss	Seleção de sujeito
X _{S_s}	Sendo X um caso, tal caso é preenchido por uma sentença no subjuntivo
SV	Sintagma Verbal
V	Verbo
X _v	Sendo X um caso, tal caso é preenchido por um verbo em forma não-finita.

R E S U M O

O problema da transitividade verbal tem sido analisado sob diferentes enfoques.

O objetivo deste trabalho é determinar, entre algumas destas abordagens, a mais clara, coerente e abrangente.

Ele compõem-se de introdução, quatro capítulos, conclusão e dois apêndices.

O primeiro e o segundo capítulos mostram respectivamente a posição de alguns gramáticos tradicionais, e de alguns lingüistas estruturalistas. Estas análises são seguidas de comentário crítico.

Nestes comentários evidencia-se que a maior fonte das dificuldades encontradas pelos autores tradicionais e estruturalistas é o fato de não fazerem distinção entre as estruturas profundas e as estruturas de superfície da língua. Eles também não fazem distinção entre critérios formais (próprios da estrutura de superfície) e critérios semânticos (próprios da estrutura profunda) ao definir funções como "sujeito" e "objeto" de um verbo.

O terceiro capítulo apresenta a posição da teoria da Gramática Gerativa Transformacional e da teoria da Gramática Casual, seguidas de comentário crítico, fazendo-se a opção pela teoria da Gramática Casual, proposta por Charles Fillmore, como a que melhor aborda o problema.

Para justificar esta opção, são classificados 52 verbos do Português, seguindo-se os princípios teóricos básicos da Gramática Casual. Tal classificação está integralmente contida nos apêndices.

O quarto capítulo expõe detalhadamente a teoria que serve de base para a classificação

dos verbos e analisa os dados obtidos.

Apesar de suas limitações, tal abordagem mostra-se satisfatória em vários aspectos: faz distinção entre os dois níveis da língua; critérios semânticos são empregados no nível profundo e critérios formais no nível superficial; e pode ser aplicada a verbos de qualquer língua porque os casos são noções de validade universal.

A B S T R A C T

The verbal transitivity has been approached from several different aspects.

The present work aims at detaching, among these aspects, the clearest, most coherent and embracing one. The body is divided into: introduction, four chapters, conclusion and two appendixes.

The first and second chapters show the point of view of some traditional grammarians and of some structural linguists, respectively, followed by a critical commentary.

With these comments we try to show that one of the biggest difficulties found by traditional authors and structuralists, as well, is their failure to distinguish between the deep and surface structures of a language. They also fail to detach the difference between the formal criteria (which are inherent in the surface) and semantic criteria (inherent in the deep structure) when they define functions as "subject" and "object" of a verb.

The third chapter presents the positioning of the theory of the Generative Transformational Grammar and the theory of the Case - Grammar proposed by Charles Fillmore, followed by a critical commentary in which there is an option for the Case-Grammar, which seems to best treat the problem.

To justify such a choice, a classification of 52 verbs of the Portuguese language was made, according to the theoretical principles of the Case-Grammar. Such classification is shown in the appendixes.

The fourth chapter exposes in full detail the theory which was the basis for the

classification of verbs and analyses the obtained data.

Despite the limitations of such an analysis the result was rather satisfactory in several aspects: it distinguishes between the two levels of language; semantic criteria are employed in the deep structure and formal criteria in the surface structure; this analysis can be applied to verbs of any language since the cases are universal.

R É S U M É

Le problème de la transitivité verbale a été analysé sous différents points de vue.

Le but de ce travail est d'un déterminer l'abordage le plus clair, le plus cohérent et le plus général. Il comprend: une introduction, quatre chapitres, une conclusion et deux appendices.

Le premier et le deuxième chapitres montrent respectivement, le point de vue de quelques grammairiens traditionnels et de quelques linguistes structuralistes. Ces analyses sont suivies de commentaires critiques.

D'après ces commentaires on voit que la source principale des difficultés trouvées par les auteurs traditionnels et structuralistes consiste dans le fait qu'ils ne font pas de distinction entre les structures profondes et les structures de surface de la langue. Ils ne font non plus de distinction entre les critères formels (propres à la structure de surface) et les critères sémantiques (propres à la structure profonde) quand ils définissent des fonctions comme "sujet" et "objet" d'un verbe.

Le troisième chapitre présente le point de vue de la théorie de la Grammaire Générative Transformationnelle et de la théorie de la Grammaire Casuelle, suivis d'un commentaires critique où l'on fait l'option pour la théorie de la Grammaire Casuelle, proposée par Charles Fillmore, comme celle qui traite le mieux le problème.

Pour justifier cette option, on classe 52 verbes portugais, suivant les principes théoriques de la Grammaire Casuelle. Cette classification est intégralement présentée dans les appendices.

Le quatrième chapitre présente en détails la théorie sur laquelle s'est appuyée la classification des verbes, et fait l'analyse des données obtenues.

Malgré ses limitations cet abordage se montre satisfaisant sous plusieurs aspects: on fait la distinction entre les deux niveaux de langue; des critères sémantiques sont employés au niveau profond et des critères formels au niveau superficiel; enfin, cet abordage peut être appliqué aux verbes de n'importe quelle langue, parce que les cas sont des notions de validité universelle.

I N T R O D U Ç Ã O

1. OBJETO

O objeto deste trabalho é o problema da transitividade verbal. A análise de tal problema tem sido feita sob diferentes enfoques e em todos eles tem-se sentido dificuldades na determinação dos conceitos de noções básicas do problema, como "transitivo" e "intransitivo" e das funções "sujeito" e "objeto".

Esta dificuldade tem sido percebida e comentada por vários autores; entre eles citamos Bonnard (1974), Lagane (1969), Gross (1969).

Bonnard (1974), referindo-se aos vários critérios empregados para a determinação da noção de objeto, propostos por gramáticos, linguistas estruturalistas e transformacionalistas, se pergunta se a multiplicidade de tais critérios e as falhas de muitos deles nos devem levar a uma rejeição desta velha noção. Ele propõe uma definição do objeto, baseada em traços formais (lugar na frase, ausência da preposição, pergunta o quê?, impossibilidade de certas substituições (adjetivo) ou transformações (anteposição ao verbo)), complementada por uma interpretação semântica. Tal interpretação considera como objeto o complemento do verbo, cuja relação da qual ele é o termo é expressa integralmente no verbo, às vezes acompanhado por uma preposição que não pode ser substituída e que é considerada como um elemento distinto do seu radical. Seguindo os exemplos do autor, teríamos:

"objetos de lugar":

Deixo Moulins e chego em Paris.

"objetos de tempo":

A primavera sucede ao inverno.

"objetos de causa":

Felicidade lamenta seu periquito.

"objetos de meio":

Eu utilizo minha caneta.

"objetos de fim":

Eu quero vencer.

"objetos de criação":

Faço um desenho.

"objetos de posse":

Tenho dois carros.

Acreditamos que Bonnard apresentou uma sugestão válida, porque dá uma abertura maior na interpretação da noção de objeto, mas que peca por não fazer distinção entre: função objeto em estrutura superficial, a que poderia ser marcada por critérios formais; e as várias interpretações (sugeridas já nos seus exemplos) que tal função pode receber na estrutura profunda da língua.

Lagane (1969) chega mais perto desta distinção, que acreditamos ser a fonte de tantas controvérsias sobre as definições das funções "sujeito" e "objeto", e após analisar o problema conclui que, provavelmente, os verdadeiros critérios para o estabelecimento de tais noções estejam no nosso inconsciente.

Gross (1969) também analisa as noções de "transitivo" e "objeto direto" e conclui dizendo que elas são completamente inúteis para as descrições gramaticais, porque não correspondem a nenhum fenômeno lingüístico preciso. Além de inúteis, considera-as prejudiciais para as descrições e o ensino das línguas, pelo fato de terem sido levadas em conta por grande parte dos lingüistas e

gramáticos.

2. OBJETIVO

O objetivo deste trabalho é dar uma contribuição ao estudo do problema da transitividade verbal no sentido de determinar, entre as muitas abordagens que têm sido feitas, a mais clara, coerente e abrangente.

Clara, no sentido de que, fazendo distinção entre os níveis superficial e profundo da língua, evidencie a sua interdependência e possa ser compreendida e aplicada, não só por lingüistas, mas por professores e alunos interessados em estudos lingüísticos.

Coerente, no sentido de que tenha lógica nas suas noções e conceitos básicos, fazendo uso de critérios adequados ao nível da língua que se está abordando.

Abrangente, no sentido de que possa ser aplicada ao estudo não só de dados do português, mas de qualquer língua, isto é, que tenha universalidade.

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para atingirmos o objetivo proposto acima, isto é, de terminar a abordagem que melhor explica o problema da transitividade verbal, faremos uso dos seguintes procedimentos:

- apresentação da posição de alguns autores de determinada teoria;

- comentário crítico das contribuições destes autores;
- aplicação dos princípios teóricos, da abordagem indicada como a melhor, a dados do português, no sentido de justificar a opção.

4. ORGANIZAÇÃO

A presente dissertação é composta desta introdução, de 4 capítulos, conclusão e de dois apêndices. No capítulo 1 apresentamos a contribuição da Gramática Tradicional representada por alguns gramáticos de renome. São eles: Celso Pedro Luft, Joaquim Mattoso Câmara Jr, Manoel de Saíd Ali, Gladstone Chaves de Melo, José Rebouças Macambira, Celso Ferreira da Cunha, Evanildo Bechara, Carlos Henrique da Rocha Lima e Leodegário de Azevedo Filho. No item 2 deste capítulo fazemos um comentário crítico das contribuições apresentadas.

No capítulo 2, apresentamos a contribuição da Gramática Estruturalista representada por quatro linguístas: Pierre Guiraud, Andreas Blinkenberg, Gustave Guillaume e Bernard Pottier. Ressaltamos que tais autores estão agrupados sob a mesma designação, não por identidade de princípios, mas pelo fato de serem cronologicamente anteriores ou não adotarem os princípios da Gramática Gerativa Transformacional; tais contribuições são também seguidas de um comentário crítico.

No capítulo 3 apresentamos a posição da Teoria da Gramática Gerativa Transformacional. Tal posição é representada em seus conceitos básicos por Noam Chomsky e em seguida por Charles J. Fillmore. Este autor, assim como outros contemporâneos seus,

se preocuparam em dar maior ênfase ao componente semântico da Grática Gerativa Transformacional, sendo conhecidos por isso como "gerativistas". A contribuição destes autores é seguida de comentário crítico onde optamos pela última abordagem: a da "semântica gerativa", como a que parece apresentar melhores condições para a explicação da transitividade dos verbos.

No último capítulo apresentamos o resumo dos princípios teóricos básicos utilizados para classificação de cinquenta e dois verbos do português, constantes nos apêndices. Tal classificação teve como base o trabalho de McCoy onde foi classificado um bom número de verbos do espanhol. Após resumo dos princípios teóricos empregados fazemos uma análise dos dados obtidos na classificação, seguindo-se um comentário crítico sobre este tipo de análise.

Finalmente apresentamos nossas conclusões e algumas sugestões de possíveis aplicações do tipo de análise feita.

Seguem-se os apêndices 1, com a listagem dos verbos analisados, apresentados em ordem alfabética na respectiva classe a que pertencem e o apêndice 2, com a classificação de cada verbo .

C A P Í T U L O 1

Neste primeiro capítulo apresentaremos o posicionamento de alguns gramáticos brasileiros na abordagem do problema da transitividade dos verbos. Pretendemos com esta apresentação situar o assunto que estamos abordando, suas noções elementares e seus conceitos básicos, da forma como são encarados pela gramática tradicional.

Foi a partir da situação que será apresentada no item 1.1. que nos sentimos motivados em ir mais além, na tentativa de aclarar um pouco alguns dos muitos pontos obscuros deste assunto, os quais apontamos e comentamos no item 1.2.

1.1. Contribuição da Gramática Tradicional

Segundo o Novo Dicionário Aurélio de Aurélio Buarque de Hollanda (1975), transitividade é "qualidade ou estado de transitivo" e transitivo, do "latim transitivu, é o que transita ou faz transitar".

LUFT (1976, p. 33) nos explica que o nome transitivo, saído do latim "transire", que significa "passar", era dado aos verbos de predicação incompleta porque tinham a condição de poder "passar" para a voz passiva com o seu objeto (causativo) transformado em sujeito (nominativo). Os "intransitivos" eram os que não permitiam tal "transição" ou "passagem". Como atualmente são os

verbos conceituados como transitivos diretos podem ser apassivados, esta definição etimológica não serve mais. Alguns autores interpretam como "transitivo" o verbo cuja ação passa direta ou indiretamente a um complemento. Segundo LUFT, isto é uma "etimologia adaptada".

É realmente esta última a posição mais difundida entre os autores atuais no que se refere à explicação etimológica do termo "transitivo". MATTOSO CÂMARA (1974) diz que vem do latim: "transit" e significa que a ação "vai além" e alcança um objeto. SAID ALI (1964) explica que o vocábulo é derivado do latim transire e classifica os verbos que se caracterizam por exprimirem atos que dimanam de um ser (agente) e são recebidos por outro ser (paciente); acrescenta, contudo, que não podemos definir com tal critério todos os verbos transitivos.

Apresentaremos a seguir um quadro geral da posição de alguns dos nossos mais conceituados gramáticos, já citados na introdução do presente trabalho.

O fenômeno da transitividade tem seu campo de ação na frase. A frase é reconhecida pela unidade de sentido que encerra; ela deve ter um sentido completo. Uma mesma frase pode conter uma ou mais orações, que correspondem a uma ou mais formas verbais (claras ou ocultas) que se apresentarem na frase.

A oração, por sua vez, tem suas subdivisões em termos. A Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) classifica-os em três tipos:

- essenciais: os termos fundamentais da estrutura oracional;
- integrantes: os termos que completam o sentido básico;
- acessórios: os termos que anexam dados secundários

aos nomes e verbos.

Prender-nos-emos de forma especial aos termos essenciais e aos integrantes.

1.1.1. Termos Essenciais da Oração

Como termos essenciais da oração, são unanimemente considerados o sujeito e o predicado. Normalmente o núcleo do sujeito é um substantivo ou palavra que no momento esteja funcionando como tal. Para alguns autores, entre eles Mattoso Câmara (1964, p.331), o ponto de partida da enunciação linguística constituída pela oração é o sujeito; para outros, entre eles Melo (1970), o sujeito é o ser de quem se diz alguma coisa, dando a entender que aquilo que se diz, ou seja, o que é expresso no predicado, tem posição primordial.

Em contraposição, o predicado é definido como: aquilo que se afirma do sujeito.

Segundo Macambira (1974), sempre que falamos em predicação devemos ter em mente que sua significação etimológica é "afirmação".

Podemos facilmente perceber a íntima relação que existe entre o sujeito e o predicado na oração; o resultado desta relação é a predicação verbal.

No predicado há sempre um verbo em forma finita, esteja ele claro ou subentendido; ele é o elemento essencial do predicado e pode ser classificado, segundo sua predicação, de diversas maneiras. Algumas classificações - a maior parte delas - dão ênfase

especial ao aspecto semântico, outras enfatizam também o aspecto funcional, mas em todas elas os dois são considerados.

Atualmente, a maioria dos nossos gramáticos tem seus critérios calcados nas normas propostas pela NGB, com algumas raras observações, acrescentando itens ou discutindo tais normas. Said Ali (1964), por não estar enquadrado no contexto atual, tem uma posição bem mais autêntica ao classificar os verbos. Ele aborda os dois aspectos citados acima, isto é, considera a significação dos verbos e o papel que exercem na oração. Divide-os em Nacionais e Relacionais. Verbo Nacional é o verbo empregado com função predicativa. Exemplos do autor (p. 93):

- (1) A criança chora
- (2) Eu bebo água e tu bebes vinho

Verbo relacional é o que se combina com um adjetivo ou com uma forma finita de verbo nocional para constituir o predicado. Exemplos do autor (p. 93):

- (3) As flores são cheirosas
- (4) Todas as frutas foram colhidas
- (5) A criança está chorando

Sempre que o verbo relacional aparecer combinado com infinitivo, gerúndio ou particípio deve ser considerado também como verbo auxiliar.

Said Ali subdivide os verbos nocionais em transitivos e intransitivos e aqui está um ponto em que diverge bastante dos autores atuais. Segundo Said Ali, verbo transitivo é aquele que tem seu sentido completado por um substantivo que pode ser substituído por uma das formas pronominais: o, a, os, as. Verbo intransitivo é o que não necessita de outro termo que lhe complete o senti-

do, como "viver, morrer, andar" e também aquele cujo sentido se completa com substantivo regido sempre de preposição. Se a preposição for a, este poderá ser substituído pelas formas pronominais lhe ou lhes.

Apresentaremos agora o posicionamento dos outros autores consultados: Macambira (1974), Cunha (1971/75), Bechara (1973), Rocha Lima (1973) e Luft (1963/76). Faremos, sempre que oportuno, observações sobre os pontos de vista não coincidentes.

Em princípio, os verbos são divididos em dois grandes grupos: os de ligação (ou copulativos) e os significativos (ou transitivos e intransitivos). Macambira divide os significativos em verbos de predicação completa, isto é, quando não exigem complemento, e verbos de predicação incompleta, quando o exigem. Os verbos de ligação funcionam como elo entre o sujeito e o seu predicativo, não acrescentam idéia nova ao sujeito. No entanto, Bechara demonstra que o verbo de ligação não é apenas um conectivo vazio de sentido. Pelo menos, é isto que concluimos, quando ele cita exemplos para mostrar que o verbo de ligação pode dar nuances variadas ao estado, qualidade ou condição que se apresenta do sujeito.

Os exemplos que citaremos a seguir são do próprio autor à página 203. Ele diz que o estado, qualidade ou condição pode ser:

a. permanente:

(6) O aluno é trabalhador.

(7) Os vizinhos vivem preocupados.

b. passageiro:

(8) A rua está deserta.

(9) A prima anda doente.

(10) Pedro acha-se ocupado.

- (11) O professor encontra-se triste.
- c. mudança de estado:
- (12) Todos ficaram adoentados.
- (13) Maria tornou-se estudiosa.
- (14) Elas acabaram cansadas.
- (15) Pedro caiu doente.
- d. continuidade de estado:
- (16) Nós continuamos livres.
- (17) Maria permanece satisfeita.
- e. aparência:
- (18) A mestra parecia zangada. (= parecia estar)
- (19) A roupa parece velha. (= parece estar)

Verbos significativos são os que trazem uma idéia nova ao sujeito; podem ser intransitivos e transitivos. Cunha (1971, p. 94) numa observação, faz a seguinte ressalva seguida de exemplos:

"Como há verbos que se empregam ora como copulativos, ora como significativos, convém atentar sempre no valor que apresentam em determinado texto a fim de classificá-los com acerto. Comparem-se, por exemplo, estas frases:

- (20) Estavas triste. (21) Estavas em casa.
- (22) Andei muito preocupado. (23) Andei muito hoje.
- (24) Fiquei pesaroso. (25) Fiquei no meu posto.
- (26) Continuamos silenciosos. (27) Continuamos a marcha.

Nas primeiras, os verbos estar, andar, ficar e continuar são verbos de ligação, nas segundas, verbos significativos".

Entende-se por "primeiras" as frases (20), (22), (24) e (26) e por "segundas" as frases (21), (23), (25) e (27).

O verbo intransitivo é um verbo de predicação completa, a ação está integralmente contida na forma verbal, não transita para além do verbo, porque não precisa de complemento para integrar o seu sentido. São verbos como: andar, correr, morrer, viver, etc...

O verbo transitivo, como diz o próprio nome, é um verbo onde o processo verbal não está totalmente contido no verbo, transita para outro elemento que vem completar-lhe o sentido; é portanto um verbo de predicação incompleta. São verbos como: comer, beber, dizer, dar, etc...

Os verbos transitivos são ainda subdivididos em: transitivos diretos, transitivos indiretos e transitivos diretos e indiretos ao mesmo tempo (ou bitransitivos).

Transitivos diretos são os verbos que se ligam diretamente ao elemento que lhes completa o sentido; não necessitam de preposição. Os que necessitam de preposição para fazer tal ligação, chamam-se transitivos indiretos. Transitivos diretos e indiretos são os que são seguidos por um complemento sem preposição e, ao mesmo tempo, por um complemento com preposição; daí a denominação de "bitransitivos".

Após classificar os verbos, Macambira, Cunha, Bechara, Luft, fazem a mesma ressalva: para classificar um verbo segundo a sua transitividade, é preciso considerá-lo num texto, pois sua classificação depende da situação em que se acha empregado na oração. É mais conveniente falarmos de emprego transitivo ou intransitivo de certo verbo ao invés de falarmos em verbos transitivos e intransitivos.

Luft (1976, p. 37) apresenta alguns casos de variações

da transitividade no discurso, tais como:

- a. Verbos transitivos que podem ser usados intransitivamente por omissão do objeto. Ex.:

(28) Ele não come nem bebe.

O autor considera que nestes casos temos um "objeto indeterminado" à semelhança do "sujeito indeterminado".

- b. Verbos intransitivos que podem ser usados transitivamente, quando lhes é anexado um substantivo com raiz ou traço semântico comum. Ex.:

(29) Viver uma vida pacata.

Outros autores, como Lima (1973) e Bechara (1973), dão a este tipo de objeto o nome de "objeto direto interno".

- c. Verbos intransitivos que podem receber objeto indireto, em geral o objeto indireto de interesse. Ex.:

(30) Sobreveio-lhe uma doença.

- d. O fato de o verbo poder apresentar regências variadas, às vezes permanecendo com o mesmo sentido e às vezes mudando de sentido conforme a regência.

Exemplos (permanecendo com o mesmo sentido):

(31) Renunciar a um cargo.

(32) Renunciar um cargo.

Exemplos (mudando o sentido):

(33) Aspirar um perfume.

(34) Aspirar a um cargo.

Estas observações de Luft parecem vir confirmar a ressalva, anteriormente apresentada, feita por vários autores, de que o verbo só pode ser classificado dentro da frase, num determi

contexto.

1.1.2. Termos Integrantes da Oração

O termo integrante tem como função integrar e completar a significação de um verbo ou de um nome. São: o complemento nominal e os complementos verbais.

Interessa-nos de perto o problema dos complementos verbais, uma vez que estão diretamente envolvidos com a transitividade verbal. A NGB classifica-os em:

- objeto direto: complemento verbal, que, em geral, não é precedido de preposição;
- objeto indireto: complemento verbal preposicionado;
- agente da passiva.

Tal classificação é por demais simplista e engloba num mesmo item casos bem distintos. Por isso, os autores que seguem a orientação da NGB são obrigados a colocar em termos de observações casos como:

- objeto direto preposicionado;
- objeto direto interno;
- complemento adverbial, que é considerado como adjunto adverbial pela NGB;
- complemento relativo.

A classificação feita por Rocha Lima (1973) parece ser a mais abrangente. Ele considera como complementos verbais: o objeto direto, o objeto indireto, o complemento relativo e o complemento circunstancial; e analisa-os segundo sua função e seu significado na frase.

Na verdade, as definições propostas pelos vários autores para tais complementos são circulares e pouco esclarecedoras.

Começemos pela definição dada para o chamado objeto direto. A definição mais geral é a que o considera um termo que completa o sentido de um verbo transitivo e normalmente não vem precedido de preposição, embora essa possa ocorrer em alguns casos.

Macambira (1974, p. 223/224) apresenta três definições e opta pela terceira, mas na verdade esta também não nos leva muito longe no sentido de chegar a uma conceituação satisfatória. Pela primeira definição apresentada por este autor, o objeto direto é o termo sobre o qual recai a significação do verbo. Ele critica esta definição por não ser ela aplicável a todos os casos. Assim, em:

(35) Paulo açoitou João

a significação recai no objeto, mas em:

(36) O moleque levou uma surra

a significação de "levar" não recai no objeto e sim no sujeito "o moleque".

Segundo ele, esta definição é falha porque tem bases semânticas e o objeto direto não é semanticamente definível.

A segunda definição apresentada diz que o objeto direto é o termo que completa a significação do verbo transitivo chamado direto, porque o substantivo que realiza a função de objeto não vem regido de preposição. Segundo o autor, esta definição só é boa para quem não tem dúvidas sobre a predicação do verbo, o que, considerando a complexidade do problema da transitividade verbal, é bastante difícil.

A terceira definição, que é aceita por Macambira, apresenta o objeto direto como o termo que esclarece o que se deseja

saber do sintagma sujeito-predicado. Contudo, esta também é uma de finição com base semântica.

A maioria dos autores adota a primeira das definições discutidas por Macambira. Said Ali dá uma abertura maior, acrescentando que o objeto direto exprime também o produto da ação e o ponto para onde se dirige um sentimento, sem que o objeto seja forçosamente afetado por esse sentimento. Lima segue os passos de Said Ali acrescentando, ainda, que o objeto direto expressa também o conteúdo de uma ação.

Já foi dito que em alguns casos o objeto direto pode vir precedido de preposição. Há casos em que ela é facultativa, há outros em que é obrigatória.

Certos verbos intransitivos ocorrem seguidos de complementos, de tal forma que são empregados como se fossem verbos transitivos diretos. Tal complemento reflete a idéia já contida no verbo, mesmo quando não tem o mesmo radical. Este emprego só é possível se o complemento estiver seguido de um adjunto. Por exemplo:

(37) Dormir o sono da eternidade.

(38) Dançar danças modernas.

Na definição do objeto indireto, alguns autores consideram apenas o aspecto sintático, entre eles: Bechara (1973), Luft (1976) e Macambira (1974). Definem o objeto indireto como o complemento que se liga ao verbo transitivo indireto sempre por meio de uma preposição. Tais preposições são geralmente vazias de significado e servem apenas de elo sintático entre o objeto e o predicado. São elas; a, de, em, para, como, por; sendo que as três primeiras são as mais vazias de significação.

Said Ali (1964) apresenta uma classificação de objeto in

direto bastante *sui generis*, diferente dos outros autores, apenas semelhante à de Rocha Lima, que, pelo visto, seguiu sua orientação com algumas adaptações. Said Ali (1964, p. 164/165), apresenta dois tipos de objeto indireto:

a. o complemento preposicionado que acompanha o verbo in transitivo relativo; este verbo não dispensa um complemento, embora não tenha as características do verbo transitivo, que pela definição de Said Ali é o verbo seguido de objeto direto. Este complemento é também chamado de complemento circunstancial, por sua semelhança com as circunstâncias expressas pelos advérbios. Exemplos do autor:

(40) Depender de alguma coisa.

(41) Precisar de alguém.

b. o complemento de verbos transitivos, que além do objeto direto requerem outro substantivo que designa o ente a quem a ação se destina; é também chamado de objeto dativo e pode ser substituído por lhe ou lhes. Exemplos do autor:

(42) Restituir o filho à mãe.

(43) Entregar o prisioneiro ao general.

Para a maioria dos autores, estes dois tipos de complementos são classificados simplesmente como objetos indiretos. Apenas Rocha Lima (1973) faz uma distinção entre o que ele chama de objeto indireto e complemento relativo. Segundo ele:

- o complemento relativo não representa a pessoa ou a coisa a que a ação se destina ou em cujo proveito ou prejuízo ela se realiza, que são características do objeto indireto; o complemento relativo representa o ser

sobre o qual recai a ação;

- o complemento relativo, quando na terceira pessoa, não corresponde às formas pronominais átonas lhe ou lhes, como é o caso do objeto indireto; mas sim, às formas tônicas: ele, ela, eles, elas, precedidas de preposição.

Entre os vários tipos de complementos do verbo, ocorre ainda um tipo chamado de "complemento adverbial". É uma função muito discutida e não aceita por alguns autores. É frequentemente confundida com o adjunto adverbial, mas que difere fundamentalmente dele, pelo fato de ser o adjunto um termo acessório da frase e o complemento adverbial um termo integrante, necessário à complementação da idéia expressa pelo verbo.

Na sua Gramática Resumida, Luft (1963, p. 138) levanta o problema e apresenta alguns exemplos como:

morar (em X) - chegar (de X) - ir (para X)

Às vezes, tal complemento pode não vir precedido de preposição, dando a impressão de um objeto direto:

(44) A guerra durou (alguns anos)

(45) Pesar (um quilo)

(46) Valer (uma fortuna)

Bechara (1973) denomina tais verbos de transitivos adverbiais e considera como complemento a expressão adverbial que os segue. Luft (1976) classifica alguns destes complementos como complemento locativo ou complemento adverbial de lugar, pelo fato de expressarem uma idéia de lugar exigida por verbos como: ir, voltar etc.

Pode ocorrer na frase ainda um outro termo cuja função

sintática é de natureza completiva. É chamado de "agente da passiva" pela NGB, terminologia adotada pela maioria dos gramáticos.

O agente da passiva é o complemento de um verbo na voz passiva. É semanticamente definido como o termo que representa o ser que pratica a ação verbal na voz passiva. Em muitos casos o agente da passiva pode ser omitido, e há casos em que ele deve ser omitido, como na voz passiva pronominal.

Normalmente, só os verbos transitivos diretos podem ser apassivados. Ocorrem, porém, exceções nos dois sentidos: verbos transitivos diretos que não admitem tal transformação e alguns transitivos indiretos que podem ser apassivados.

Cunha (1975, p. 363) explica por que os verbos obedecer e perdoar (transitivos indiretos) aceitam a transformação passiva. Segundo ele, o verbo obedecer já foi transitivo direto em séculos anteriores e por isso conserva reminiscência de seu antigo regime. Por outro lado, o verbo perdoar pode ser construído com objeto direto indicando "coisa" e objeto indireto indicando "pessoa", podendo o sujeito da voz passiva corresponder ao objeto indireto da ativa.

1.2. Comentário Crítico

Antes do surgimento da Lingüística Estrutural, que significou uma intensificação do estudo dos aspectos formais da linguagem, grande parte dos estudos era feito com bases puramente semânticas.

Atualmente sabemos que sintaxe e semântica estão intima-

mente imbricadas, e um estudo que queira ser considerado completo terá que levar em conta estes dois aspectos.

Nos nossos gramáticos predominam ainda as definições com bases semânticas, embora um ou outro critério já seja formal (a pronominalização, a presença ou não da preposição, por exemplo).

Nesta 2^a parte do cap. I, faremos um levantamento dos critérios adotados pelos autores na 1^a parte.

Levantaremos, primeiramente, os critérios empregados para determinar se um verbo possui ou não "transitividade"; depois os critérios que diferenciam os objetos diretos de objetos indiretos; considerando como implicados neste item os chamados "complementos adverbiais" e "complementos relativos".

A maioria dos autores faz uma primeira grande divisão: os verbos em geral se dividem em "verbos significativos" (ou nocionais) e "verbos de ligação" (ou relacionais ou copulativos). São considerados transitivos ou intransitivos os verbos tidos como significativos (ou nocionais), os outros não são sujeitos a possuir transitividade.

Muitas vezes a diferença entre um verbo significativo e um verbo copulativo não é fácil de ser estabelecida, e segundo alguns autores, por exemplo Cunha (1971, p. 94), certos verbos podem ser uma coisa ou outra, dependendo do contexto.

1.2.1. Critérios para considerar um verbo como transitivo ou intransitivo.

Em princípio, os critérios adotados para considerar um

verbo como transitivo ou intransitivo são os seguintes:

Verbos Intransitivos

1. Não são seguidos de complemento;
2. O sentido do verbo está todo concentrado na forma verbal.

Exemplos de verbos intransitivos: andar/correr/dormir/morrer/nascer/chegar/sair/entrar/etc.

Verbos Transitivos

1. São seguidos de complemento;
2. O seu sentido é completado pelo complemento porque o processo verbal não está totalmente contido no verbo.

Exemplos de verbos transitivos: comer/dar/falar/dizer/escrever/ler/beber/etc.

No entanto, há verbos tidos como intransitivos que ocorrem seguidos de complementos em tais contextos que ficariam incompletos se fossem empregados sem eles.

Isto ocorre quando o complemento reflete a idéia contida no verbo e é seguido de um adjunto. Exemplos da página 16 do trabalho.

Dormir o sono da eternidade. (37)

Dançar danças modernas. (38)

Pergunto: qual o critério empregado para considerar tal verbo intransitivo ?

Consideremos as frases:

(47) Ele sonha sonhos lindos.

(48) Ele come comidas finas.

(49) Ela dança danças extravagantes.

(50) Ela dorme o sono eterno.

Todos estes verbos podem ser empregados sem complemento:

(47') Ele sonha.

(48') Ela come.

(49') Ela dança.

(50') Ela dorme.

Na sua estrutura aparente não percebemos diferença, mas "sentimos" que eles não são exatamente iguais.

Podemos fazer as seguintes afirmações:

Quem come, come alguma coisa.

Quem sonha, sonha alguma coisa (ou com alguma coisa)

Quem dança, dança alguma coisa.

Mas não podemos dizer:

Quem dorme, dorme alguma coisa.

Os critérios adotados pelos gramáticos tradicionais não nos permitem explicar satisfatoriamente estes casos, que são considerados por eles como casos "à parte", cujos complementos são chamados por alguns gramáticos de "objetos diretos internos".

Os verbos transitivos são, por sua vez, subdivididos em verbos transitivos diretos, indiretos e transitivos diretos e indiretos ao mesmo tempo. Faremos a seguir o levantamento dos critérios usados para classificação dos complementos de tais verbos.

1.2.2. Critérios para Classificação dos Complementos Verbais.

1.2.2.1. Objeto Direto (complemento do verbo transitivo direto)

1.2.2.1.1. Termo que completa o sentido de um verbo tran

sitivo direto e normalmente não vem precedido de preposição;

1.2.2.1.2. Termo sobre o qual recai a significação do verbo;

1.2.2.1.3. Termo que esclarece o que se deseja saber do sintagma sujeito-predicado;

1.2.2.1.4. Termo que exprime o produto da ação expressa pelo verbo ou ponto para onde se dirige um sentimento, sem que o objeto seja forçosamente afetado por esse sentimento expresso pelo verbo;

1.2.2.1.5. Termo que exprime o conteúdo da ação expressa pelo verbo;

1.2.2.1.6. Termo que pode ser substituído por uma das formas pronominais: o, a, os, as.

O critério 1.2.2.1.1. pode ser válido para quem conhece muito bem o que vem a ser um verbo transitivo direto, como disse Macambira (vide p. 15). Caso contrário é circular: o verbo transitivo direto é classificado em função do complemento que o segue; o complemento é classificado em função do verbo que o precede.

Os outros critérios têm fundamentos semânticos (salvo o 1.2.2.1.6.), mas são vagos e pouco precisos. Nenhum dos autores se preocupou em explicar de forma precisa e científica o que realmente quer dizer ou quis dizer com termos como: "recai", "produto da ação", "ponto para onde se dirige um sentimento", "conteúdo da ação".

O critério 1.2.2.1.6. pode ser considerado válido porque realmente o objeto direto sempre pode ser substituído por um daqueles pronomes. Mas não é um critério que tenha validade sozinho,

porque pode ser aplicado também para outros casos, como o predicativo.

A pergunta:

(51) Ele é inteligente ?

podemos gramaticalmente responder:

(52) Sim, ele o é.

Os critérios estabelecidos pelos autores no item 1 deste capítulo, para a classificação do complemento verbal chamado de objeto indireto pouco diferem dos que vimos acima.

1.2.2.2. Objeto Indireto (complemento do verbo transitivo indireto).

1.2.2.2.1. Termo que se liga ao verbo transitivo indireto sempre por meio de uma preposição, geralmente vazia de significado;

1.2.2.2.2. Termo que completa verbos transitivos que além do objeto direto são seguidos de outro substantivo, que designa o ser a quem a ação se destina;

1.2.2.2.3. Termo que representa a pessoa ou a coisa a que a ação se destina e em cujo proveito ou prejuízo ela se realiza;

1.2.2.2.4. Termo que pode ser substituído por lhe ou lhes.

A crítica a ser feita ao critério 1.2.2.2.1. é semelhante à feita ao critério 1.2.2.1.1.. Ele é válido para os que dominam o problema da predicação verbal, se é que existe alguém, mas circular se considerarmos que o próprio verbo já foi classificado

em função do complemento que o segue. A ressalva feita à preposição: "geralmente vazia de significado", também não nos leva a nenhum resultado preciso. Em princípio, é pelo fato da preposição ser "vazia" de sentido que o objeto indireto vai ser diferenciado do adjunto adverbial. Mas a palavra "geralmente" deixa lacunas que serão muitas vezes o motivo de dúvidas e imprecisões em tal distinção. O limite entre certos objetos indiretos e adjuntos adverbiais não é claro e cria problemas aos gramáticos. Acreditamos que, neste caso, além do critério formal, critérios semânticos deverão ser empregados.

Os critérios 1.2.2.2.2. e 1.2.2.2.3. são vagos e pecam pelos mesmos motivos já apontados nos critérios com base semântica empregados nas definições dos objetos diretos: os termos empregados: ("ação", "se destina", "proveito", "prejuízo"), são de uso frequente e têm conotações variadas, mas os autores não se preocupam em especificá-los.

O critério 1.2.2.2.4. é um critério válido, porém insuficiente se empregado sozinho, porque é aplicável a outros casos, por exemplo:

(53) O barulho é nocivo aos homens.

(54) O barulho lhes é nocivo.

Neste exemplo o pronome lhes não está substituindo um objeto indireto, mas um complemento nominal da palavra "nocivo".

Partindo de tais critérios usados nas definições dos complementos verbais pelos gramáticos tradicionais, percebemos que alguns casos são deixados de lado ou citados por alguns gramáticos como casos excepcionais, recebendo variadas denominações.

Um destes casos é o de complementos de verbos como: de pender, precisar, que são às vezes seguidos de preposição:

(55) Nós dependemos de dinheiro.

(56) Ele precisa de nossa ajuda.

Estes verbos não se encaixam nos critérios apresentados para os objetos indiretos: seus complementos não representam a coisa ou a pessoa a que a ação se destina ou em cujo proveito ou prejuízo ela se realiza, não podem ser substituídos pelo pronome lhe ou lhes.

(55') * Nós lhe dependemos.

(56') * Ele lhe precisa.

Tais complementos são chamados por Rocha Lima (vide p.17) de complementos relativos. Concordamos com este autor quando considera (1973, p. 158) tais complementos mais semelhantes aos objetos diretos que aos objetos indiretos, apesar da preposição. Mesmo levando em conta a generalidade dos critérios semânticos, encaixam-se melhor nos critérios empregados nas definições de objetos diretos.

Podemos verificar pelos exemplos acima que a significação do verbo depende "recai" de fato na palavra dinheiro, assim como a do verbo precisar "recai" na palavra ajuda; tanto um como outro complemento vem esclarecer o que se deseja saber do sintagma sujeito-predicado; o complemento ajuda expressa o ponto para onde se dirige um sentimento: o sentimento de "necessidade" próprio do verbo precisar.

Tal constatação leva-nos a propor que consideremos a preposição como fazendo parte intrínseca do sentido do verbo, à semelhança de certos verbos do inglês. Tais verbos, em inglês, se esvaíam de sentido e necessitam da preposição para especificar-lhes e completar-lhes o significado.

Para cada emprego com determinada preposição corresponde

um sentido do verbo. Por exemplo: put off (despir)- put on (vestir)
- put in (inserir) - put out (apagar).

Não chegamos, no Português, a este extremo de especificação da preposição, mas é possível que certos verbos não possam ser empregados sem preposição, e caso o sejam, mudam de sentido. A preposição seria considerada como fazendo parte do sentido do verbo, não como uma partícula de relação acrescentada a ele. Voltaremos a este assunto no capítulo 2.

Outro caso que está em situação crítica é o do complemento chamado "complemento adverbial" ou "complemento adverbial locativo (ou de lugar)" quando expressa idéia de lugar. Alguns deles não vêm precedidos de preposição e dão a idéia de objeto direto:

(57) A briga durou muitas gerações.

(58) A menina pesa dez quilos.

(59) Esta jóia vale um milhão.

no entanto, não preenchem os critérios apresentados nas definições de objetos diretos, nem os semânticos, nem o da pronominalização :

(57') * A briga as durou.

(58') * A menina os pesa.

(59') * Esta jóia o vale.

Quando estes complementos vêm precedidos de preposição e dão idéia de lugar, seguem verbos como: vir, ir, ficar, sair, entrar, morar. Diferenciam-se do adjunto adverbial porque integram, completam o sentido do verbo, enquanto que o adjunto é um termo acessório.

(60) Ele veio de São Paulo.

(61) Nós moramos em Florianópolis.

Mesmo sendo muito genéricos, tentemos testar os crité-

rios semânticos apresentados para as definições de objeto direto e indireto, para vermos até que ponto eles são válidos. Consideremos as frases seguintes, ambas gramaticais e usuais:

(62) Eu toquei o braço do professor.

(63) Eu toquei no braço do professor.

Na frase (62) o verbo tocar, pelo critério formal da ausência da preposição (em) é considerado transitivo direto. Empregamos uma ou outra destas frases em contextos semelhantes e para indicar o mesmo fato, apenas com uma nuance de significado que pode ser percebida quando fazemos as perguntas:

A - O que você tocou ?

B - Onde você tocou ?

A frase (62) será a resposta correta para a pergunta A; a frase (63) para a pergunta B. Até que ponto os critérios semânticos apresentados nos levariam a considerar o complemento da frase (62) como objeto direto e o complemento da frase (63) como objeto indireto ?

O critério 1.2.2.1.2. que diz que a significação do verbo recai no complemento que será o objeto direto, pode ser aplicado satisfatoriamente às frases (62) e (63).

O mesmo ocorre em relação ao critério 1.2.2.1.3.: tanto o objeto da frase (62) como o objeto da frase (63) "esclarecem" o que desejamos saber do sintagma sujeito-predicado.

Os critérios 1.2.2.1.4. e 1.2.2.1.5., na nossa opinião, não funcionam para estas frases.

Por sua vez, o critério 1.2.2.2.3. do objeto indireto pode valer parcialmente tanto para uma como para outra, pois tanto o objeto direto como o indireto representam a coisa a que a ação se destina; mas não conseguimos imaginar que "proveito" ou "prejuízo"

podem advir para "o braço do professor" decorrentes da ação de "tocar".

Estes pontos, e outros, que não foram satisfatoriamente explicados, mostram que o problema está longe de ter respostas definitivas, se é que é possível tê-las.

C A P Í T U L O 2

Assim como no capítulo anterior, apresentaremos as abordagens feitas por alguns autores seguidas de um comentário crítico.

2.1. Contribuição de Linguistas Estruturalistas

Na primeira parte deste capítulo apresentaremos algumas contribuições dadas ao problema da transitividade verbal por vários linguistas europeus. Estes linguistas são de orientação "estruturalista". Quando dizemos estruturalistas não os estamos classificando de absolutamente formalistas; a denominação estruturalistas, nesta dissertação, deve ser entendida como: aqueles linguistas que não adotaram a teoria da Gramática Gerativa Transformacional ou que a precederam. Estes quatro linguistas, que apresentaremos a seguir, são de tendências diferentes: Pierre Guiraud tende para uma análise mais formal, no sentido de que não dá importância primordial aos aspectos semânticos, mas aos aspectos da estrutura formal da língua; Andreas Blinckenberg adota critérios formais associados a critérios semânticos; Gustave Guillaume é considerado um mentalista, precursor do racionalismo na linguística moderna; Bernard Pottier faz sua análise dentro de critérios da semântica estrutural.

2.1.1. Pierre Guiraud

No 3º capítulo de seu livro, "La Syntaxe du Français" (1974), Pierre Guiraud faz um inventário do que ele chama de "funções" e "formas" das categorias sintagmáticas. Neste capítulo, ele caracteriza como verbo intransitivo aquele cuja ação verbal é efetuada pelo sujeito, sem visar objeto ou efeito exterior. Exemplo de verbo intransitivo dado pelo autor:

(1) Le cheval galope (O cavalo galopa)

Por outro lado, o verbo transitivo é caracterizado como aquele que exprime uma ação que visa um objeto. Exemplo do autor:

(2) Il mange une pomme (Ele come uma maçã)

O problema da distinção tradicional entre complemento de objeto e complemento circunstancial (ou adjunto adverbial, segundo a NGB) é abordado, e segundo o autor, é difícil colocar tal problema em termos puramente semânticos, como faz a sintaxe tradicional; devemos utilizar também critérios formais. O critério empregado pelo autor é o da autonomia dos termos na cadeia da fala: se o termo puder ser deslocado de uma posição para outra, será um complemento circunstancial, caso contrário, será um complemento de objeto. De acordo com esta definição, verbos como 'ir' e 'vir' são seguidos de objetos, em frases como:

(3) Je vais à Paris (Eu vou a Paris)

uma vez que "à Paris" exprime o objetivo da ação e não pode ser deslocado para outras posições na frase. Por outro lado, na frase:

(4) J'ai acheté ce livre à Paris (Comprei este livro em Paris)

"à Paris" pode ser deslocado para outras posições e por isso é um complemento circunstancial de lugar:

(5) À Paris, j'ai acheté ce livre (Em Paris, comprei este livro)

(6) J'ai acheté, à Paris, ce livre (Comprei, em Paris, este livro)

Neste mesmo capítulo, Guiraud trata das "regências prepositivas", que com "as concordâncias" formam os dois tipos de ligação entre determinante e determinado.

Há em francês três tipos de regências prepositivas: os complementos circunstanciais (correspondem ao adjunto adverbial em português), os complementos de objeto (correspondem ao objeto direto e objeto indireto em português) e os complementos nominais.

A preposição é a marca da circunstância, ela exprime uma relação de lugar, de tempo, de tendência, de origem, de fim, de causa, de meio, de companhia, de oposição, exprime sobretudo a relação de duas noções no tempo e no espaço. Como o emprego circunstancial da preposição é mais do domínio do léxico que da sintaxe, o autor se prende principalmente ao seu emprego no complemento de objeto. Neste caso, o que ocorre entre o verbo e seu complemento é a relação de um simples movimento em direção do objeto, do lugar, do estado visado. Esta relação é abstrata e resultante dos valores semânticos dos dois termos.

Para Guiraud, na língua francesa, esta direção de "regência" do verbo ao objeto é marcada pela posposição e amalgamação do complemento e pode ser especificada por uma preposição. Esta preposição pode ter um valor específico mais ou menos marcado. Este valor pode ser graduado:

- valor específico lexicalizado:

(7) Aller à Paris (Ir a Paris)

- valor genérico:

(8) Obéir à son père (Obedecer a seu pai)

- marca zero:

(9) Écrire une lettre (Escrever uma carta)

O regime direto (marca zero) marca a relação como uma simples ligação; o regime indireto marca a relação como um movimento, com maior ou menor especificação, mas que na sua forma mais simples vem a ser uma oposição de direção; do verbo ao objeto: aller à Paris (ir a Paris) ou do objeto ao verbo: venir de Paris (vir de Paris).

Como vemos, de e à aparecem como marca de uma regência mínima e bem próximas da regência zero ou regime direto. Há casos em que esta oposição apaga-se completamente.

O autor exemplifica alguns destescasos com o infinitivo, em francês:

chercher (procurar); construído diretamente quando precede substantivo: chercher quelque chose (procurar alguma coisa), mas exige preposição diante de um infinitivo: chercher à venir (procurar vir).

Outros verbos admitem duas regências, sem mudar o sentido. Por exemplo: continuer (continuar), essayer (tentar), commencer (começar), etc.

(10) Le sang continue à couler (O sangue continua a correr)

(11) Le sang continue de couler (O sangue continua a correr)

O verbo aimer (amar, gostar) em francês, admite os três regimes: zero - à - de.

Na opinião de Guiraud, a preposição tende a tornar-se uma simples marca da substantivação do verbo. Como ela é sempre seguida de um nome representa para o infinitivo uma espécie de artigo que o nominaliza. Exemplifica com a expressão: il est beau de mourir (é bonito morrer); a preposição de é aqui um simples artigo: de mourir = la mort (morrer = a morte).

A seguir, apresentaremos a abordagem feita por Andreas Blinkenberg (1960), que, apesar de não fugir totalmente aos moldes de análise tradicionais, critica a posição rígida dos estruturalistas e já pode ser considerado um precursor do generativismo.

2.1.2. Andreas Blinkenberg

Blinkenberg, no seu ensaio sintático-semântico "Le Problème de la Transitivité en Français Moderne" (1960), faz um estudo descritivo da transitividade no francês. Aplicando o método indutivo, ele parte do estudo de um número suficiente de fatos particulares para chegar ao conhecimento das possibilidades de realização de certos elementos na língua estudada.

O autor chama de transitividade à interdependência e interdeterminação de dois membros de frase. Ele tenta mostrar e aplicar esta interdependência, tal como funciona numa dada categoria gramatical.

É o estudo da transitividade dos verbos que forma a parte central do trabalho, e é esta que nos interessa mais de perto.

Segundo Blinkenberg a transitividade supõe uma organização da cadeia da fala em grupos de palavras que se determinam reciprocamente, e a criação de tal estrutura da frase é um fato histórico.

Esta determinação recíproca entre certas palavras seria efeito de hábitos lingüísticos adquiridos. O que nos leva a concluir que este já é um estágio secundário que vem suceder a um estágio inicial onde só reinava a intransividade.

Neste primeiro nível de organização da linguagem, só existia a construção "vertical", de sentido a termo, por unidades isoladas ou justapostas, o que exclui a transitividade que é uma construção horizontal de termo a termo.

Outros autores defendem este mesmo ponto de vista no que se refere à gênese da transitividade; entre eles Blinkenberg cita Bréal ("Essai de Sémantique") e Meillet ("Introduction à l'étude comparative des langues indo-européennes").

Quanto ao funcionamento da transitividade, a transição deriva de uma coesão de caráter particular existente entre dois termos da frase. No caso do verbo, este teria uma dupla orientação: o ponto de partida da ação que é atualizada, explícita ou implicitamente pelo "sujeito", e um ponto de finalização, o seu complemento, significando uma "coisa", na acepção mais extensa da palavra, que se encontra numa relação de direção, de aplicação, de incidência, de resultado, com a idéia expressa pelo verbo.

Este funcionamento pode ser limitado de duas formas: pela inexistência de um terceiro membro de frase (o complemento) sobre o qual recairia a transitividade ou pelo caráter intrínseco da relação entre o grupo sujeito-verbo e este terceiro membro da frase (frase nominal).

A frase nominal é aquela em que um verbo côpula liga um sujeito a um atributo, enquanto que na frase verbal, o verbo transitivo liga o sujeito a um objeto. Podemos dizer que na primeira ocorre uma relação de inerência, e na segunda ocorre uma relação de direção. Há porém, casos de transição, em que tal situação não se apresenta clara como pode sugerir a definição.

Na terminologia do autor, palavras e expressões que nunca requerem complemento são "monovalentemente intransitivas".

No pólo oposto do seu esquema classificatório estão as palavras "monovalentemente transitivas", aquelas que sempre requerem um complemento ou objeto. Entre estes extremos estão as palavras e expressões "bivalentes" que consideramos transitivas e que podem ser ocasionalmente intransitivas, e intransitivas que podem ser ocasionalmente usadas com um objeto.

O complemento circunstancial supõe uma independência relativa do determinante em relação ao núcleo do enunciado; o limite que o distingue do complemento de objeto não é absoluto. Quando ele ocorre no final da frase e fica em contato direto com o verbo, há possibilidade de se repetir o processo de criação de uma transitividade pelo nascimento de uma coesão entre termos que antes eram autônomos.

Blinkenberg faz questão de deixar bem claro um aspecto que para ele é essencial no funcionamento da transitividade: a sua variação. Esta variação tanto ocorre no grau de coesão das palavras como no tipo de regência da palavra transitiva. A variação essencial é a que opõe a existência e a inexistência de um objeto após uma palavra virtualmente transitiva. Assim, quando empregamos expressões como: "verbos transitivos de emprego absoluto" ou "verbos transitivos de emprego elíptico" corremos o risco de igno

rar a bivalência funcional natural que está no centro do problema da transitividade. Segundo o autor, esta bivalência funcional, ou seja, a possibilidade de se deixar um verbo transitivo sem objeto expresso, pode ser motivo de variações de forma que opõem um objeto direto a um objeto indireto, embora outros motivos possam existir.

O processo é descrito da seguinte forma: um verbo é transitivo no seu sentido primitivo mas se presta ao emprego absoluto. Ex.: penser (pensar). É na etapa de emprego sem objeto que ocorre a mudança semântica porque o falante pode sentir necessidade de insistir sobre o objeto de seu pensamento e, ao dar a informação suplementar, a apresentará sob a forma de um complemento circunstancial introduzido por preposição. Ex.: penser à ses affaires (pensar em seus negócios). Uma vez criado o novo tipo de construção o movimento para a união das duas unidades rítmicas pode começar, para parar só depois que a pausa tenha desaparecido e uma nova transitividade de forma indireta tenha surgido.

Outro fator importante na variação da forma da transitividade é a afinidade de sentido entre verbos com transitividade diferente. O sentido semelhante pode levar a uma analogia que muda a forma da transitividade. Segundo Blinkenberg, uma sinonímia completa ou parcial leva a uma contaminação sintática. Esta analogia pode ocorrer também entre as duas formas principais (à e de) de objetos indiretos.

Um outro aspecto importante no problema das variações da transitividade é o que se refere aos vários tipos de objetos que diferentes verbos transitivos podem admitir. O verbo payer (pagar), no início, era apenas seguido de um objeto de pessoa,; o uso absoluto permitiu analogia com outras palavras dando origem ao empre-

go com os dois tipos de objeto, de pessoa e de coisa. Uma evolução em três etapas: pagar o cobrador - pagar - pagar a dívida.

Enquanto o objeto direto, atualmente, representa relações de complementação do verbo muito gerais e vagas, uma outra categoria de objetos permaneceu restrita a empregos mais específicos; são os "objetos de interesse". Estes objetos, introduzidos pela preposição "a", exercem frequentemente a função de um segundo objeto que se acrescenta ao objeto direto. No entanto, são facultativos, como também o pode ser o objeto direto.

A preposição "a" precisa a idéia de direção para um fim e por isso a distinção entre "complemento de interesse" e "complemento de direção no espaço" está arriscada a desaparecer:

(13) j'écris à mon frère (escrevo ao meu irmão)

(14) j'écris à Paris (escrevo (para) a Paris)

Em muitos casos a preposição tem seu valor generalizado e serve apenas como índice de transitividade. Assim, verbos de sentido inversamente orientado são seguidos pela mesma preposição.

Ex.:

(15) apporter quelque chose à ... (levar alguma coisa a)

(16) enlever quelque chose à ... (tirar alguma coisa a)

Quando um verbo pode ter um nome de coisa ou de pessoa como objeto direto e são expressos juntos, vai diferenciá-los forçosamente em objeto direto e objeto indireto.

Ex.: payer - (pagar)

(17) payer quelque chose (pagar alguma coisa)

(18) payer quelque chose à quelqu'un (pagar alguma coisa a alguém)

Outro tipo de transitividade dupla é aquela em que o

verbo apresenta tal coesão com o seu objeto direto que forma com ele um "grupo verbal fossilizado" e constitui uma espécie de unidade com transitividade interna.

Como unidade vem a ser uma unidade intransitiva.

Ex.: avoir peur; (ter medo) verbo intransitivo correspondente: craindre (temer).

Estes grupos podem admitir uma nova transitividade, que será indireta. Ex.:

(19) avoir peur de quelque chose (ter medo de alguma coisa)

Na verdade, o gramático se encontra face a uma escolha arbitrária para decidir se classifica o verbo com transitividade dupla ou simples. Formalmente tem transitividade dupla, mas semanticamente apresenta transitividade simples.

Blinkenberg apresenta alguns critérios aos quais um gramático pode recorrer para determinar se ele se encontra ou não diante de um objeto de verbo. Diante da imprecisão que faz parte do próprio conceito da transitividade, podemos prever que não será fácil encontrar uma solução simples e precisa. No entanto, do ponto de vista da gramática prática e teórica, é interessante examinar os critérios comumente adotados.

O critério mais aplicado é o da transposição da frase para o passivo. A transposição deve mudar o objeto da frase ativa em sujeito da frase passiva e o sujeito da ativa em complemento circunstancial da passiva¹. A fórmula é a seguinte:

A fait ceci - ceci est fait par A

(A faz isto - isto é feito por A)

O critério tem a vantagem de ser preciso e claro. Ele

mostra a afinidade entre sujeito e objeto, realçando o papel do objeto como o termo que mais se assemelha ao sujeito.

Tem a desvantagem de não ter uma aplicação completa:

- só se adapta aos objetos diretos, pois os indiretos permanecem como estão, quando são o segundo objeto:

(20) le prix a été décerné à X - (o prêmio foi atribuído à X)

e quando são o primeiro objeto não permitem transposição:

(21) il manque à ses devoirs (ele falta com seus deveres);

- nem todas as frases ativas que contêm objeto se prestam à transposição para o passivo:

(22) fuir le mal (fugir ao mal);

- os verbos modais também não se prestam à transposição para o passivo:

(23) devoir payer une somme d'argent .

(dever pagar uma quantia de dinheiro)

Uma modificação do critério anterior, também aplicada, é substituí-lo por uma prova com o infinitivo "passivo" introduzido por à.

(24) gagner tout - il y a tout à gagner (ganhar tudo - há tudo a ganhar (só se tem a ganhar)).

Este critério abrange as expressões mais usuais embora não resolva todas as dificuldades, pois os modais resistem a esta prova, assim como os objetos indiretos.

Segundo o autor, o melhor critério é o que se baseia nas variações da ordem das palavras, compreendendo a possibilidade de

intercalação de outros membros de frase em dado grupo. Tal critério corresponde diretamente ao ponto de vista que encara as variações de coesão dos grupos de determinação como o fator primordial na constituição da transitividade.

A coesão dos grupos se reflete na ordem das palavras; como a transitividade supõe uma coesão média que liga dois membros principais interdependentes da frase, será fácil separar os termos dependentes de forma mais intensa, fazendo uso da oposição semântica "inerência-direção", que é um critério suplementar para distinguir os objetos dos grupos verbais fossilizados dos complementos adverbiais, pois tanto uns como outros aparecem próximos do verbo.

No outro extremo da cadeia de determinantes do verbo estão os complementos circunstanciais que se comportam de forma bem livre. Entre as duas posições extremas, estão os complementos cuja interdependência se revela por uma proximidade e uma autonomia relativa, permitindo a intercalação de outros membros de frase entre o verbo e o objeto e mesmo de serem antepostos ao grupo sujeito-verbo.

O critério da transposição objeto-sujeito e da coesão em relação ao verbo, combinados, formam o que os gramáticos chamam de "prova da transposição temática". Esta consiste em transformar a frase numa construção deslocada com tema anteposto. Será tido como objeto do verbo o complemento que pode servir de tema, permanecendo representado perto do verbo por um pronome pessoal ou um advérbio pronominal sem valor local preciso.

(25) il a dormi toute sa vie (ele dormiu toda sua vida)

A prova da transposição revela que "toute sa vie" pode

ser tanto objeto como complemento circunstancial:

(25') toute sa vie il a dormi - complemento circunstancial (toda sua vida, ele dormiu)

(25'') toute sa vie, il l'a dormie - objeto direto (toda sua vida, ele a dormiu)

Esta prova dá resultados indecisos para o objeto indireto, pois duas soluções são possíveis e usuais:

(26) il donne tout à son petit frère
(ele dá tudo a seu irmão pequeno)

(26') à son petit frère il donne tout
(a seu irmão pequeno ele dá tudo)

(26'') son petit frère, il lui donne tout
(seu irmão pequeno, ele lhe dá tudo)

Como as duas soluções são usuais, o critério não satisfaz plenamente por ser geral demais.

Um outro critério ainda apresentado pelo autor é o da "unidade rítmica", no qual a transitividade é equivalente a uma unidade semântica e formalmente marcada pela entonação da sentença.

O autor põe em questão a posição rígida dos estruturalistas no estudo da linguagem. Ele argumenta dizendo que os resultados de um estudo científico, operacional, formando um sistema coerente, são logicamente inatacáveis, mas o problema está em saber se este método é ao mesmo tempo fecundo, se as definições puras que emprega, as categorias claramente delimitadas que estabelece nos ajudam a melhor compreender o domínio lingüístico estudado em toda a sua complexidade. Acrescenta ainda que tais definições operam de forma satisfatória quando o texto é limitado, mas

quando o texto é praticamente ilimitado a ponto de equivaler ao conjunto da situação lingüística de um grupo humano desabam as malhas do sistema rígido de conceitos. É por isso necessário operar com conceitos menos rígidos e substituir as definições estáticas por formas de definições de proporcionalidade que considerem também as tendências.

O autor afirma que o estudo da transitividade deve se basear no funcionamento de um número extremamente grande de unidades léxicas colocadas num número praticamente ilimitado de combinações sintáticas. Neste vasto domínio, opõem-se o comportamento de elementos mais centrais, nos quais domina notável rigidez e que podemos agrupar e etiquetar com critérios rígidos, e de outro lado o comportamento menos rígido de partes mais periféricas, nas quais falham os critérios rígidos.

Conclui o autor que devemos considerar o domínio da transitividade como um domínio sintático-semântico cujos limites são por princípio movediços.

2.1.3. Gustave Guillaume

O posicionamento de Gustave Guillaume dentro da Lingüística é realmente sui-generis e é difícil querer enquadrá-lo em alguma corrente. Ilustraremos o que acabamos de afirmar com algumas palavras de Roch Valin na Introdução que faz à série B (1971). Se

gundo ele, as proposições de Guillaume

"fundam um estruturalismo que nada tem a ver com tudo o que em Lingüística foi recoberto até o momento com este nome, e (...) este estruturalismo é o fruto da meditação, estendida por meio século, de um dos cérebros ocidentais mais notavelmente armados para o pensamento"

Em alguns aspectos Guillaume pode também ser considerado um generativista, pois parte da formação do próprio pensamento pa ra chegar à língua.

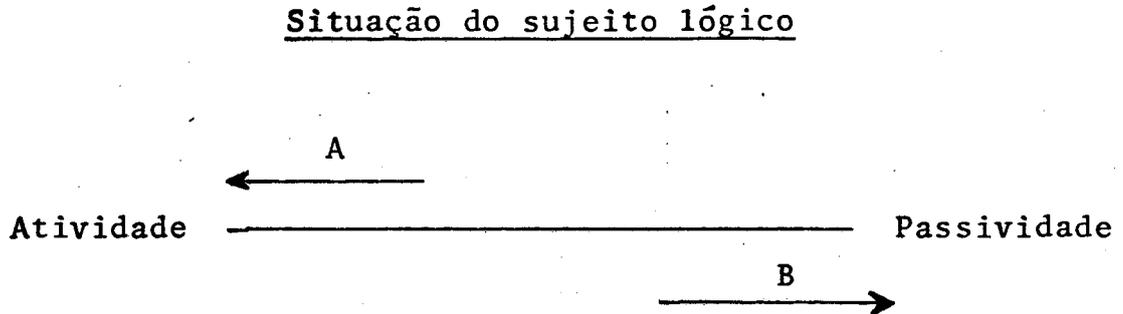
As idéias de Gustave Guillaume sobre o problema das vozes e da transitividade verbal, que apresentaremos a seguir, foram tiradas de algumas de suas conferências. Em ordem cronológica: conferência de 7 e 28 de abril, 5, 12 e 19 de maio, 2 e 9 de junho, todas proferidas em 1949.

Partindo de estudos comparativos dos diversos sistemas lingüísticos, o autor afirma que as línguas e sua estrutura têm me nos de psicológico que de mecânico. O pensamento obedece a condições mecânicas. Ele é prisioneiro de seu próprio mecanismo, isto é, de movimentos ligados entre si fazendo réplica um ao outro. O pensamento está em perpétua agitação entre a representação do fini to e a do infinito, e as duas representações se replicam uma à ou tra, de tal forma que a cada visão de finitude corresponde uma de infinitude e vice-versa.

Segundo Guillaume, partindo destes princípios mecânicos, poderemos chegar a estabelecer uma teoria generalizada e completa da categoria das vozes. E é no quadro da voz que a transitividade e a intransitividade do verbo podem ser melhor e mais utilmente es tudadas.

Face ao acontecimento expresso pelo verbo, o sujeito ló-

gico aparece conduzindo a ação ou sendo conduzido por ela. Há casos em que ele aparece conduzindo e conduzido ao mesmo tempo, numa situação média, susceptível de tender para um lado ou para outro, como mostra o esquema:



Se predomina a situação A, onde o sujeito conduz mais que é conduzido, segue-se uma consideração ativa da situação de sujeito lógico; se predomina a situação B, na qual o sujeito é conduzido, segue-se uma consideração passiva da situação do sujeito lógico.

A voz média é uma voz que oscila do ativo ao passivo e pode, segundo a predominância de um ou de outro dos dois termos, significar seja o ativo, seja o passivo.

A voz média se torna ativa se, no psiquismo desta voz, fazemos o movimento A todo e nada do movimento B. Neste momento a voz ativa é psiquicamente instituída.

A sistemática das vozes em francês é a seguinte: duas vozes analíticas, a ativa e a passiva, entre as quais se inserem poucos casos de voz média, casos representados em francês por verbos ativos sob o aspecto simples e passivos sob o aspecto composto. O autor exemplifica com o verbo:

mourir (morrer)

il meurt (ele morre)

il est mort (ele é morto)

Estes verbos não têm uma forma passiva exclusiva, ela é representada por um aspecto composto do verbo.

Este autor introduz a noção de "incidência" ao apresentar a teoria das partes do discurso. Esta noção nova não foi considerada até hoje nos mesmos termos por nenhum gramático de que tenhamos conhecimento. Ela corresponde a um movimento que ocorre sempre na linguagem, segundo o qual, em toda parte na linguagem há um aporte de significação, e referência do aporte a um suporte. A relação aporte/suporte é coberta pelo mecanismo de incidência. Por exemplo: o substantivo tem sua incidência no próprio campo do que ele significa, o suporte a que ele se destina é anunciado desde o aporte. Assim, a palavra homem é um substantivo pelo fato de que anuncia por si mesmo um suporte que não sairá da noção "homem" (incidência interna). O adjetivo, por seu lado, tem sua incidência num campo não delimitado pelo aporte semântico que o adjetivo constitui: o suporte destinado ao adjetivo em discurso não é um suporte que ele se destina na língua, sua natureza não é anunciada desde o aporte. Assim, o adjetivo belo não indica de maneira alguma por si mesmo o suporte ao qual se refere, ele tem uma incidência indeterminada, imprevisível (incidência externa).

Assim, a intervenção de uma preposição é exigida pela suspensão do mecanismo de incidência do verbo. Esta suspensão ocorre quando a incidência ampliada de um verbo em que falta particularidade, torna-se insuficientemente operante no discurso. O inglês presta-se muito bem para exemplificar tal fenômeno. Os verbos do inglês têm excesso de generalização semântica, o que produz uma demissão apressada no mecanismo de incidência. Tal demissão leva à intervenção de uma preposição completiva, no discurso.

Assim, no inglês, para cada verbo de língua, que possui grande generalização, correspondem numerosos verbos de discurso, formados por um verbo de língua completado por uma preposição, que lhe restitui a capacidade incidental. No francês, o processo parece ser inverso, pois parece haver uma tendência para aumentar a qualidade intrínseca do verbo de língua, sendo que os verbos de discurso tardios são providos de uma capacidade expressiva maior que os verbos de língua.

O autor exemplifica com o verbo to get, que tem uma significação em língua bem difícil de ser fixada, enquanto que no discurso, quando lhe é acrescentada uma preposição, pode significar diferentes ações:

to get above (ultrapassar)

to get before (anteceder)

to get abroad (publicar)

to get out (sair)

além de preposições, palavras de outra espécie, sobretudo adjetivos, podem ser empregadas para completar-lhe o sentido:

to get old (envelhecer)

to get married (casar-se)

to get rich (enriquecer)

O autor demonstra como a formação dos verbos de língua, que interiorizam uma preposição, também pode fazer com que persista o fenômeno da incidência. O exemplo apresentado por ele é o seguinte:

(27) L'avion survole la ville (o avião sobrevoa a cidade)

Teoricamente, tal frase é uma transposição da fra-

se:

(28) L'avion vole sur la ville (o avião voa sobre a cidade)

o verbo survoler (sobrevoar) teria sua origem na expressão voler sur (voar sobre).

Na frase (28) o mecanismo de incidência passa de avion (avião) para vole (voa) e pára aí, sendo restabelecido pela intervenção da preposição sur (sobre) que faz com que a frase possa continuar até ville (cidade). Sem tal preposição a palavra ville ficaria deslocada, pois a incidência lexical (das palavras entre si) teria acabado após vole.

Já na frase (27) a incidência lexical se propaga sem intervenção de partículas gramaticais entre survole e ville. Isto porque a preposição sur, colocada como pré-verbo, proviu o verbo voler de uma incidência reversível, segundo a qual ele se relaciona sem partícula mediadora a um sujeito ativo e a um objeto passivo.

Esta dupla incidência torna-o um verbo transitivo. Quando ele é portador apenas da incidência ativa, é um verbo intransitivo.

Assim, foge-se da transitividade pela anulação de uma das duas incidências. Caso seja anulada a incidência ativa, permanecendo só a passiva, o resultado é um verbo na voz passiva.

A reversibilidade da incidência varia de um idioma para outro.

Embora Guillaume não apresente uma teoria estabelecida da preposição, deixa claro que, para tal, seria necessário determinar o momento da transição língua/discurso em que o mecanismo de incidência deixa de ocorrer e surge a necessidade de seu restabe-

lecimento por partículas gramaticais mediadoras.

Uma distinção claramente gramatical da língua francesa, consagrada nos fatos, é a seguinte:

- verbos transitivos
- verbos intransitivos
- verbos passivos

Um verbo transitivo é o que aceita um objeto, isto é, um verbo cuja incidência ativa sobre o sujeito é reversível em uma incidência passiva sobre o objeto. É esta reversibilidade que faz a transitividade do verbo. Isto quer dizer que a transitividade do verbo assemelha-se mecanicamente ao mecanismo da voz média. O verbo transitivo guardou em si o movimento A indo à atividade e acrescentou o movimento B indo à passividade, com a particularidade de que a atividade cabe toda ao sujeito lógico e a passividade ao objeto lógico. O movimento A é propriedade do sujeito e o movimento B propriedade do objeto. A transitividade é fundada nesta repartição estrita dos dois movimentos contidos entre termos lógicos diferentes e adversos.

No caso da intransitividade o movimento B é inexistente. Só existe o movimento A e, em consequência, a incidência ativa do verbo opera-se em relação ao sujeito. Por isso o verbo transitivo é um verbo completo, enquanto que o intransitivo é incompleto. No fundo, o verbo transitivo é um médio por seu conteúdo de duas incidências, uma ativa e outra passiva, diferindo do médio das línguas clássicas pelo fato de que a incidência passiva é reservada para o objeto, enquanto que no médio destas as incidências ativa e passiva vão ao sujeito, que é entendido como condutor e conduzido ao mesmo tempo.

Foge-se completamente do caso médio com a intransitivi-

dade, pois ela supõe a ausência da incidência B.

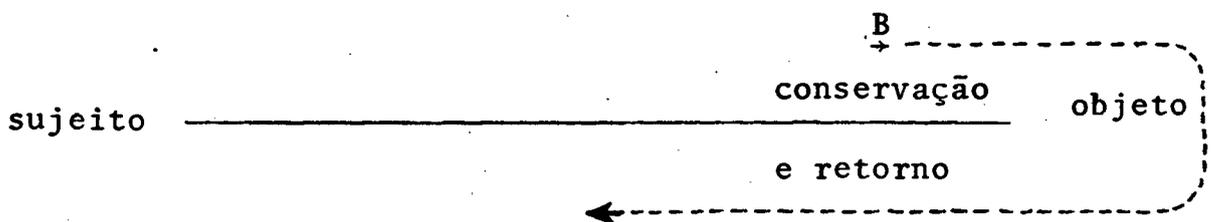
No caso do verbo passivo, das duas incidências A e B do verbo transitivo, retêm-se apenas a incidência B, que tornando-se única, tem necessidade de um suporte-sujeito, que ela encontra na quilo que constituía o objeto do verbo transitivo.

Esquematisação dos mecanismos do:

- verbo transitivo ativo



- verbo passivo



O traço comum do verbo intransitivo e do verbo passivo, do ponto de vista mecânico psíquico constitutivo, é que os dois anulam uma incidência. A intransitividade anula a incidência B, o passivo anula a incidência A. As duas diferem porque no verbo in transitivo a incidência restante permanece com sua direção anterior, enquanto que no verbo passivo a incidência restante retorna e toma a direção da incidência ativa declarada ausente.

Temos então, em francês, três vozes principais:

1. a voz ativa transitiva, de duas incidências verbais, das quais uma vai ao sujeito e a outra ao objeto.
2. a voz ativa intransitiva, inclusive de uma única incidência verbal indo a um sujeito, que é sujeito ao

mesmo tempo lógico e dinâmico.

3. a voz passiva, cuja incidência também é única, mas em vez de ir ao sujeito dinâmico, vai ao objeto dinâmico que, portador de incidência única, se encontra promovido à função de sujeito lógico.

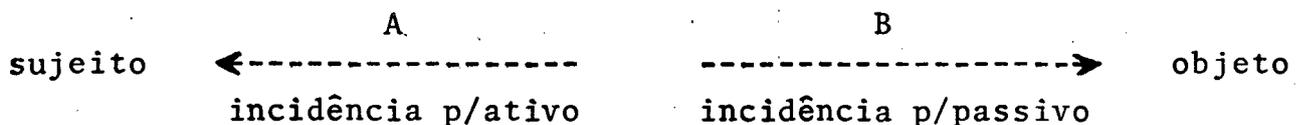
O autor faz referência também à voz reflexiva. Na história do francês, a voz reflexiva representa uma restauração do mé dio, em cujo processo o sujeito aparece condutor e conduzido, dominado e dominante.

Como vimos, segundo a abordagem feita por Guillaume, o que faz a transitividade de um verbo em francês é ter uma incidência para o sujeito ativo seguida de uma incidência de retorno ao objeto passivo:

(29) Pierre regarde la mer (Pedro olha o mar)

(30) Pierre regarde + la mer est regardée
(Pedro olha + o mar é olhado)

Esquemática deste mecanismo de duas incidências:



<u>Pierre</u>	<u>regarde</u>	<u>la mer</u>
(Pedro)	(olha)	(o mar)

Sai-se da transitividade pela anulação de uma das duas incidências. Anulando-se a incidência A (ativa) resulta um verbo totalmente passivo. Quando ocorre uma incidência única, esta sempre se apresenta com sujeito lógico, que pode ser ativo ou passivo.

No caso de permanecer a incidência B sobre o objeto, este adota as funções de sujeito e torna-se sujeito lógico passivo.

O mecanismo produtor da intransitividade é de alguma forma oposto ao mecanismo produtor da voz passiva, e mais simples. Anula-se a incidência passiva B, a do objeto, e mantém-se a incidência ativa A, a do sujeito.

Todo o resto da sistemática das vozes decorre das combinações possíveis entre as incidências A ativa e a B passiva.

Guillaume coloca o problema de como considerar o verbo substantivo.

Como verbo é intransitivo, pois realmente não possui dupla incidência: (31) Dieu est (Deus é).

Como cópula ele tem a transitividade própria dos auxiliares, que é apenas um caso particular do mecanismo geral da transitividade, pois nos auxiliares ocorrem as duas incidências. Exemplo:

(32) Pierre est riche (Pedro é rico)

há incidência de é a Pedro e incidência de é a rico. As duas direções incidenciais podem ser observadas à semelhança de:

(33) Pierre lit un livre (Pedro lê um livro)

onde lê se refere primeiro a Pedro e depois a livro.

Uma questão conexa à da transitividade é a da delimitação do predicado. O verbo é um predicado por definição (salvo no infinitivo). Mas o predicado no discurso se estende além do verbo se considerarmos predicado tudo o que é dito do sujeito lógico.

Estamos em presença de uma distinção: a do verbo da língua e a do verbo de discurso. Na frase: (34) Pierre parle (Pedro fala), o verbo de língua e o verbo de discurso coincidem. Mas, na

frase:

(35) Pierre parle à Paul (Pedro fala a Paulo) o verbo de discurso e o de língua têm uma extensão desigual, uma vez que o verbo de discurso diz mais.

O predicado é constituído pelo verbo de língua ou pelo verbo de discurso ?

Para o autor há uma grande diferença entre predicatividade essencial e estrita, que é um fato de língua, e predicatividade de accidental e extensa, que pertence ao verbo seguido de seus complementos, ao verbo de discurso.

Assim, duas coisas entram em consideração separadas.

- a. o verbo de língua (estrito)
- b. o verbo de discurso (extenso)

Um dos problemas que a linguagem teve que resolver foi constituir o verbo de discurso com base num verbo de língua, dado pela língua e já conceituado por ela. Este problema recebeu diferentes soluções nos diversos idiomas.

Considerando tal distinção, o autor analisa da maneira que segue a frase:

(36) Pierre lit la Bible à ses amis

(Pedro lê a Bíblia para seus amigos)

A - Pedro: sujeito lógico

B - lê a Bíblia para seus amigos: predicado de discurso, compreendendo:

1. um predicado de língua, o verbo lê (parte essencial)
2. complementos do predicado de língua (parte não essencial):
 - a. complemento engajado no mecanismo inciden-

cial do verbo:

a Bíblia

b. complemento não engajado no mecanismo incidental do verbo: para seus amigos

O caso do complemento não engajado no mecanismo incidental do verbo fica explicado quando o autor deixa clara a sua posição no que se refere ao problema da preposição, e conseqüentemente envolve o caso do objeto introduzido por ela.

Segundo ele, a preposição pode ser definida como sendo a palavra de língua destinada a intervir no discurso entre duas palavras separadas por um intervalo não coberto pelo mecanismo de incidência. Onde o mecanismo de incidência continua a operar, não ocorre preposição. Por exemplo, na frase (35) há incidência de parle e Pierre.

Se retirarmos a preposição que introduz a palavra Paul, não a sentimos incidente nem a Pierre, nem a parle. Tal palavra apresenta-se estranha ao mecanismo de incidência em funcionamento, e o papel da preposição é integrá-la à frase construída.

Enquanto o mecanismo de incidência funciona de palavra a palavra, a preposição não intervém. Ela intervém onde o mecanismo não opera mais.

Os fatos aqui citados são exclusivamente franceses, mas o mecanismo usado para explicá-lo, é universal. Por este mecanismo o sujeito que age é nesta ação, e por causa dela, não somente agente mas também paciente.

Por outro lado, a transitividade não deve ser considerada como um mecanismo do pensamento humano geral, mas como um meca

nismo que se desenvolveu em certos idiomas, mais ou menos diferentemente em cada um, segundo condições particulares do povo, da civilização ou do momento em si: a transitividade não é um fato de gramática geral, mas um fato de gramática particular.

Para concluir este resumo das idéias que Guillaume nos legou sobre como analisar o problema da transitividade, aproveitamos a colocação de Roch Valin, na sua Introdução à Série A. Ele diz que o estudo do mentalismo lingüístico, feito por Guillaume, nos introduz na interioridade do homem - no seio daquilo que há de mais humano nele, seu pensamento - para fazer descobrir que, antes de se materializar em discurso, que é comportamento social, a linguagem é sistema de conceitos de toda experiência do homem. A língua é que torna possível a existência de outros sistemas de concevabilidade, ou seja, as ciências em geral.

Gustave Guillaume é seguido em suas idéias principais por um autor mais recente: Bernard Pottier. Este faz sua análise dentro de uma corrente que poderemos chamar de semântica estrutural.

2.1.4. Bernard Pottier

A seguir, apresentaremos o seu posicionamento, baseado em três de suas obras, publicadas em 1969, 1974 e 1975².

Para Pottier (1974, p. 207) a transitividade é uma propriedade semântica que consiste em orientar uma substância para algo fora dela. Exemplifica com os verbos dormir (dormir) - intransitivo e manger (quelquechose) (comer (alguma coisa)) - transitivo, res

saltando a diferença entre:

(37) Il dort beaucoup (ele dorme muito) e

(38) Il mange beaucoup (ele come muito). Sem que o autor o diga, sentimos intuitivamente que com o verbo manger (comer), "alguma coisa" está sugerida ou subentendida, o mesmo não ocorrendo com o verbo dormir (dormir).

O problema da regência está diretamente ligado ao da transitividade. Há regência quando a presença de uma lexia³ autoriza a provável a aparição de um determinado elemento de discurso (preposição, tipo de sintagma, etc).

Pottier distingue quatro tipos de regência:

- a regência léxico-semântica
- a regência léxico-formal
- a regência sintática
- a regência sintagmática

É a regência léxico-formal que se refere à noção de transitividade e de complemento "direto" e "indireto". Ela se aplica a diferentes categorias gramaticais e o autor apresenta a seguinte especificação:

2.1.4.1. Lexia sem objeto

- a. Verbal intransitiva - marcher (andar)
- b. Substantival intransitiva: la marche (o andar)

2.1.4.2. Lexia com objeto, sem preposição

Verbal transitiva direta: partager la tarte
(repartir a torta)

2.1.4.3. Lexia com objeto, com preposição

a. Um só objeto

Lexia transitiva indireta verbal: obéir à la loi (obedecer à lei)

Lexia transitiva indireta nominal: l'obéissance à la loi (obediência à lei)

b. Dois objetos

Objeto 1 + prep + objeto 2: donner un livre à son voisin (dar um livro ao seu vizinho)

Preposição + objeto 1 + prep + objeto 2: parler de quelque chose à quelqu'un (falar de alguma coisa a alguém)

O autor observa que devemos fazer distinção entre: coerência - a impossibilidade de separar a lexia da preposição, e regência - possibilidade de aparição de tal preposição.

Apresentamos a seguir a parte que se refere à regência léxico-formal de um quadro onde Pottier esquematiza os vários tipos de regências. (1969, 1^{ere} partie, 3-II).

V E R B O S					
intrans.	marcher (andar)		objeto ∅		
trans. directo	traduire (traduzir)		la poésie (a poesia)		
	obéir (obedecer)	à (a)	la loi (a lei)		
	avoir foi (ter fé)	en (em)	Dieu (Deus)		
trans. indirecto	être passible (ser passível)	de (de)	la loi (a lei)		
	donner (dar)		un livre (um livro)	à (a)	son voisin (seu vizinho)
	parler (falar)	de (de)	la réunion (a reunião)	à (a)	son voisin (seu vizinho)

O autor classifica a transitividade verbal como passível de graduação. Ela parte de um ponto negativo onde é praticamente ausente, e num contínuo atinge um grau de transitividade máxima. Apresenta o seguinte esquema (1975, p. 49-50):

-	chegar	andar	comer	fraturar	+
	a	b	c	d	

- a. ausência de transitividade, não-transitividade;
- b. transitividade muito fraca, altamente lexicalizada: dormir a sesta, andar duas quadras;
- c. transitividade com possibilidade de economia do sujeito: come, come o queijo;
- d. transitividade com expressão praticamente obrigatória do sujeito: Paulo fraturou a perna.

Em seguida (p. 50) o autor faz uma observação sobre o problema do causativo, também chamado por outros autores de factitivo: verbos que são intransitivos e tornam-se transitivos pelo seguinte processo:

(39) "o veículo estaciona"

(39') --- "X faz o veículo estacionar"

(39'') --- "X faz estacionar o veículo"

(40) "X estaciona o veículo"

É o caso de intransitividade que pode ser transitivada aparentemente.

No exemplo (39) consideramos "estaciona" intransitivo, porque "o veículo" é não-potente, enquanto que na frase (40), X substitui "alguém" e é potente. O mesmo ocorre com as frases (1974, p. 207):

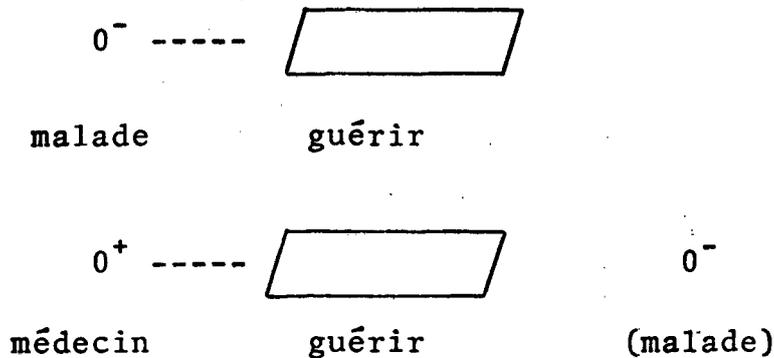
(41) le malade guérit (o doente (se) cura)

(42) le médecin guérit (o médico cura)

"guérit" (41) é intransitivo porque "malade" é não-potente

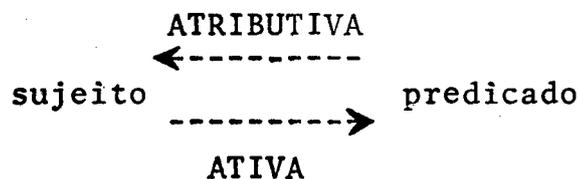
"guérit" (42) é transitivo porque "médecin" é potente

O autor esquematiza da seguinte maneira:



O autor analisa, junto com o problema da transitividade, aspectos referentes à voz, à actância e aos circunstanciais⁴, uma vez que eles se relacionam intimamente com tal problema.

Segundo ele "a voz exprime a relação entre o sujeito e o predicado (1975, p. 51-52)".



Como vemos no esquema, na voz atributiva o predicado é orientado para o sujeito, enquanto que na voz ativa dá-se o contrário. Baseados no conceito de transitividade do autor concluímos que a voz atributiva não é pertinente ao problema da transitividade.

Pottier distingue os verbos intransitivos dos transiti-

vos, mas ressalta que o limite entre eles nem sempre é claro. O intransitivo é monoactancial, isto é, só há um actante na relação predicativa. Por exemplo: Pedro dorme. Desta forma sua afinidade semântica com o atributivo descritivo é evidente:

- atributivo descritivo: (43) Pedro está adormecido
- ativo intransitivo: (44) Pedro dorme

O autor ainda cita a classe dos "médio-intransitivos", na qual o pronome reflexivo integra-se no verbo:

- (45) João se senta
- (46) João se levanta
- (47) O ramo se rompe (por si só)

O transitivo é biactancial, isto é, envolve dois ou mais actantes; é o tipo mais comum.

- (48) Paulo escreve uma carta ou
- (48') Paulo escreve

Quando acompanhado dos pronomes reflexivos, se o verbo provém de transitivo direto, dá o reflexivo: (49) Paulo se matou com um revólver, e o recíproco: (50) Vitor e Lúcia encontraram-se no aeroporto; se o verbo provém do passivo, dá o médio passivo: (51) As árvores se movem facilmente (qualquer um pode agitá-las).

Segundo o autor "a actância é o conjunto dos tipos de relações que existem entre os actantes (ou participantes) de uma relação predicativa" (1975, p. 57).

Teríamos assim, na frase:

- (52) Mario entregou um disco a Nina para Sabina

os seguintes actantes:

A⁰ - Mário

A1 - um disco

A2 - a Nina

A3 - para Sabina

Entre os actantes encontram-se: o sujeito, os objetos e os circunstantes. Assim, o autor classifica os verbos por sua valência, isto é, "o tipo de realização de actantes que eles tole-ram normalmente" (1975, p. 58).

O autor analisa rapidamente as realizações possíveis para cada um dos actantes, começando pelo A⁰, o sujeito; depois O¹, que a gramática tradicional chama de objeto direto; O², ou objeto indireto e o O³ ou objeto que manifesta o beneficiário, introduzido por para.

Em seguida analisa os vários relatores possíveis, isto é "os morfemas gramaticais que apresentam os actantes objetos e circunstantes" (1975, p. 60).

Para o objeto O¹, a relação agente-paciente caracteriza-se por uma diferença de potência, sendo que o agente tem a potência positiva (+) e o paciente tem potência negativa (-). É a ordem dos elementos e a significação dos morfemas lexicais que fornecem o sentido da relação: (53) O gato (+) come a carne (-). Em alguns casos, se o paciente pertence também à classe dos agentes, para evitar ambigüidade, o morfema a vem apresentá-lo como termo do processo:

(54) Pedro ama a Maria

O objeto O² é em geral marcado por dois relatores fundamentais: a, indicando perspectiva, aproximação, referência posterior, e de, indicando retrospectiva, afastamento, referência ante

rior.

O conjunto dos relatores que apresentam os objetos 0^3 , 0^4 e os circunstantes distribui-se em dois grupos: os que são um "antes" da referência (a, para, até, ante, diante, antes, sob, sem, debaixo) e "os que são um "depois" (de, em, pelo(s), pela(s), des, de, atrás, detrás, depois, sobre, com, em cima).

2.2. Comentário Crítico

No Capítulo 1, 2^a parte, abordamos alguns itens que tinham ficado sem explicação satisfatória nas gramáticas tradicio - nais.

Veremos neste item de que maneira os lingüistas citados no item 1 deste capítulo abordaram tais assuntos.

Começemos pela grande divisão dos verbos em verbos de ligação (ou copulativos) e verbos nocionais (ou transitivos e in transitivos).

Para Blinkenberg, o que diferencia um verbo transitivo ou intransitivo de um verbo copulativo é a natureza da relação sujeito-objeto. Para os verbos copulativos esta relação não é de direção, mas de inerência. Ele afirma que o grupo das cópulas não é derivado exclusivamente de antigos intransitivos que perderam seu sentido pleno, mas também, de certos transitivos que tiveram seu conteúdo atenuado e generalizado a ponto de se tornarem igual mente simples termos de ligação. Nestes casos, a antiga função de objeto passa a desempenhar a função de atributo do sujeito, a construção transformando-se definitivamente quando chega a admi - tir um adjetivo, que é o atributo mais nitidamente caracterizado

(1960, p. 25).

Esta colocação de Blinkenberg vem reforçar a de Bechara (vide p.10), que apresenta exemplos de verbos de ligação que podem dar nuances variadas ao estado, qualidade ou condição que apresentam do sujeito. Assim como também vem confirmar a ressalva de Cunha (vide p. 11), de que um mesmo verbo pode ser empregado num determinado contexto como verbo de ligação e em outro como verbo nocional.

Neste caso, de acordo com a colocação de Blinkenberg, estes verbos estariam num estágio intermediário, em que o seu conteúdo significativo está atenuado, não totalmente anulado.

Para Blinkenberg, o fato de um verbo ser copulativo não o exclui de poder ser classificado em transitivo ou intransitivo, pois ao exemplificar, entre os verbos que ele considera como funcionalmente monovalentemente intransitivos, ele inclui o verbo ser (1960, p. 100).

Guillaume também não faz distinção absoluta na classificação dos copulativos. Ele os analisa dentro dos mesmos princípios usados para analisar os outros verbos. Assim, segundo ele (vide p. 52), estes verbos não têm uma classificação diferente da dos outros: ou são intransitivos, quando não possuem dupla incidência, ou têm uma transitividade própria dos auxiliares, sendo apenas um caso particular no mecanismo da transitividade, mas podendo estar incluídos neste mecanismo, uma vez que ocorrem nestes verbos as duas incidências próprias dos verbos transitivos.

Vejamos como os autores apresentam a divisão dos verbos nocionais em transitivos e intransitivos.

Segundo Guiraud, verbo intransitivo é aquele cuja ação verbal é efetuada pelo sujeito, sem visar objeto ou efeito exte-

rior, enquanto que o verbo transitivo exprime uma ação que visa um objeto.

Esta caracterização aproxima-se da de Pottier, que coloca tal diferença entre verbos transitivos e intransitivos, opondo dois exemplos (vide p. 56), onde "sentimos" que o verbo transitivo está orientado para fora dele mesmo. Ele esquematiza o funcionamento da transitividade, graduando-o: parte de um ponto em que a transitividade é ausente até atingir um grau de transitividade completa (vide p. 59).

Encontramos semelhança nesta graduação da transitividade com a classificação de Blinkenberg (vide p.36): num extremo ele coloca as palavras que, segundo a sua terminologia, são "monovalentemente intransitivas", no outro extremo estão as palavras monovalentemente transitivas, e num ponto intermediário estão as bivalentes.

Para Blinkenberg, esta bivalência está no centro do problema da transitividade e é sua principal característica. Muitas vezes ela é resultado da distinção entre a expressão da idéia da ação na sua generalidade e nas suas aplicações particulares. Ele exemplifica seu ponto de vista com um grande número de verbos (1960, p. 115-116) e também com algumas expressões de construções transitivas e intransitivas que se opõem e ao mesmo tempo se equilibram:

(55) Uma só preocupação: produzir.

(56) É preciso produzir cereais em quantidade suficiente.

(57) Esta estrada leva ao castelo.

(58) Esta estrada nos leva ao castelo.

Entre os citados como intransitivos funcionalmente monovalentes (1960, p. 100-101) ele aborda o caso dos verbos que, sendo intransitivos, trazem integrado no seu sentido um objeto. Estes objetos se encaixam no que alguns gramáticos tradicionais chamam de objeto direto interno.

Para Blinkenberg, este é mais um caso de limite impreciso que circunda o domínio dos intransitivos.

Guillaume compara o mecanismo da transitividade ao mecanismo da voz média (vide p. 49). A abordagem de Pottier (vide p. 60), ligando o problema da voz ao da transitividade verbal é aparentemente semelhante, mas, de fato, difere muito da de Guillaume. No esquema de Guillaume, quando a incidência do verbo é para o sujeito, temos um verbo ativo, quando é para o objeto, temos um verbo passivo, enquanto que Pottier considera que, se a incidência é do predicado para o sujeito, a voz é atributiva, se é do sujeito para o predicado, ela é ativa. Neste caso, só há transitividade quando a incidência parte do sujeito para o predicado. Ocorre uma diferença entre os dois esquemas na forma de considerar os elementos do processo: Guillaume considera o sujeito e os objetos como elementos que sofrem a incidência do verbo. Pottier considera o predicado (neste caso, verbo e complemento) de um lado e o sujeito, de outro.

Se considerarmos, como Guillaume, verbo transitivo aquele cuja incidência ativa sobre o sujeito é reversível numa incidência passiva sobre o objeto, enquanto que no intransitivo a incidência ativa do verbo opera-se exclusivamente em relação ao sujeito, somos levados a aceitar os objetos diretos internos de verbos intransitivos como objetos diretos de verbos transitivos, is-

to é, objetos diretamente engajados no mecanismo incidental do verbo.

A opinião de Guillaume, de que o verbo transitivo é um verbo completo, porque possui as duas incidências, enquanto que o verbo intransitivo é incompleto, porque só possui uma, opõe-se à opinião de alguns gramáticos tradicionais. Segundo estes, o verbo intransitivo é que é completo, porque não precisa de complemento que lhe integre o sentido, a ação que ele expressa está totalmente contida na forma verbal. Fazemos tal comentário à guisa de curiosidade, porque esta é uma questão de abordagem que não tem maior importância para o funcionamento real do mecanismo da transitividade.

Vejamos agora alguns comentários sobre os critérios adotados por estes autores para determinar o que é realmente um objeto de verbo.

Segundo Guiraud, a relação do verbo com seu objeto pode ser graduada em termos de ser:

- uma simples relação;
- uma oposição de direção (do verbo ao objeto e do objeto ao verbo);
- um movimento com maior ou menor especificação.

Assim, temos uma simples ligação no regime direto; uma oposição de direção quando ocorrem as preposições: a ou de, que muito se aproxima da regência zero ou regime direto; e uma relação com valor específico lexicalizado quando ocorre uma preposição que não seja totalmente vazia de significação. Este último é o caso dos objetos indiretos que são muitas vezes confundidos com os complementos circunstanciais (adjuntos adverbiais, segundo a nomenclatura gramatical brasileira).

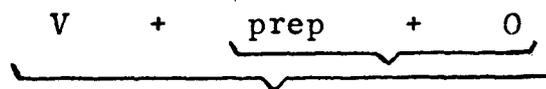
Os critérios apresentados por Blinkenberg neste capítulo, páginas 39-41, são mais formais e abrangentes que os discutidos no capítulo 1, mas mesmo assim, não pretendem ser exaustivos ou definitivos, uma vez que o próprio autor faz sempre questão de ressaltar a inconstância própria do fenômeno da transitividade. O último critério apresentado, o da unidade rítmica, não foi suficientemente explorado pelo autor, nem por nenhum outro autor de que tenhamos conhecimento. Parece ser interessante e viria confirmar o posicionamento de Blinkenberg quanto à coesão dos termos na determinação da transitividade, uma vez que esta coesão seria formalmente marcada na entonação da sentença. Em todo o caso, é apenas mais um critério que precisaria ser complementado por outros para que se pudesse chegar a alguma conclusão mais sólida.

Guillaume classifica os complementos verbais em:

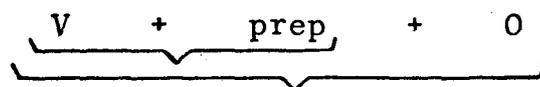
- complemento engajado no mecanismo incidental do verbo (sem preposição);
- complemento não engajado no mecanismo incidental do verbo (com preposição).

É pelo fato de o complemento não estar engajado no mecanismo incidental do verbo que ele deve ser ligado ao verbo por uma preposição, que, segundo o autor, é encarregada de intervir entre duas palavras separadas por um intervalo não coberto pelo mecanismo de incidência (suspensão de incidência). Como podemos ver, o autor não faz diferença entre o objeto indireto e os outros termos que ocorrem na frase também precedidos de preposição. A única oposição feita é entre verbo intransitivo, quando o complemento que ocorre não está engajado no mecanismo incidente do verbo; e verbo transitivo, quando o complemento está engajado neste mecanismo.

Também para Blinkenberg, a oposição entre objeto direto e indireto não é uma separação de caráter absoluto no interior da transitividade; não deve ser considerada sob o ponto de vista sintático-semântico mas como uma distinção de ordem morfo-sintática (1960, p. 117). Ele acredita que, no caso do objeto indireto, a preposição está fortemente ligada ao objeto e apresenta o seguinte esquema (1960, p. 93) para mostrar o grupo formado pelo verbo e o objeto indireto:



Acreditamos que tal raciocínio possa valer para outras situações, como para certos verbos. Nestes casos, a preposição estaria fortemente ligada ao verbo e este grupo: verbo + preposição, seria seguido de um objeto, que seria considerado direto, como no esquema:



A explicação apresentada por Guillaume para demonstrar como a formação de verbos de língua, que interiorizam uma preposição, fazem persistir o fenômeno da incidência, pode servir também para o caso de certos complementos, que, embora precedidos de preposição, mais se assemelham a objetos diretos.

Guillaume exemplifica sua explicação com os verbos voler (voar) e survoles (sobrevolar). Neste último, a preposição colocada como pré-verbo dá ao verbo uma incidência reversível, pela qual ele se relaciona ao sujeito ativo e ao objeto passivo, tornando-o transitivo.

Nos complementos precedidos de preposição a que nos referimos acima, e também no cap.1 (vide p.26) esta não estaria ligada ao complemento como nos objetos indiretos, mas integrada no sentido do verbo.

Assim, a incidência verbo/objeto não estaria sendo restabelecida pela preposição, mas pelo verbo ligado à preposição (verbo + preposição), como uma só palavra.

Esta explicação viria confirmar o nosso raciocínio, esquematizado acima, e viria explicar em parte a dificuldade da Gramática tradicional, presa a determinados critérios, em classificar certos objetos, chamados por Lima (vide p.17) de "complementos relativos".

Dissemos acima que Guillaume não faz diferença entre os objetos indiretos e os outros termos que ocorrem na frase precedidos de preposição. Mas esta não é uma posição generalizada, ao contrário, a maioria dos gramáticos faz esta distinção e muitos lingüistas se preocupam em explicá-la. Para tal, Guiraud acha mais válido utilizar critérios formais que semânticos. Ele utiliza o critério da autonomia dos termos na cadeia da fala (vide p.31).

Este critério é adotado por muitos autores, inclusive Blinkenberg.

Tal critério corresponde ao ponto de vista que considera a coesão entre o verbo e seu complemento como fator essencial na constituição da transitividade.

Esta coesão pode ser graduada: num extremo estariam os objetos cuja dependência do verbo é total e aparecem geralmente pospostos ao verbo; no outro extremo estariam os adjuntos adverbiais, que se comportam de forma bem livre e podem aparecer antes, depois e no meio da frase; entre os dois extremos estariam os cha

mados complementos adverbiais, cuja interdependência se revela por uma autonomia relativa.

Por este critério podemos perceber o quanto é vaga esta delimitação, isto sem considerar que ele não é aplicável para to dos os casos.

As abordagens apresentadas serviram para demonstrar o quanto é vasto o problema que estamos estudando e o quanto se es tá longe de encontrar uma explicação geral e convincente.

Um ponto crítico que precisamos apontar nestas aborda - gens é que elas se limitaram a descrever e analisar o fenômeno da transitividade considerando aspectos da estrutura superficial da linguagem. Não incluímos Guillaume nesta afirmação, uma vez que ele se preocupou com aspectos profundos da linguagem, e para ex plicá-la chegou ao mecanismo que coordena o próprio pensamento. Pensamos que, analisando apenas este nível de linguagem, não che garemos àquela explicação satisfatória, pelo menos para a maioria dos casos.

Partindo deste ponto de vista, somos levados a acreditar que existam critérios mais gerais que funcionam de forma inconsci ente em nossa mente. Evidentemente, a idéia não é nossa e outros lingüistas já se propuseram a analisar a língua sob este prisma .

A teoria que estuda a língua considerando a sua "estrutur a superficial" através da sua "estrutura profunda" é conhecida atualmente como "Teoria da Gramática Gerativa Transformacional" e já tem algumas ramificações.

Apresentaremos a seguir a contribuição de alguns auto - res que adotam esta teoria.

NOTAS DO CAPÍTULO 2

1. Esta função é denominada de Agente da Passiva pela Nomenclatura Gramatical Brasileira.
2. A obra de 1975 - Estruturas Linguísticas do Português - é uma análise das estruturas linguísticas da língua portuguesa no sentido de organizar suas características, independentemente da Gramática Normativa Tradicional.
3. Lexia "é a unidade lexical memorizada. O locutor, quando diz: "quebrar o galho", "Nossa Senhora!", "pelo amor de Deus!", "bater as botas", "barra-limpa", "nota promissória", não constrói esta combinação no momento em que fala, mas tira o conjunto de sua "memória lexical", da mesma forma que "banco", "livro"... (Pottier 1975, p. 26)".
4. Pottier explica o que é circunstante: "Além dos objetos imediatos e mediatos (semanticamente, pois sua construção pode ser direta ou indireta) encontramos os circunstantes. Se O designa a zona dos objetos, e C a dos circunstantes, temos:

"A⁰, grupo verbal, O¹, O², O³, O⁴, C¹..., Cⁿ"

(Pottier 1975, p. 58)".

Os circunstantes correspondem àquilo que a NGB chama de adjunto adverbial.

CAPÍTULO 3

3.1. Contribuição da Gramática Gerativa Transformacional

No capítulo anterior apresentamos a contribuição de lingüistas que chamamos de "estruturalistas". Consideramos como estruturalistas os lingüistas que precederam Chomsky e salientamos que eles não seguem um só ponto de vista, mas apresentam tendências diferentes na sua abordagem da língua. Estamos de acordo com Bach, quando afirma que:

"(...) nunca houve entre os lingüistas, quer na América, quer em outros lugares, unanimidade que pudesse justificar uma afirmação que englobasse todos os lingüistas em qualquer época (1971, p. 14)".

Segundo a concepção estruturalista, também chamada taxonômica, o lingüista deve observar o maior número possível de fatos da língua (enunciados orais ou escritos) que formam o corpus sobre o qual ele vai trabalhar; segmentar tais enunciados em diversos tipos de elementos (palavras, morfemas, fonemas, etc), fazer um inventário dos diversos elementos obtidos e classificá-los. Segundo esta corrente, o lingüista deve se ater aos dados e evitar qualquer intervenção de aspectos subjetivos.

A ciência moderna não se preocupa exclusivamente em coleccionar e classificar novos fatos, mas sim em:

"(...) construir - a partir de um número limitado de observações ou de experiências - teorias gerais, modelos hipotéticos, destinados a explicar os fatos conhecidos e a pre-

ver novos (Ruwet, 1967, p. 12)".

Os lingüistas estruturalistas empregavam o método indutivo em seus trabalhos, enquanto que com Chomsky o método usado é o dedutivo. De acordo com esta nova concepção, considera-se válida e é enfatizada a natureza criadora da descoberta científica.

Como cita Pazini (1978, p. 39), esta concepção não é nova, no sentido próprio da palavra, mas foi retomada por Chomsky das gramáticas filosóficas dos séculos XVII e XVIII, de orientação cartesiana, especialmente a gramática de Port Royal e também nos estudos de Wilhelm von Humboldt, que já continham observações sobre os universais lingüísticos, o aspecto criativo da linguagem, o inatismo da aquisição lingüística, a língua vista como um processo e não como um produto.

Apesar da oposição dos princípios metodológicos adotados e de quase todos os postulados da lingüística estruturalista terem sido postos em dúvida por Chomsky no seu "Syntactic Structures", publicado em 1957, a teoria da Gramática Gerativa Transformacional proposta por Chomsky, também é estruturalista porque considera a língua como uma estrutura. Isto se explica pelo fato de ter sido seu autor um aluno de Zellig S. Harris. Harris publicou em 1951 o seu "Methods in Structural Linguistics", onde codificou os métodos da lingüística estrutural, e Chomsky tem sempre a preocupação de ressaltar sua dívida para com ele. Assim, concordamos com Bach quando diz:

"Embora nos pareça importante no momento atual acentuar as diferenças entre a abordagem mais nova e as que a precederam imediatamente (estabelecendo um elo não com a geração imediatamente anterior, mas com

a que antecede esta), uma visão mais tranqüila mostrará que a vanguarda atual foi no fim de tudo a continuação do trabalho de seus mentores (1971, p. 27)".

3.1.1. Noam Chomsky

O livro de Chomsky publicado em 1957, que causou impacto no meio lingüístico estruturalista, sofreu várias reformulações até chegar à chamada "teoria standard" ou "teoria padrão" apresentada por este autor em "Aspects of the Theory of Syntax" em 1965.

Vamos supor como conhecidos os conceitos básicos desta teoria, tais como: estrutura superficial, estrutura profunda, competência, desempenho, gramaticalidade, aceitabilidade, como é concebida a gramática, seus componentes, etc. Apresentaremos apenas a abordagem de Chomsky sobre o que ele chamou de funções gramaticais subjacentes ou profundas, no capítulo 2 de "Aspectos da Teoria da Sintaxe".

Segundo ele, para uma frase como

A sinceridade pode assustar o rapaz

uma gramática tradicional apresentaria três tipos de informações:

- a. uma categorização ou análise em constituintes;
- b. uma descrição das funções;
- c. uma subcategorização ou análise componencial das palavras.

Ele mostra em seguida como uma gramática gerativa deve apresentar tais informações, pois o que as gramáticas tradicio-

nais apresentam se refere apenas à estrutura superficial ou a um nível próximo dela, enquanto que suas proposições se referem exclusivamente às funções de estrutura profunda.

Abordaremos, aqui, apenas alguns aspectos do item b, sobre as noções funcionais.

A noção de "sujeito", em oposição à noção de SN (sintagma nominal), designa uma função gramatical e não uma categoria gramatical e trata-se de uma noção intrinsecamente relacional.

Noções funcionais como "sujeito" e "predicado" devem ser rigorosamente distinguidas das noções categoriais como "sintagma nominal", "verbo", termos que usualmente são empregados um pelo outro. O erro em considerar como categorias as noções funcionais é muitas vezes encoberto por certos exemplos como:

1. A sinceridade pode assustar o rapaz

onde para cada noção categorial corresponde uma só noção funcional, isto é, um só sujeito, um só objeto e um só verbo-principal.

Porém, em frases como:

2. João foi persuadido por Bill a partir

muitas funções gramaticais se concretizam. João é ao mesmo tempo objeto de "foi persuadido" e sujeito de "partir". Em casos assim a impossibilidade de uma interpretação categorial de noções funcionais torna-se imediatamente evidente; por outro lado, a estrutura profunda onde estão representadas as funções gramaticais significativas será muito diferente da estrutura de superfície. Assim, cada frase como a (2) terá um substrato que consistirá numa sucessão de Indicadores Sintagmáticos de base, cada um dos quais apresentará uma parte da informação semanticamente pertinente relativamente às funções gramaticais.

O autor supõe as seguintes definições gerais:

1. Sujeito - de: [SN, F]
2. Predicado - de: [SV, F]
3. Objeto direto - de: [SN, SV]
4. Verbo principal - de: [V, SV]

Devemos considerar tais definições como pertencendo à teoria geral; em outras palavras, elas fazem parte do processo geral que consiste em atribuir uma descrição estrutural completa a uma frase, dada uma gramática.

Em exemplos como o apresentado acima (2), as funções gramaticais também podem ser diretamente dadas pelo sistema de reescritura, que gera os Indicadores Sintagmáticos de base, que estão subjacentes a estas frases, apesar de estas funções gramaticais não estarem, neste caso, representadas nas configurações das estruturas de superfície. Por exemplo: o substrato de (2) conterá Indicadores Sintagmáticos para as seqüências - Bill persuadiu João Frase - João partiu, e estes Indicadores Sintagmáticos de base apresentarão a informação funcional semanticamente pertinente.

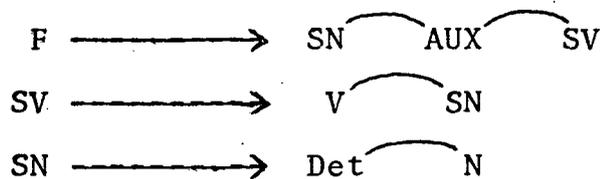
Relações gramaticais do tipo existente entre "sinceridade" e "assustou" (sujeito-verbo) e entre "assustou" e "o menino" (verbo-objeto) na frase (1), poderão ser definidas por derivação a partir das noções funcionais acima propostas. Assim, pode definir-se sujeito-verbo como a relação entre o Sujeito de uma Frase e o Verbo Principal do Predicado da Frase, sendo Sujeito-de, Verbo-Principal-de e Predicado-de as noções já definidas acima.

Pode-se ainda definir Verbo-Objeto como a relação entre o Verbo-Principal-de e o Objeto-Direto-de um SV.

Contudo, não é ainda possível distinguir a relação gra-

matical sujeito-verbo, tal como acabamos de definir, da pseudo-relação irrelevante Sujeito-Objeto. A gramática tradicional parece definir aquelas relações em que é possível reconhecer restrições de seleção entre as categorias associadas. Assim, a escolha do Verbo Principal é determinada pela escolha do Sujeito e do Objeto, embora o Sujeito e o Objeto sejam geralmente escolhidos independentemente um do outro e, nessa medida, não entrem numa relação gramatical do tipo em questão.

O autor conclui que, através de definições gerais adequadas das noções relacionais, podemos chegar às noções funcionais, cuja informação pode ser extraída diretamente dos Indicadores Sintagmáticos que são gerados por regras de reescritura bem simples como:



e outras.

Em contraposição à teoria da Gramática Gerativa Transformacional apresentada por Chomsky, apresentaremos a teoria da Gramática dos Casos apresentada pela primeira vez em 1966 por Fillmore.

Este e outros trabalhos que também se preocuparam em dar maior ênfase ao componente semântico da Gramática Gerativa Transformacional (Halliday, Matthews, Lakoff, Ross) deram origem a um ramo da teoria conhecido pelo nome de "Semântica Gerativa".

3.1.2. Charles Fillmore

Nossa apresentação tem como base artigos de Dubois-Charlier (1975), Anderson (1975), Starosta (1975), do próprio Fillmore (1975) e uma resenha dos artigos de Fillmore de 1962 a 1973 apresentada por Pereira (1977) ¹.

Nos seus primeiros artigos, Fillmore seguia os transformacionalistas. Mas um ano após a publicação de "Aspectos da Teoria da Sintaxe", Fillmore apresentou um sistema de descrição linguística cujas categorias de base diferiam bastante da base sintagmática da teoria padrão. Ele criticava (1966b) as propostas de Chomsky no que se referem à definição dos conceitos categoriais (SN, SV, V, SP...) e relacionais (sujeito-de, objeto-de...), que, segundo Chomsky, estariam na Base do componente sintático. Neste artigo Fillmore delimita o problema ao qual vai se dedicar. O seu objetivo é questionar até que ponto as noções de "sujeito" e "objeto" são válidas linguisticamente e colocar em dúvida a proposta de Chomsky para estabelecer formalmente a distinção entre conceitos gramaticais relacionais e categoriais. Ele propõe também que se reconsidere o papel do "caso" na Base de gramáticas, supondo que seu papel é menos superficial do que se pensa.

Fillmore procura demonstrar que os conceitos de sujeito e objeto não devem ser incluídos na estrutura profunda, pois estas noções só têm significação semântica na estrutura superficial. Considerando-se a forma de como foi apresentada na teoria padrão, a distinção sujeito-objeto é desnecessária para o componente semântico e só interessa à aplicação das regras fonológicas em nível superficial.

Fillmore propõe que uma nova ordem de conceitos seja in

corporada à gramática transformacional: são os casos de estrutura profunda. A existência destes casos seria revelada e justificada por critérios sintáticos e sua presença nas representações subjacentes das frases reduziria a carga do componente de interpretação semântica da gramática.

Sua pesquisa se orienta para um outro nível de estrutura sintática, mais profundo que o da teoria standard. Ele sugere uma renovação da noção de estrutura profunda, com o objetivo de permitir a representação direta de certos tipos de funções semânticas dos sintagmas nominais; cabe ao componente transformacional estruturar as frases de forma que elas contenham sujeitos e objetos.

Observando as línguas que têm sistemas casuais na sua morfologia nominal, o autor lançou a hipótese de que tais casos são fundamentais para todas as línguas. Eles correspondem a funções semânticas subjacentes e se realizam sob várias formas: sob a forma de terminações casuais, sob a forma de preposições ou posições e talvez ainda sob outras formas diferentes.

O essencial do sistema casual de Fillmore pode ser colocado nas duas séries de exemplos seguintes, como o fez Dubois-Charlier (1975).

João deu um golpe em Paulo.

João recebeu um golpe de Paulo.

"João" é considerado tanto pela gramática tradicional como pela transformacional como tendo a função de "sujeito" nestas duas frases onde no entanto, ele está em situações bem diferentes.

O açúcar caramelizou

Maria caramelizou o açúcar

Pela gramática tradicional e transformacional, "açúcar" é descrito como tendo funções diferentes nas duas frases: na 1ª é sujeito, na 2ª é objeto. No entanto sabemos que "açúcar" está em situação idêntica nas duas frases.

Segundo Fillmore, estas relações entre os elementos de uma situação relatada pela frase devem ser descritas como relações fundamentais, que devem ser explicitamente inscritas no nível fundamental e primeiro da descrição lingüística. Ele continua defendendo a tese de que as frases "de superfície" são resultado de transformações a partir de uma estrutura profunda, mais apropriada à descrição de seu sentido. É neste nível de estrutura profunda que devem aparecer estas relações, mas não é neste nível que devemos considerar as noções de sujeito e objeto, porque elas não correspondem a funções semânticas.

Uma gramática transformacional com componente de base casual tem as seguintes propriedades:

3.1.2.1. Núcleo proposicional da frase simples constituído de um "predicador" (verbo, adjetivo ou nome) ligados a várias entidades por funções chamadas "casos (profundos)". A sentença deve ser reescrita da seguinte maneira:

$$R_1 \quad S \longrightarrow \text{Mod} \overset{\text{Prop}}{\text{Prop}}$$

que deve ser lida: Sentença se reescreve como Modalidade mais Proposição; o núcleo proposicional será reescrito pela R_2 em um constituinte verbal e constituintes não-verbais:

$$R_2: \quad 2 \quad \text{Prop} \longrightarrow V \quad (A) \quad (E) \quad (I) \quad \text{ou} \\ 2' \quad \text{Prop} \longrightarrow V + C_1 + \dots + C_n$$

onde C significa caso (cuja lista Fillmore teve por bem fixar em: Agente, Experimentador, Instrumento, Objeto, Fonte, Alvo, Lugar e Tempo), embora não o tenha feito com intenção de que esta lista seja definitiva (Fillmore, 1975, p. 70).

Tais constituintes não-verbais se reescrevem em K + SN, conforme R_3 :

$$R_3 \left\{ \begin{array}{c} A \\ E \\ I \end{array} \right\} \rightarrow K + SN$$

onde K indica o caso (em português esta marca do caso é reescrita como preposição). Os SN devem ser reescritos de acordo com a R_4 :

$$R_4: \quad SN \longrightarrow (\text{Det}) (S) (N)$$

onde Det = determinante, S = sentença (símbolo recursivo), N = nome.

3.1.2.2. Os casos identificam os papéis que as entidades assumem na predicação; estes papéis pertencem a um repertório estabelecido para todas as línguas, que são alguns dos universais lingüísticos, isto é, alguns dos aspectos em comum que as línguas apresentam entre si apesar da aparente total diversidade.

Algumas observações feitas pelo autor sobre os casos (Fillmore 1975, p. 70-78):

3.1.2.2.1. Dativo, usado anteriormente, é redistribuído

para os casos: Experimentador, "para os verbos de acontecimento psicológico ou de estado mental"; Objeto "para os verbos não psicológicos de mudança de estado (como a morte ou o crescimento)" ; Alvo, "com verbos marcando uma transferência ou deslocamento de alguma coisa para uma pessoa".

3.2.2.2.2. Instrumento é o "caso da causa imediata de um acontecimento, ou, se trata-se de um prediador psicológico, o caso do estímulo, da coisa à qual se reage".

3.2.2.2.3. Objeto é o caso da "entidade que sofre o deslocamento ou a mudança". É considerado pelo autor, como diríamos em português, "pau para toda obra", pois pode servir para várias funções. Por exemplo, se for ocupado por uma frase, pode exprimir o conteúdo de um acontecimento psicológico.

3.2.2.2.4. Fonte e Alvo, com verbos como: vir, ir, são os casos que exprimem a partida e o destino; com verbos mais abstratos que exprimem mudança, representam os estados anterior e posterior. O alvo absorveu os casos Factitivo e Resultativo, postos em desuso.

3.2.2.2.5. Agente, sua formulação exata não tem sido tãrefa fácil e o próprio Fillmore se pergunta:

"que devemos compreender sobre uma frase se sabemos que um dos seus casos é Agente? Como determinar se um verbo é seguido obrigatoriamente ou facultativamente por um SN Agente? Como as noções como o movimento, a intenção, a causa e o resulta

do estão ligadas às interpretações das frases que contêm um SN Agente?" (Fillmore 1975, p. 71).

Segundo esta teoria, só dois casos: Agente e Instrumento podem ocupar a posição de sujeito em frases que expressam acontecimento causado; tais frases necessitam de explicações especiais, pois ocorrem duas situações distintas: uma, quando a causação tem origem em forças naturais, outra quando ocorrem cadeias de causação. O autor acredita que quando ocorrem cadeias de causação, isto é, uma coisa leva à outra, a gramática das frases simples permite indicar apenas a causa principal ou a causa imediata, mas não elementos intermediários. Ele exemplifica: um menino lança uma bola com uma raquete de tênis e a bola quebra uma vidraça. Diremos:

a. O menino quebrou a vidraça (com a bola).

b. A bola quebrou a vidraça.

mas não será comum alguém afirmar:

c. A raquete quebrou a vidraça.

Na frase "a" o sujeito designa a causa principal, na "b" a causa imediata. Assim, parece lógico ter apenas dois casos para estas frases de causa. O problema está em saber qual dos dois casos deve designar o papel dos fenômenos que não dependem de ninguém, mas são causas de acontecimentos, como o raio, a erosão, uma doença, etc...

Foi sugerido (Huddleston 1970 - "Some remarks on case grammar", Linguistic Inquiry 1, 501-511) um caso suplementar chamado Força. Mas Fillmore acha que este caso pode ser reagrupado por um dos dois propostos acima.

Ele propõe que seja tal caso incorporado ao caso Instru

mento, assim os SN de forças naturais seriam concebidos como desempenhando o mesmo papel em frases onde fossem a causa do acontecimento e em frases onde estas forças dependem de um agente; outro argumento positivo é que muitos SN de forças naturais poderão ser considerados como derivados de frases.

3.2.2.2.6. Lugar e Tempo podem ocorrer em estruturas de frases que exprimem mudança e deslocamento e além disso, tem duas possibilidades de análise. Uma delas "consiste em dizer que estes dois casos são complementos facultativos de fundamentalmente qualquer predicador. Uma outra possibilidade é dizer que as proposições suscetíveis de designar ações/acontecimentos/situações que podem ser localizadas no tempo e no espaço, são elas mesmas encaixadas em frases superiores tendo por verbo principal alguma coisa como se produzir /ter lugar e é o verbo superior que toma o caso que introduz o lugar e o tempo" (Fillmore 1975, p. 76).

3.2.2.2.7. Itinerário não está incluído no elenco de casos apresentado acima (item 3.1.2.1. porque constitui problema até agora sem solução satisfatória.

3.2.2.2.8. Beneficiário também foi abandonado por Fillmore. Para uma frase como: "João fez isto para mim", o autor propõe a seguinte solução: tal frase seria uma resultante derivacional de uma frase matriz que contém três casos: Agente, Objeto e Alvo Animado, sendo o objeto a frase encaixada que exprime o dom, ou ação efetuada para o benefício de alguém. "A presença obrigatória do Agente se explica pelo contexto de en

caixamento e o caráter deliberado do ato do Agente pode ser inscrito na semântica do verbo superior" (Fillmore 1975, p. 78). Podemos exemplificar tais verbos com dar e oferecer.

3.1.2.3. Os casos seguem uma hierarquia (dada pela ordem de apresentação vista no item 3.1.2.1.), esta hierarquia rege o funcionamento de certos processos sintáticos, sobretudo a escolha do sujeito.

Na objetivização, que é a transformação que forma o objeto direto de superfície, coloca-se após o verbo e sem preposição um caso que pode ser um Dativo ou um Locativo. Por exemplo:

V (besuntar) + A (João) + I (com manteiga) + L (sobre o pão).

A. Objetivizando o locativo:

"João besuntou seu pão com manteiga".

B. Sem objetivização do Locativo:

João besuntou manteiga sobre seu pão.

3.1.2.4. Os casos de superfície, as preposições, as posições e outros marcadores de funções são determinados por diversos tipos de informações sobre a frase (a natureza dos casos da estrutura profunda, o funcionamento dos processos de escolha do sujeito e do objeto e outros fatos). Todo nódulo casual, no nível subjacente, domina um SN introduzido por uma preposição. Sobre a estrutura subjacente com nódulos casuais vão ser aplicadas as transformações sintáticas, em particular as de formação do sujeito e do objeto.

A transformação de formação do sujeito escolhe um dos sintagmas casuais e o coloca à esquerda do verbo. Todo o sintagma vê nessa hora apagar-se a sua preposição subjacente. A escolha se faz segundo certas regras, mas permite opções. Por exemplo, "curar" tem que ter um Objetivo e pode ter um Instrumental e um Agente, se não há um Agente, o objetivo pode tornar-se sujeito:

V (curar) + O (de Pedro) + I (com este medicamento)

Pedro sarou com este medicamento.

ou o Instrumento pode tornar-se sujeito e o Objeto tornar-se objeto:

V (curar) + O (de Pedro) + I (com este medicamento)

Este medicamento curou Pedro.

O Objeto pode tornar-se sujeito, mesmo em presença de um Agente se o verbo tomar a forma passiva:

Pedro foi curado por este médico.

Pedro foi curado (por alguém) com este medicamento.

O objeto direto de superfície resulta também de uma regra transformacional que suprime a preposição do caso situado após o verbo, isto após certos verbos ditos "transitivos diretos" e em certas condições; a preposição não é apagada em nominalizações (a cura de Pedro). Certos verbos admitem também permutações do Objetivo e do Dativo, um ou outro podendo ser colocados em posição objeto, o segundo conservando a sua preposição:

Perdoar Pedro por seu erro.

Perdoar o erro de Pedro.

3.1.2.5. Os itens lexicais que são suscetíveis de desempenhar papel de predicadores (verbos, adjetivos e nomes), podem ser classificados segundo as configurações dos casos com os quais se constroem. Para os verbos, a definição no léxico é feita segundo dois tipos de propriedades:

- a. Eles têm uma especificação no seu esquema casual que permite ou não a sua inserção numa dada proposição.
- b. Os verbos têm também uma especificação de suas propriedades transformacionais, essencialmente suas propriedades quanto à escolha do sujeito e das preposições. Há regras gerais para a escolha do sujeito dos casos subjacentes que se tornarão sujeito de superfície. Mas muitos verbos escolhem individualmente seu sujeito de superfície. Por exemplo: querer e pertencer têm o mesmo esquema casual [- O + D] e se distinguem pelo fato de que querer toma o dativo como sujeito:

Maria quer um carro.

enquanto que pertencer toma o Objeto:

O carro pertence a Maria.

Na definição do verbo há então "o sentido propriamente dito" do qual distinguem-se as propriedades casuais e as propriedades transformacionais. Isto permite exprimir diversas relações entre os verbos.

Estes são os princípios que definem a representação das estruturas profundas. Em seguida, se aplicam as transformações: integração ao verbo de certos elementos de modalidade, nominalizações, etc, e subjetivização e objetivização.

3.1.2.6. Frases encaixadas em representações subjacentes também assumem certos casos.

Fillmore apresentou três critérios para a determinação dos casos, mas ele mesmo afirma que eles estão sujeitos a serem revisados e retificados:

- Só há um tipo de caso para cada proposição.
- Só se pode coordenar SN representantes do mesmo caso.
- Todo SN está associado a uma única etiqueta casual, se bem que em toda proposição há uma correspondência termo a termo entre os SN e as relações casuais.

Quanto ao aspecto da formalização, a gramática dos casos apresenta ainda muitos problemas e pontos que merecem maiores explicações, principalmente na formalização da passagem da estrutura profunda à estrutura de superfície. No seu artigo "The Case for Case" (1968 a) Fillmore estabelece um esquema notacional que depois criticou no artigo 1971 b, sem apresentar uma reformulação que substituísse o esquema anterior.

"é simplesmente que eu não encontrei notação aceitável para o tipo

de coisa que quero poder represen-
tar.

O problema essencial é saber como se pode indicar o papel casual dos sintagmas nominais (e das orações encaixadas) nas frases das quais são constituintes, e que conseqüências a escolha da notação tem para o funcionamento da gramática". (Fillmore 1975, p. 79).

O nódulo K representa um elemento subjacente que não precisa ser necessariamente expresso por preposição; ele representa a relação casual propriamente dita.

O diagrama arbóreo representa as relações semânticas do predicado por meio dos nódulos casuais. Os SNs são dominados por estes nódulos e sendo necessário algum deslocamento devem ser deslocados juntos.

Como já foi dito no item 3.1.2.5. (acima), os verbos são classificados de acordo com o seu esquema casual.

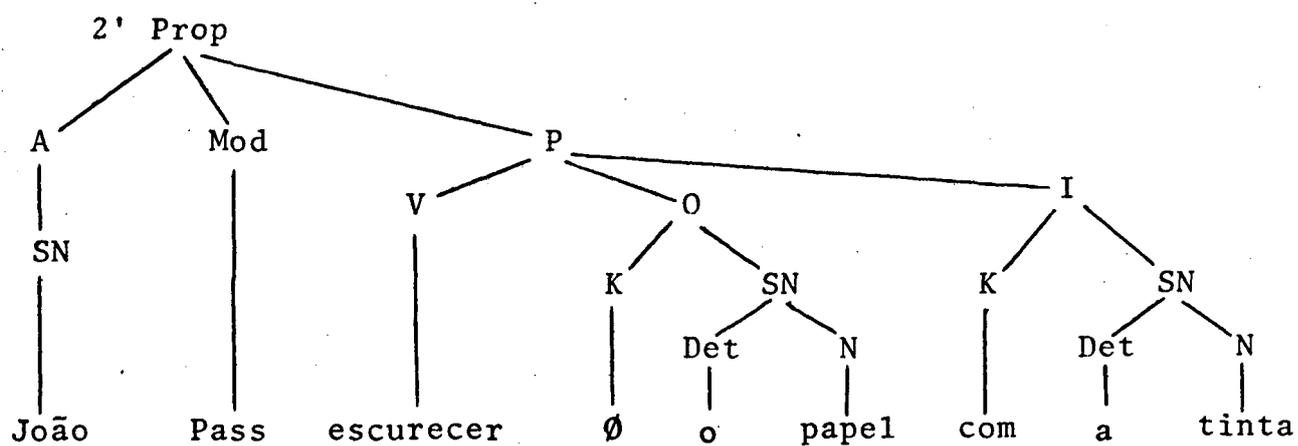
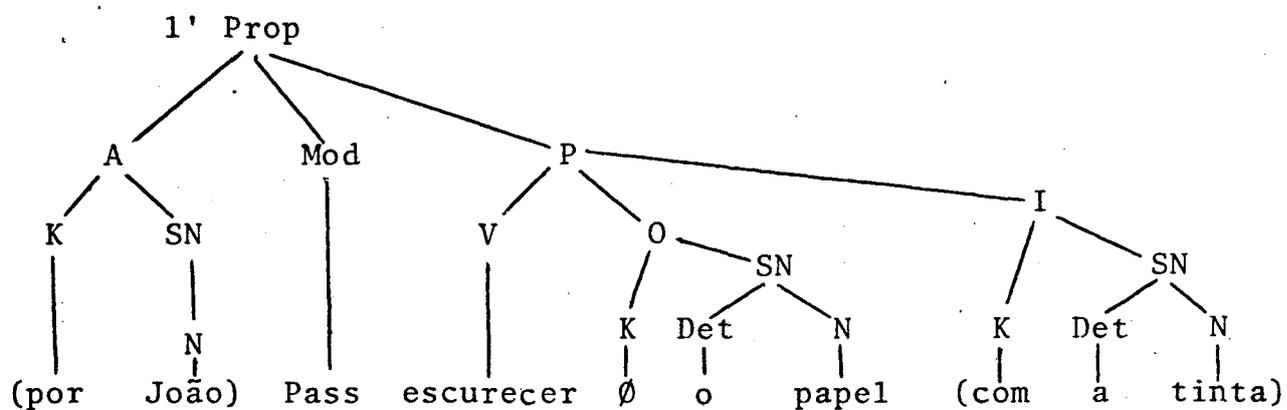
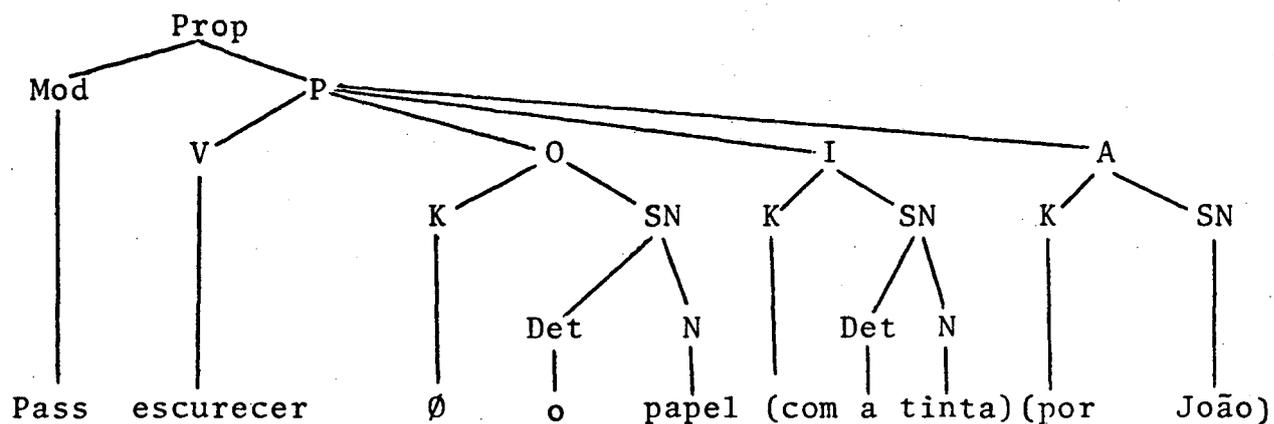
Por exemplo, o verbo querer terá o esquema casual [-O+_D]² ; quando os casos são de ocorrência facultativa são colocados entre parênteses. Por exemplo, o verbo abrir tem o esquema casual [-(A) + (I) + O] porque tem obrigatoriamente o caso Objeto, e pode ou não ter os casos Agente e Instrumento.

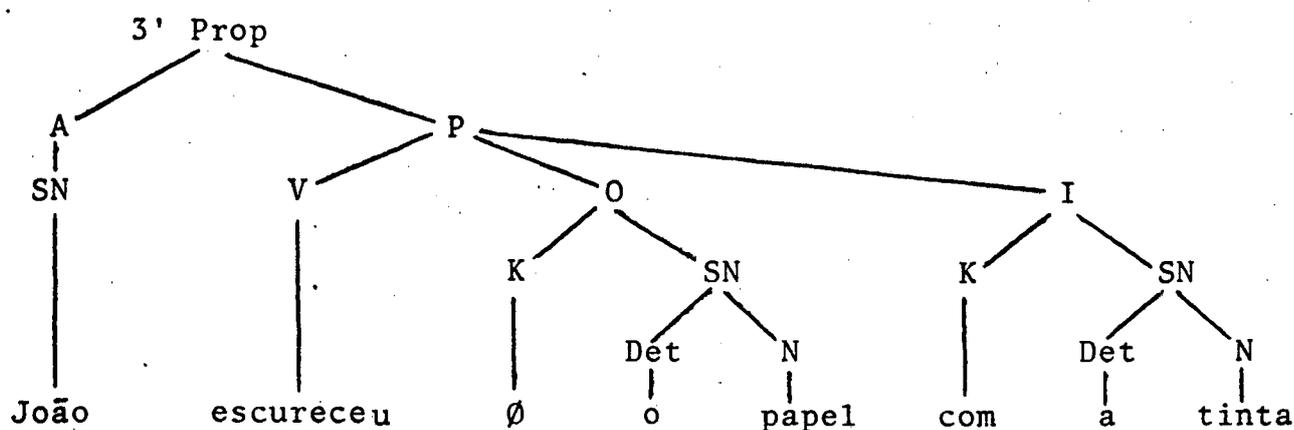
Na subjetivização, a formalização da transformação é feita da seguinte maneira: 1. deslocamento do elemento a ser subjetivado para antes do componente Mod (modalidade); 2. apagamento da preposição do elemento subjetivado; 3. incorporação do elemento tempo da Mod. ao predicado, etc...

Exemplificaremos de forma simplificada a transformação de subjetivização, para obtermos a sentença:

João escureceu o papel com a tinta

verbo: escurecer [- 0 + (I) + (A)]





O principal defeito na notação apresentada, segundo o próprio Fillmore (1975, p. 79), é que os papéis casuais dos SNs são marcados por nódulos etiquetados dominando o SN (ou a frase) em questão. Acontece que os casos não são categorias e por esta notação eles são tratados como são tratadas as categorias gramaticais. Se tal representação fosse considerada, teríamos que distinguir dois tipos de símbolos categoriais e deveríamos ter variáveis sobre as etiquetas de casos e outros procedimentos deveriam ser adotados. Apesar disto o autor aponta quatro itens que justificam, pelo menos, o fato de tal notação estar sendo comentada por ele:

1. É aquela que eu adotei;
2. Ela facilita a conceptualização das regras transformacionais;
3. Ela segue a tradição transformacional onde etiquetas são destinadas aos constituintes e co-constituintes do sintagma verbal que não são sujeitos e objetos, como os sintagmas Módulo, Duração, Tempo;
4. Como por vezes é preciso reforçar os constituintes dos casos apresentando complementizadores, preposições, etc, os nódulos casuais fornecem ao menos bases sobre as quais construir estas

estruturas expandidas (1975, p.80)".

Ele sugere um tipo de notação de dependência, para o nível subjacente, que utiliza árvores-nódulos ou "stemmas", contendo cada um um nóculo raiz, um ou vários ramos etiquetados e uma variável ou um índice na ponta de cada ramo. O nóculo raiz é um símbolo complexo contendo: traços semânticos, fonológicos, regras e valência casual. Os ramos contêm as etiquetas de casos e são ordenados conforme a hierarquia dos casos, da esquerda para a direita. As variáveis situadas nas extremidades dos ramos representam as entidades que têm relações casuais com o predicador representado no nóculo raiz.

Esta sugestão não foi até agora formalizada e especificada, pelo menos não temos conhecimento disto.

Segundo conclusão do próprio Fillmore no seu artigo "The case for case" (1968), se tal teoria sintática universal semanticamente justificável for viável, então será o fim da estrutura profunda sintática proposta por Chomsky, uma vez que esta fica sendo um nível artificial entre a estrutura profunda semântica e a estrutura de superfície, níveis cujas propriedades se prendem mais às obrigações metodológicas dos gramáticos que à natureza das línguas humanas.

3.2. Comentário Crítico

Como já ficou bem claro na introdução deste capítulo, a teoria de Gramática Gerativa Tradicional não é uma teoria nova em todos os seus aspectos. Ela tem raízes em teorias e estudos an

teriores e se fizermos uma análise de caráter global, veremos que ela é uma continuação no desenvolvimento natural dos estudos lingüísticos. O motivo, que deu um caráter de revolução e contesta - ção à introdução de tal teoria, foi a mudança na concepção metodológica da ciência: o emprego do método dedutivo em vez de induti - vo.

Pela nova concepção, o lingüista tem maior liberdade criadora, ele não precisa se limitar a dados concretos e comprovados. Partindo de algumas observações e experiências, pode construir novas teorias e levantar hipóteses, com o objetivo de explicar os fatos observados e mesmo de supor a existência de outros fatos, não evidentes numa análise apenas superficial.

Este nos parece ser o ponto chave na distinção entre a teoria gerativa e as que apresentamos nos capítulos precedentes . Nesta afirmação, não podemos incluir Guillaume e em alguns pontos Blinkenberg, porque estes não ficaram apenas no nível superficial e se preocuparam também com aspectos da estrutura profunda da língua, de sua formação no pensamento até sua realização efetiva. Pa ra explicar os fatos da linguagem, que é posta em uso, os lingüistas generativistas transformacionalistas partem de uma linguagem mentalizada; assim a linguagem teria uma estrutura superficial, palpável, concreta, e uma estrutura profunda, mentalizada, formada no nosso inconsciente.

Acreditamos que esta distinção entre uma estrutura superficial e uma estrutura profunda da língua seja o ponto essen - cial na explicação de certos aspectos do problema que estamos estudando. Os autores que precederam ou não adotaram tal concepção, se limitando apenas ao nível observável da linguagem, tiveram um

campo de estudo mais restrito e por isso maior dificuldade em explicar certos fenômenos.

Chomsky, apesar de generativista, ficou preso às propriedades determinadas pelos gramáticos tradicionais e nada acrescentou à análise de tais funções. Embora ele afirme que a estrutura profunda, que representa as funções gramaticais significativas, seja diferente da de superfície, ele estabeleceu os indicadores sintagmáticos da base calcado em noções da gramática tradicional. Segundo ele (vide p. 77), as noções funcionais são resultados das posições relativas dos elementos nos indicadores sintagmáticos, que representam a estrutura profunda. Assim, a função de sujeito seria definida como sendo o SN da regra sintagmática;

$$F \longrightarrow SN + SV$$

isto é, o primeiro sintagma nominal que compõe a frase.

Fillmore não concorda com esta análise e propõe algumas modificações, partindo do raciocínio já apresentado neste capítulo (vide p. 80).

Em exemplos:

João deu um golpe em Paulo

João recebeu um golpe de Paulo

"João" é classificado como tendo a função sujeito nas duas frases, onde, na realidade desempenha papéis diferentes. Logo, a função de sujeito, assim também como a de objeto, não corresponde a uma função semântica.

A função semântica deve ser inscrita no nível mais profundo da língua; enquanto que as noções de "sujeito" e "objeto" de

vem ser consideradas apenas em nível de superfície, resultado de transformações sofridas pela estrutura profunda.

As funções semânticas subjacentes são representadas pelos "casos", que podem se realizar na superfície sob várias formas: sufixos, preposições, posposições e outras.

Considerando as diferentes abordagens expostas nos cap. 1 e 2 desta dissertação e comparando-as com a proposta por Fillmore na Gramática Casual, acreditamos que esta última apresente melhores condições para a análise do problema que estamos estudando. Não consideramos tal proposta ideal nem definitiva, conscientes que estamos de suas limitações, já rapidamente comentadas e citadas na 1^a parte deste capítulo.

No sentido de demonstrar a validade desta teoria na elucidação de alguns aspectos do problema da transitividade verbal, faremos a classificação de alguns verbos do Português, aplicando seus conceitos básicos.

Em tal classificação utilizaremos os mesmos princípios usados por McCoy [s.n.t]³ em seu trabalho de classificação de alguns verbos do espanhol. Esta autora aplicou os conceitos básicos da teoria de Fillmore, complementando-a e adaptando-a em muitos pontos às necessidades da sua análise.

NOTAS DO CAPÍTULO 3

1. Obras consultadas por Pereira para a realização da resenha:
- 1962- FILLMORE, Charles J. Indirect object constructions in English and ordering of transformations. The Hague, Mouton, 1965.
- 1963- _____. The position of embedding transformations in a grammar. Word, s.l. 19:208-31, aug., 1963.
- 1965- _____. Les règles d'inférence dans une théorie sémantique [Entailment rules in a semantic theory. Project on Linguistic Analysis, Ohio, Report 10:60-82, 1965. Trad. Oswald Ducrot.] Cahiers de Lexicologie. Paris, 19:3-24, déc., 1971.
- 1966a _____. Deitic categories in the semantics of "come". Foundations of Language. s.l. 2:219-27, aug., 1966.
- 1966b _____. A proposal concerning English prepositions. Monograph Series on Languages and Linguistics 17 th Annual Round Table. Washington, 19:19-33, 1966.
- 1966c _____. Toward a modern theory of case. Project on Linguistic Analysis. Ohio, Report 13:1-24, 1966. Also in: David Reibel and Sanford Schane (eds.) Modern Studies in English reading in transformational grammar. Englewood Cliffs, N.J., Prentice-Hall, 1969, 361-75.
- 1967a _____. On the syntax of preverbs. Glassa. s.l. 1:91-125, 1967.
- 1967b _____. The grammar of hitting and breaking. Project on Linguistic Analysis. Ohio, Report 1:9-29, 1967 also in: Jacobs and Rosebaum, 1970. p. 120-33 .
- 1968a _____. The case for case. In: BACH, Emmon & HARMS, Robert T. 1968, p. 1-88.
- 1968b _____. Lexical entries for verbs. Foundations of Language. s.l. 4:373-93, nov., 1968.
- 1969a _____. Types of lexical information. In: Ferenc Kiefer (ed.) Studies in syntax and semantics. Dordrecht, Holland, Deidel, 1969. Also in: STENBERG and JAKOBOVITS 1971. p. 370-92.

- 1969b FILLMORE, Charles J. Review of componential analysis of general vocabulary: the semantic structure of a set of verbs in English, Hindi, and Japanese, by Edward Herman Bendix. In: *General Linguistics* s.1. 9:41-65, 1969.
- 1969c _____. On generativity. In: PETERS, 1972. p. 1-19.
- 1970 _____. Subjects speakers and roles. *Working Papers in Linguistics*. Ohio, Report 4:31-63, 1970 Also in: DAVIDSON, Donald & HARMAN, Gilbert (org.) 1972, p. 1-24 .
- 1971a _____. Verbs of Judging: an exercise in semantic description . In: FILLMORE & LANGENDOEN, 1971. p. 272-89.
- 1971b _____. Quelques problèmes posés à la grammaire casuelle some problems for case grammar. *Working Papers in Linguistics*. Ohio, Report 10:245-65 - Trad. John Anderson et Françoise. Dubois-Charlier Languages. Paris, 38:65-80, jun, 1975.
- 1972 _____. How to Know whether you're coming or going. *Studies in Descriptive and Applied Linguistics: Bulletin of the Summer Institute in Linguistics*. Tokio, 5:3-17, 1972.
- 1973a _____. A grammarian looks to sociolinguistics. In: SHUY, R.W. - 23 rd annual round table sociolinguistics: current trends and prospects. Georgetown, G. University Press, p. 273-87.
- 1973b _____. May we come in ? *Semiotica*. The Hague, 9, 2, p. 97-116, 1973.
- 1971 FILLMORE & LANGENDOEN (orgs.) - Studies in linguistics semantics. New York, Holt, Rinehart and Winston, 1971.

2. Fillmore redistribuiu posteriormente o Dativo, que neste contexto passaria a Experimentador.
3. Não conseguimos as notas tipográficas referentes a este trabalho.

C A P Í T U L O 4

Neste capítulo apresentaremos os dados teóricos dos quais fazemos uso para a classificação de verbos do português. Tal classificação consta nos apêndices 1 e 2 desta dissertação.

Os conceitos aplicados na análise e classificação dos verbos são os mesmos utilizados por McCoy na sua classificação dos verbos do espanhol, nos quais nos baseamos.

A seguir, faremos uma análise dos dados obtidos na classificação dos verbos, que será seguida de um comentário crítico.

4.1. Resumo do trabalho de Ana Maria Bartrina Campos McCoy sobre a classificação dos verbos do espanhol, cujo modelo seguimos para a classificação dos verbos do português

O objetivo do seu trabalho é classificar os verbos do espanhol de forma que fiquem evidentes as relações sintáticas e semânticas existentes entre o verbo e o resto da sentença em que ele ocorre, e mostrar o valor da gramática casual na descrição da sintaxe de outra língua, que não seja o inglês, testando assim a afirmação de Fillmore de que seu modelo tem universalidade.

A autora adota os princípios da Gramática Casual, já citados no cap. 3 desta dissertação, mas apresenta quatro modificações principais e alguns acréscimos:

- a. o uso de traços semânticos na determinação das relações sintático-semânticas traduzidas por cada caso .
- b. alguns sintagmas nominais, aparentemente simples, que ocorrem em algumas sentenças são considerados como procedentes de sentenças encaixadas.
- c. são exploradas as relações entre estruturas "coordenadas" e verbos comitativos, recíprocos e conversos, e o "Caso Comitativo" será deixado de lado.
- d. o repertório casual terá dois casos a mais do que o apresentado por Fillmore em "The Case for Case" (1968): Experimentador e Causativo, enquanto que o Instrumental-Força, proposto por Lambert (1969), foi considerado desnecessário.

4.1.1. Os traços Semânticos.

Quando se tenta aplicar o modelo de Fillmore, uma das primeiras fontes de dificuldade é a falta de critérios objetivos nos quais se basear para decidir que casos ocorrem com determinado verbo. Muitas propostas têm como base a intuição, mas isto não é suficiente. Quando examinamos as relações existentes entre os vários argumentos envolvidos em um evento, não temos muita dificuldade, apenas baseados na intuição, de dizer se tal argumento é a causa do evento (Argumento Causal), se é afetado por ele (Argumento Afetado) ou se expressa o tempo ou o lugar em que ele ocorre (Argumento Circunstancial). A dificuldade está em dizer que argumentos são representados por determinado sintagma nominal.

É necessário definir as relações expressas por cada ca

so no sentido de que se possa comparar e contrastar casos semelhantes, para poder determinar exatamente suas fronteiras. Para tal, a autora aproveitou (com algumas adaptações) uma proposição de Lambert (1969): os traços casuais. Tais traços diferenciam-se formalmente dos traços sintáticos de Chomsky e também dos traços dos nomes de Lambert, porque são marcados por dois travessões oblíquos; por exemplo: //Realizador//. Por outro lado, enquanto os traços usados nas gramáticas transformacionais ([Comum], [Abstrato]) são propriedades permanentes dos nomes, os traços casuais (//Causa//, //Realizador//, //Fonte//), são propriedades acidentais e relativas dos nomes, determinadas pelo tipo de ação com a qual o nome ocorre.

São os seguintes os traços considerados necessários para descrever os casos que expressam as relações entre os Argumentos Causal, Afetado e Circunstancial: //Causa//, //Instigador//, //Realizador//, //Intenção//, //Efeito//, //Fonte//, //Alvo//, //Ativo//, //Controle//, //Afetado//, //Tempo//, //Lugar// e //Transição//.

Consideremos os traços que nos possibilitam distinguir entre os casos que expressam os Argumentos Causais e Afetados.

A noção do traço //Fonte// é aquela que expressa o ponto no qual alguma coisa se origina, onde alguma coisa começa. O traço //Causa// também está envolvido em toda origem de ação, mas é encontrado em argumento que produz mudança (Agentivo), especificado para argumentos que levam o Agentivo a fazer uma ação (Estímulo) e que ajudam o Agentivo no seu desempenho (Meios).

O traço //Instigador// representa a capacidade de iniciar ações, fazendo-as ou levando outros a iniciá-las. O Agentivo e o Causativo têm esta capacidade. Mas uma ação pode ter mais de

um instigador. O instigador considerado como responsável pela realização da ação é o realizador. Este papel é geralmente ocupado pelo caso Agentivo, que é marcado como //+Realizador//. O outro instigador é o responsável por fazer o realizador realizar a ação; é especificado como //-Realizador//. Geralmente tais argumentos são expressos pelo caso Causativo.

A propriedade de agir intencionalmente, com o objetivo de atingir um resultado específico, é expressada pelo traço //Intencional//. O Agentivo é o único que tem esta propriedade.

Para distinguir as realizações referentes à proposição das que se referem às condições do objeto afetado, a autora usa os traços: //Efeito//, para o fim de ações e //Alvo// para a noção de fim, quando se refere a objetos afetados pela ação. Exemplo de: //Efeito//:

(1) El sabio fabricó 'un plástico nuevo'.

(O sábio fabricou um plástico novo)

Exemplos de //Alvo//:

(2) Gregorio mandó el regalo 'a Madrid! - //Alvo de Lugar//

(Gregório mandou o presente a Madrid)

(3) Gregorio le dio sus guantes 'a un pobre! - //Alvo de Possuidor//

(Gregório deu suas luvas a um pobre)

(4) Gregório hizo 'dos tortillas' con los huevos. - //Alvo de Associação//

(Gregório fez dois omeletes com os ovos)

(5) Gregorio esperó 'hasta las diez!. - //Alvo de Tempo//

(Gregório esperou até às dez).

O traço //Ativo// descreve a propriedade dos argumentos envolvidos como instigadores da ação descrita ou implicada pelo verbo. Este traço aparece nos casos Agentivo, Causativo, e Dativo.

Um argumento é especificado pelo traço //Controle// se ele pode iniciar, terminar ou continuar a ação ou situação descrita pelo verbo. Este traço diferencia os argumentos que ocorrem com os sujeitos de verbos estáticos no caso Experimentador e os argumentos que ocorrem com os sujeitos de verbos não-estáticos, no caso Agentivo. Exemplos:

(6) Alicia oía los pasos. - //-Controle//

(Alícia ouvia os passos)

(6') * Su padre le dijo que dejara de oírlos.

(Seu pai lhe disse que deixasse de ouvi-los).

(7) Andrés escuchaba la radio. - //+Controle//

(André escutava o rádio)

(7') Su padre dijo que dejara de escucharla.

(Seu pai lhe disse que deixasse de escutá-la).

//Afetado// é o traço do argumento sobre o qual recai o efeito da ação do verbo. Não pode existir um caso que tenha ao mesmo tempo os traços //Causa// e //Afetado//. Exemplo de traço //Afetado//:

(8) Juan cerró'la ventana!

(João fechou a janela)

Vamos considerar agora os traços dos casos usados para expressar Argumentos Circunstanciais. Tais casos dividem-se em dois grandes grupos: Locativo e Tempo. Cinco traços são suficientes para distinguir os casos incluídos nestes grupos: //Lugar//, //Tempo//, //Fonte//, //Alvo//, //Transição//.

Os traços //Fonte// e //Alvo// já foram comentados. //Lugar// e //Tempo// não exigem maiores explicações. Veremos alguma coisa sobre o traço //Transição//.

O relacionamento de um argumento com o resto da sentença pode requerer que a idéia de movimento ou de mudança de lugar ou tempo seja acrescentada ao sentido da sentença. Tais argumentos têm o traço //Transição//. Exemplos:

- (9) Angel arrastró el saco 'hasta la cueva'. - //+Transição//
(Ângelo arrastou o saco até a cova)
- (10) Consuelo nos llamó 'desde la casa' - //+Transição//
(Consuelo chamou-nos de sua casa)
- (11) Amariel vive allí 'desde enero' - //+Transição//
(Amariel vive ali desde janeiro)
- (12) Asunción trabajó 'tres horas' - //-Transição//
(Assunção trabalhou três horas)

4.1.2. Sintagmas Nominais Procedentes de Sentenças Encaixadas.

Ao aplicar a Gramática Casual ao espanhol McCoy achou necessário aceitar que alguns casos são preenchidos por sintagmas nominais remanescentes de sentenças encaixadas.

Fillmore deixou claro em alguns pontos de sua teoria (1968) que um caso poderia ser preenchido por uma sentença, embora ele só tenha trabalhado com sintagmas nominais em frases simples. Mas, segundo ele, estas sentenças só seriam dominadas pelo caso Objetivo. As sentenças encaixadas propostas por McCoy podem

ser dominadas pelo Instrumental (I), o Causativo (C) e o Propósito (P), como mostram os exemplos:

(13) La niñera durmió al niño'interpretando la Marcha Real con la armónica' I

(A babá fez o menino dormir interpretando a Marcha Real com o acordeon)

(14) La niñera durmió al niño con la Marcha Real

I

(A babá fez o menino dormir com a Marcha Real)

(15) La madre entró en casa porque el niño la llamaba

C

(A mãe entrou em casa porque o menino a chamava)

(16) La madre entró en casa por el niño

C

(A mãe entrou em casa por causa do menino)

(17) La madre entró en casa para darle el biberón al niño P

(A mãe entrou em casa para dar a mamadeira ao menino)

(18) La madre entró en casa por el biberón del niño

P

(A mãe entrou em casa por causa da mamadeira do menino)

(19) La madre entró en casa por el niño

P

(A mãe entrou em casa por causa do menino)

O processo de encaixamento explica a forma pela qual podemos entender certas frases que possuem o caso Instrumental preenchido pelas mais variadas expressões. Por exemplo:

(20) Pedro rompió el vaso con el agua caliente (llenán-
dolo con ella) I

(Pedro quebrou o copo com água quente) (enchendo-
o com ela)

(21) Pedro rompió el vaso llenandolo con el agua calien-
te I

(Pedro quebrou o copo enchendo-o com água quente)

Este processo explica também a ocorrência de preposi-
ções diferentes numa mesma construção instrumental:

(22) María calentó el café con gas

I

(Maria esquentou o café com gás)

(23) María calentó el café en el hornillo de gas

I

(Maria esquentou o café no fogão a gás)

(24) María calentó el café en el gas

I

(Maria esquentou o café no gás)

Na frase (24) o uso da preposição en em vez de con, que é a preposição própria do caso Instrumental, é explicada pelo fato de ser tal sintagma remanescente de uma oração na qual ele ocorria no caso Locativo.

4.1.3. A autora ilustra com exemplos que é desnecessário incluir o caso Comitativo para dar conta de certas frases que contêm a preposição com; os exemplos mostram também que construções recíprocas devem ser incluídas entre as sentenças conjuntas e que algumas construções, antes consideradas

comitativas, são na realidade recíprocas.

4.1.4. A autora propõe que o Dativo proposto por Fillmore em "The Case for Case" (1968), seja distribuído em: Dativo e Experimentador, analisando os verbos sob o aspecto estático x não-estático. Ela procede da seguinte maneira, partindo das frases:

- (25) Lola sabe que es tarde
(Lola sabe que é tarde)
- (26) Marisa conoce la dirección
(Marisa conhece o endereço)
- (27) Juanita desea conocer a Raúl
(Juaninha deseja conhecer Raul)
- (28) Rosa duda si vale la pena
(Rosa duvida se vale a pena)
- (29) Elvira dice que es tarde
(Elvira diz que é tarde)
- (30) Inés visita Sevilla
(Inês visita Sevilha)

Para comprovar se um verbo em inglês é estático ou não empregam-se três procedimentos:

- 1º - o verbo não pode ser substituído por do (fazer);
- 2º - o verbo não pode ocorrer na forma progressiva;
- 3º - o verbo não pode ser usado em frases de comando.

Nos exemplos acima, as frases (29) e (30) aceitaram o primeiro procedimento:

- (31) Lo que hace Elvira es decir que es tarde

(O que faz Elvira é dizer que é tarde)

(32) Lo que hace Inés es visitar Sevilla

(O que faz Inês é visitar Sevilha)

As frases (27), (28), (29) e (30) aceitaram o segundo procedimento:

(33) Juanita está deseando conocer a Raúl

(Joaninha está desejando conhecer Raul)

(34) Rosa esta dudando si vale la pena

(Rosa está duvidando se vale a pena)

(35) Elvira está diciendo que es tarde

(Elvira está dizendo que é tarde)

(36) Inés está visitando Sevilla

(Inês está visitando Sevilha)

Como vemos, dois verbos considerados estáticos aceitaram o segundo procedimento. Quanto ao terceiro procedimento apenas (29) e (30) o aceitaram:

(37) Elvira, di que es tarde!

(Elvira, diz que é tarde!)

(38) Inés, visita Sevilla!

(Inês, visita Sevilha!)

Assim, vimos que dois casos não-ativos são necessários, um para os verbos saber e conhecer, que aceitam sujeitos em casos estáticos, e outro para desejar e duvidar, que será o caso Experimentador.

Para o sintagma "Pedro" em:

(39) Juan le dio el dinero a Pedro

(João deu o dinheiro a Pedro)

a autora propõe o caso Dativo, que é especificado pelos traços // + Ativo, -Controle//. Ele contrasta com o caso Agentivo, que tem os traços //+Ativo, +Controle//. O Experimentador por seu lado é //-Ativo, -Controle//.

Além dos casos Agentivo e Instrumental, propostos por Fillmore para expressar Argumentos Causais, a autora julgou necessário acrescentar um terceiro caso: o Causativo. Este caso expressará a relação existente entre uma sentença e um argumento ligado a ela por um elo causativo, não como seu realizador, mas como seu instigador. Exemplo de Causativo é "por una mujer" na frase:

- (40) El general traicionó a su patria por una mujer
(O general traiu sua pátria por uma mulher)

4.1.5. Princípios para determinação de casos.

McCoy usa quatro princípios para determinar em que caso um certo sintagma nominal pode ser encaixado:

- 1.5.1. Traços casuais, isto é, os traços projetados por um caso no sintagma nominal;
- 1.5.2. Marcadores superficiais, isto é, preposições, construções preposicionais, etc...
- 1.5.3. Dominação do caso, isto é, casos que condicionam a ocorrência de outros casos específicos;
- 1.5.4. Transformações, nas quais um caso específico pode ou não entrar, inclusive as transformações de topicalização que fazem a seleção do sujeito e do objeto.

Destes quatro princípios, o primeiro não tem sido muito usado pelos autores e por isso o comentamos de forma mais detalhada no início deste resumo.

4.1.6. Casos usados na classificação dos verbos.

Na classificação dos verbos do espanhol a autora usa vinte casos, que especificam as relações existentes entre os Argumentos Causais, Afetados e Circunstanciais.

Os Argumentos Causais são divididos em três grandes grupos que se subdividem em vários casos:

- a. Grupo Agentivo: Caso Agentivo
- b. Grupo dos Meios: 1. Caso Instrumental
2. Caso do Material
3. Caso do Conteúdo
- c. Grupo dos Estímulos: 1. Caso Causativo
2. Caso do Propósito

Os Argumentos Afetados não são subdivididos em grupos mas apenas em casos:

- 1. Caso Dativo
- 2. Caso Experimentador
- 3. Caso Objetivo
- 4. Caso Factitivo

Os Argumentos Circunstanciais são divididos em dois grandes grupos: o Locativo e o Temporal, subdivididos em casos:

- a. Grupo Locativo: 1. Caso Locativo de abrangência
2. Caso Locativo - fonte
3. Caso Locativo - alvo

4. Caso Locativo - itinerário
 5. Caso Locativo de extensão
- b. Grupo Temporal:
1. Caso Temporal de abrangência
 2. Caso Temporal - fonte
 3. Caso Temporal - alvo
 4. Caso Temporal de duração
 5. Caso Temporal de extensão

Apresentaremos, a seguir, resumo de algumas características dos casos apresentados pela autora. Evidentemente, não podemos focalizar todas as informações contidas no seu trabalho, e por isso nos prenderemos aos traços e à topicalização próprios de cada caso. Quando falamos em topicalização, estamos considerando a transformação que promove certos argumentos da estrutura profunda a "sujeito" ou "objeto" de frases da estrutura de superfície. Isto porque, estes aspectos se ligam mais de perto ao problema que estamos estudando. Abordaremos os grupos e os casos na ordem apresentada acima, que é a ordem seguida por McCoy.

4.1.6.1. Os Argumentos Causais são percebidos pelos falantes como sendo de alguma forma responsáveis pelo evento descrito pelo verbo.

4.1.6.1.1. O Grupo Agentivo é expresso por um único caso: o Caso Agentivo (A). Este é o caso do argumento que o falante identifica como o instigador imediato de uma ação, o seu realizador. Os seus traços casuais são //+Causa, +Instigador, +Realizador, + Intencional, -Efeito, +Fonte, +Alvo, +Ativo, +Controle, -Afetado...//. Este caso é geralmente selecionado

como sujeito de verbos //+Ativo//. Nunca ocorre como objeto direto numa sentença simples. Mas pode ocorrer, em orações objetivas encaixadas, como sujeito, passando a objeto direto da sentença principal. Por exemplo:

(41) Carlos oyó que su hermana cantaba la Marsellesa

O_s [A O] O_s

(Carlos ouviu que sua irmã cantava a Marselhesa)

(42) Carlos la oyó cantar la Marsellesa

(Carlos a ouviu cantar a Marselhesa)

4.1.6.1.2. O Grupo dos Meios expressa os argumentos por meio dos quais a ação da proposição é realizada pelo Agentivo. Inclui três casos:

a. O Caso Instrumental (I), que expressa os instrumentos usados pelo Agentivo para realizar a ação do verbo e cujos traços são: //+Causa, -Instigador, -Realizador, -Intencional, -Efeito, -Fonte, -Alvo, +Ativo, -Controle, -Afetado,... // . Este caso pode ser selecionado como sujeito da sentença se não houver caso agentivo ou nenhum vestígio dele na estrutura de superfície da sentença; pode também ser selecionado como sujeito do verbo servir; e ser selecionado como objeto direto de verbos como usar e aproveitar.

b. O Caso do Material (M), expressa a substância ou o material com os quais alguma coisa é feita. Seus traços são //+Causa, -Instigador, -Realizador, -Intencional, -Efeito, +Fonte, -Alvo, -Ativo, -Controle, +Afetado, ...//. Este caso pode ser selecionado como objeto direto de verbos de tipo de ter usados em sentenças descritivas, onde os casos Factitivo e Objeti

vo são selecionados como sujeito. Por exemplo:

(43) Esa tela tiene lana y algodón

F M M

(Esta fazenda tem lã e algodão)

Ele é selecionado como objeto direto de verbos como aca
bar, terminar, se a sentença tem uma cláusula objetiva com um
verbo factitivo:

(44) Para construir la estantería, Julio terminó la made
ra. M

(Para construir a estante, Julio terminou a madeira
(esgotou o estoque)]

c. O caso do Conteúdo (Cont), que, como o nome deixa pre
ver, expressa o material ou objetos colocados pelo
Agentivo no recipiente expresso pelo Caso Locativo-Alvo. Seus tra
ços são //+Causa, -Instigador, -Realizador, -Intencional, -Efei
to, -Fonte, -Alvo, -Ativo, -Controle, +Afetado, ...//. O caso do
conteúdo pode ser selecionado como sujeito de verbos do tipo de:
encher, recheiar, inflar, etc, se o Agentivo não estiver expresso
na estrutura de superfície. Ex.:

(45) El aire de la manguera infló el neumático.

Cont

(O ar da mangueira inflou o pneumático)

Ele pode ser selecionado para objeto direto em sentenças
que sofreram a transformação de esgotar:

(46) Hinchando el globo, Andrés agotó el gas.

Cont

(Enchendo o globo, André esgotou o gás)

4.1.6.1.3. O grupo dos Estímulos agrupa os casos expressando argumentos que provocam uma ação ou uma situação, não realizando-a, mas levando alguém a fazer isto. São os casos Causativo e Propósito.

a. O caso Causativo (C) expressa a relação existente entre a proposição e aqueles argumentos que, sem serem seus realizadores, são considerados responsáveis pela sua realização. Pode ser reconhecido pelos seguintes traços: //+Causa, +Instigador, -Realizador, -Intencional, -Efeito, -Fonte, -Alvo, +Ativo, -Controle, -Afetado, ...//. Quanto à Topicalização, o Causativo pode ser selecionado como o sujeito de sentenças que refletem ações delegadas, isto é, não realizadas diretamente pela pessoa interessada no resultado da ação, se não houver Agentivo na estrutura de superfície destas sentenças. E também pode ser selecionado como sujeito do verbo fazer, se este verbo ocorrer como a cláusula principal de uma sentença complexa, com Agentivo na sentença encaixada:

(47) Doña Amparo hizo que la costureira arreglara el ves

(C) tido de Paquita

(Dona Amparo fez com que a costureira arrumasse o vestido de Paquita)

b. O caso do Propósito (P). Como os seres inteligentes podem prever os resultados de uma determinada ação e desejar atingir determinado resultado, este resultado constitui a finalidade da ação, que é expresso pelo caso do Propósito. Seus traços são //+Causa, -Instigador, -Realizador, -Intencional, -Efeito, +Fonte, +Alvo, +Ativo, -Controle, +Afetado ...//.

Quanto à topicalização, podemos considerar o seguinte:

se a sentença com uma cláusula de propósito sofre uma transformação com: tentar, o objeto direto da sentença resultante é o caso do propósito.

(48) Cuando Belisa salió al balcón, buscava ver qué pasaba 'P

(Quando Belisa saiu na sacada, tentava ver o que se passava)

4.1.6.2. Argumentos Afetados são os que sofrem efeito da ação dos casos Causais ou que contêm o estado descrito pelo verbo. As relações existentes entre estes argumentos e o resto da sentença são expressas por quatro casos: Dativo (D), Experimentador (E), Objetivo (O) e o Factitivo (F).

4.1.6.2.1. O caso Dativo (D) expressa os argumentos [+Animado] que cooperam com o Agentivo em sentenças com verbos conversos complementares. Logo, ele nunca ocorre sem um Agentivo, nem como sujeito. Seus traços são //-Causa, -Instigador, -Realizador, -Intencional, -Efeito, +Fonte, +Alvo, +Ativo, -Controle, +Afetado//. Como já foi visto tal caso nunca ocorre como sujeito, o que o distingue do Experimentador, quando ocorre em sentenças com Agentivo como sujeito do verbo.

4.1.6.2.2. O caso Experimentador (E) é o caso dos argumentos que são passivamente afetados por uma ação, ou que sofrem o estado descrito pelo verbo. Pode ser identificado pelos traços: //-Causa, -Instigador, -Realizador, -Intencional, -Efeito, +Fonte, +Alvo, -Ativo, -Controle, +Afetado,... //.

Na topicalização, pode ser selecionado como sujeito por verbos //-Ativo// (estático), como objeto por verbos //+Ativo//. Se não houver caso Objetivo no esquema, o E será objeto direto; caso haja um caso Objetivo, este é o objeto direto enquanto que o E torna-se objeto indireto. Ex.:

(49) El espía asesinó al secretario

E

(O espião assassinou o Secretário)

(50) El espía le dijo la verdad al jefe

A

O

E

(O espião disse a verdade ao chefe)

O caso E pode tornar-se o sujeito da sentença passiva com verbos //+ativo//, se não houver caso Objetivo no esquema:

(51) El secretario fue asesinado por el espía

E

A

(O secretário foi assassinado pelo espião)

É o caso específico do objeto direto dos verbos consolar, assustar, aterrorizar e impressionar.

4.1.6.2.3. O caso Objetivo (O), no trabalho que estamos resumindo, expressa argumentos afetados pela ação do verbo, que não puderam ser enquadrados em nenhum outro caso de argumentos afetados. Assim, muitas vezes é identificado pelo processo de eliminação. Seu esquema de traços é //-Causa, -Instigador, -Realizador, -Intencional, -Efeito, -Alvo, -Fonte, -Controle, +Afetado, ...//. Na topicalização, o caso Objetivo é selecionado para sujeito de verbos descritivos e classificatórios como: consistir, pertencer, compreender, estar +Locativo, ter

+Atributivo. Por exemplo:

(52) La casa pertenece a una señora.

O

(A casa pertence a uma senhora)

Também pode ser sujeito de pesar e medir, quando o único outro caso da sentença expressa medida; e ainda de verbo //+Ativo// se não há Agentivo na estrutura profunda. É o caso preferido para objeto direto de grande parte dos verbos que têm como sujeito o caso Agentivo e Experimentador:

(53) El pirata enterró el cofre

A

O

(O pirata enterrou o cofre)

4.1.6.2.4. O caso Factitivo (F) é o caso dos argumentos que se realizam como resultado da ação descrita pelo verbo. Exemplo de verbos factitivos: construir, fazer, fabricar, produzir, criar, compor, confeccionar. Alguns verbos como sonhar, viver, morrer, chorar têm como objeto direto nomes que são semanticamente relacionados com o verbo; por exemplo: sonhar e sonho, viver e vida, chorar e lágrimas. Fillmore chama tais construções de objetos-cognatos e considera-as resultado de um verbo com um caso Factitivo. No espanhol (e também no português) tais factitivos cognatos são sempre acompanhados de um qualificador e exercem a função de sintagmas adverbiais, que qualificam o verbo da sentença:

(54) El sabio vivía una vida retirada.

(O sábio vivia uma vida retirada)

Eis os traços que identificam um caso Factitivo: //-Causa, -Insti

gador, -Realizador, -Intencional, +Efeito, -Fonte, -Alvo, -Ativo, -Controle, +Afetado,...//. Quando topicalizado, o Factitivo pode ocorrer como sujeito de sentenças passivas:

(55) La mesa fue construída por los niños

F

(A mesa foi construída pelos meninos)

E também ocorre como objeto direto de verbos Factitivos.

4.1.6.3. Argumentos circunstanciais são acrescentados ao núcleo das sentenças para expressar relações de tempo e de lugar, e são divididos pela autora em dois grupos: o Temporal e o Locativo. A autora realça algumas importantes diferenças entre as expressões de tempo e de lugar, e devido a limitada utilidade dos sintagmas temporais na classificação de verbos, ela não os inclui em tal classificação.

Consideremos, portanto, apenas o grupo Locativo que é composto de cinco casos: Locativo de abrangência, (L_{abr}), Locativo-fonte (L_f), Locativo-alvo (L_a), Locativo-itinerário (L_i), e Locativo de extensão (L_e).

4.1.6.3.1. O caso Locativo de abrangência expressa a área total ocupada por um argumento enquanto a ação do verbo é realizada. Ocorre tanto com verbos que expressam movimentos como com outros. Pode ser identificado pelos traços //+Lugar, +Fonte, +Alvo, +Transição, -Extensão,...//. Não pode ser topicalizado.

4.1.6.3.2. O caso Locativo-fonte expressa o lugar onde um argumento estava antes da ação descrita pelo verbo. Eis os traços que o identificam: //+Lugar, +Fonte, -Alvo, +Transição, -Extensão,...//. Pode ser selecionado como objeto direto de deixar e abandonar se não houver caso Objetivo na sentença:

(56) El peregrino abandonó la aldea

L_f

(O peregrino abandonou a aldeia)

4.1.6.3.3. O caso Locativo-alvo expressa o lugar em direção ao qual está voltado o movimento expresso ou implícito no verbo. Seus traços são //+Lugar, -Fonte, +Alvo, +Transição, -Extensão,...//. É o caso selecionado para objeto direto do verbo alcançar, se não houver caso Objetivo na sentença:

(57) La llamas alcanzaron el tercer piso, pero los bombe

ros no lo alcanzaron L_a

L_a
(As chamãs alcançaram o terceiro andar, porém os bombeiros não o alcançaram)

4.1.6.3.4. O Locativo-itinerário expressa o lugar percorrido por um argumento para atingir o ponto descrito pelo Locativo-alvo ou para abandonar o lugar representado pelo Locativo-fonte. Assim o Locativo-itin. só ocorre em esquemas que têm Locativo-fonte ou Locativo-alvo. Pode ser identificado pelos traços //+Lugar, -Fonte, -Alvo, +Transição, -Extensão, ...//. Não pode ser topicalizado.

4.1.6.3.5. O Locativo de extensão expressa a distância existente entre dois lugares representados pelo Locativo-fonte e pelo Locativo-alvo. Por isso, ele ocorre sempre em esquemas de verbos de movimento e é ocupado por expressões de medidas, quilômetros, metros, passos, milhas. Pode ser identificado pelos seguintes traços: //+Lugar, +Fonte, +Alvo, +Transição, +Extensão,...//. Tal caso é selecionado para objeto direto por verbos de movimento como correr, baixar, andar, quando não há caso objetivo na sentença:

(58) Los dos kilómetros, Lorenza los anduvo en una hora

(Os dois quilômetros Lorenza andou-os numa hora)

4.1.7. Convenções Usadas na Elaboração dos Quadros Classificatórios.

As notações que usamos nos quadros classificatórios de cada verbo seguem as usadas por McCoy, na sua classificação dos verbos do espanhol. Para que o leitor possa melhor compreender nos quadros explicaremos as convenções empregadas:

4.1.7.1. O infinitivo do verbo é dado primeiro.

4.1.7.2. O esquema casual do verbo é dado em seguida. Alguns símbolos casuais, geralmente O, I, e C aparecem às vezes subscritos por n, v, S ou S_s (por exemplo: O_v, O_{S_s}); isto quer dizer que o caso é preenchido por um nome (n), por uma sentença com seu verbo na forma infinita (infinitivo ou gerúndio) (v), por uma sentença com seu verbo na forma finita no indicativo (S), ou por uma sentença com seu verbo numa forma finita do sub-

juntivo (S_s). O símbolo C_o significa que o caso ao qual ele está subscrito é um dos casos de um par comutativo.

4.1.7.3. Todos os casos do esquema estão entre colchetes, precedidos de um espaço vazio, o que significa que tais elementos entre colchetes são o ambiente próprio do verbo que encabeça o esquema.

4.1.7.4. Os símbolos casuais aparecem em ordem alfabética no esquema, para facilitar a comparação entre eles. Só é feita exceção na ordem alfabética quando dois ou mais casos do grupo locativo ocorrem no esquema. Neste caso, lista-se primeiro o Locativo-fonte e o Locativo-alvo e depois o Locativo-itinerário e o Locativo de extensão, uma vez que a ocorrência destes últimos depende da presença dos outros dois.

4.1.7.5. Os símbolos casuais entre parênteses são opcionais. Muitas vezes um caso locativo controla a ocorrência de outro caso locativo. Este é chamado de locativo base e aparece sublinhado no esquema.

4.1.7.6. Alguns esquemas casuais aparecem seguidos de casos ligados por parênteses acavalados, como por exemplo: A [I; isto quer dizer que pelo menos um destes casos deve ocorrer na sentença.

4.1.7.7. No item sentido, o sentido do verbo é parafraseado com o fim de deixar bem claras as relações semânticas que ocorrem entre os vários argumentos do evento des-

crito pelo verbo.

4.1.7.8. No item topicalização ocorrem dois símbolos: "ss" para "seleção de sujeito" e "so" para "seleção de objeto (direto)". Quando a seleção se faz em caso de passivização isto é registrado depois do caso com o sinal (+); caso não ocorra em passivização, com o sinal (-). Quando o símbolo "so" ocorre depois dos parênteses indica a ocorrência do objeto direto depois de um sujeito específico.

4.2. Análise dos Dados Obtidos

Selecionamos arbitrariamente 52 verbos do português entre os de maior uso na linguagem corrente. Classificamos tais verbos seguindo os princípios da teoria da gramática dos casos, da forma como foi aplicada por McCoy numa classificação de alguns verbos do espanhol, isto é, com reformulações e acréscimos à teoria proposta por Fillmore. Tais princípios estão expostos no item 4.1. deste capítulo.

A classificação que propomos está integralmente apresentada nos apêndices 1 e 2, mas achamos conveniente fazer algumas observações sobre os dados obtidos. É o que faremos a seguir.

4.2.1. Verbos tradicionalmente marcados pela estrutura NV, denominados intransitivos.

Andar + [- A, (I), (L_f, L_a), (L_i), (L_e)]

Correr	+ [- A, (I), (L _f), (<u>L_a</u>), (L _i), (L _e)]
Nadar	+ [- A, (I), (<u>L_f</u>), (<u>L_a</u>), (L _i), (L _e)]
Entrar	+ [- (A), (I), (<u>L_a</u>), (L _i), (L _e), (O)] ; A I O
Sair	+ [- (A), (I), (<u>L_f</u>), (L _a), (L _i), (L _e), (O)] ; A I O
Sofrer	+ [- (C), E, (F)]
Chorar	+ [- (C), E, (F)]
Morrer	+ [- (C), E, (F)]
Viver	+ [- (C), E, (F), (I)]
Cair	+ [- (<u>L_f</u>), (<u>L_a</u>), (L _i), (E), O _n]
Chegar	+ [- (I), (L _f), (<u>L_a</u>), (L _i), O _n]
Estar	+ [- L _{abr} , O _n]
Ir	+ [- (I), (L _f), <u>L_a</u> , (L _i), (L _e), O _n]
Vir	+ [- (I), (L _f), (<u>L_a</u>), (L _i), (L _e), O _n]
Lutar	+ [- A _{Co} , A _{Co} , (I)]

Ocorrem verbos de várias classes nesta relação: verbos agentivos (andar, correr, nadar, entrar, sair); verbos causativos (sofrer, chorar, morrer, viver); verbos locativos (cair, chegar, estar, ir, vir) e verbos de outros esquemas (lutar). Apenas a classe dos verbos com Experimentador não foi representada, embora ocorra tal caso no esquema dos verbos classificados na classe dos causativos.

Os verbos agrupados nestas classes pertencem a uma mesma área semântica, como é de se prever, uma vez que foram classificados em função dos casos e os casos são funções semânticas que o verbo pode aceitar. O que parece mais interessante é que os ver

bos também apresentem certa homogeneidade quanto à transformação de topicalização, isto é, na transformação de seleção dos casos que serão sujeito ou objeto na estrutura de superfície das frases em que estes verbos podem ocorrer. Para melhor ilustrar o que acabamos de afirmar, rerepresentaremos a topicalização própria destes verbos, já constante no apêndice 2:

Andar: ss: A (-); (so)

ss: L_e (+)

so: L_e

Correr: ss: A (-); (so)

ss: L_e (+)

so: L_e

Nadar: ss: A (-); (so)

ss: L_e (+)

so: L_e

Entrar: ss: A (-)

ss: O (-)

so: L_e

Sair: ss: A (-)

ss: O (-)

so: Ø

Estes verbos são tradicionalmente conhecidos como verbos de movimento. Eles selecionam o Agentivo para sujeito em frases ativas; os três primeiros podem facultativamente ser seguidos de um objeto direto, que será o Locativo de extensão, e que nas frases passivas correspondentes pode funcionar como sujeito.

Se ocorrer o caso Objetivo com os verbos entrar e sair este caso será selecionado para sujeito.

Topicalização dos verbos causativos constantes da relação acima: sofrer, chorar, morrer e viver.

sofrer: ss: E (-); (so)

ss: F (+)

so: C

so: F

Chorar: ss: E (-); (so)

ss: C (+)

so: C

so: F

Morrer: ss: E (-); (so)

so: F

Viver: ss: E (-); (so)

ss: F (+)

so: F

Tais verbos selecionam para sujeito o caso Experimentador, pois realmente expressam situações nas quais o sujeito não pratica a ação, mas é paciente da ação descrita pelo verbo. Podem ocorrer com um objeto direto facultativo, que será preenchido pelos casos Causativo ou Factitivo; estes se tornarão o sujeito de frases passivas. Chamamos a atenção para o verbo morrer, que não aceita ser apassivado:

(1) Eles morreram uma morte heróica.

E

F

(2) *Uma morte heróica foi morrida por eles.

F

E

O objeto direto destes verbos causativos é sempre um caso facultativo. Vejamos alguns exemplos de objetos diretos preenchidos pelo caso Factitivo:

(3) Eles choraram lágrimas amargas.

E F

(4) Eles sofreram dores atrozes.

E F

(5) Eles viveram dias maravilhosos.

E F

Segundo a classificação da gramática tradicional este é um tipo de objeto direto, chamado por alguns autores de objeto direto interno. Este complemento não é considerado pela Nomenclatura Gramatical Brasileira, como já comentamos no capítulo 1, pelo fato de corresponder semanticamente a um advérbio:

(6) Eles choraram amargamente.

(7) Eles sofreram atrozmente.

(8) Eles viveram maravilhosamente.

Isto porque a gramática tradicional define e classifica funções de superfície usando critérios semânticos.

Topicalização dos verbos locativos citados na relação acima:

Cair: ss: 0 (-); (so)

so: L_e

Chegar: ss: 0 (-)

so: Ø

Estar: ss: 0 (-)

so: Ø

Ir: ss: 0 (-)

so: Ø

Vir: ss: 0 (-)

so: Ø

Há grande semelhança entre estes verbos no que diz respeito à topicalização: todos selecionam o caso Objetivo para sujeito, e, salvo cair, não selecionam objeto direto. O objeto facultativo de cair é preenchido pelo caso Locativo de extensão, como no exemplo:

(9) O avião caiu cem metros.

O_n L_e

Pela classificação tradicional este sintagma, que preenche o caso Locativo de extensão, não é considerado objeto, mas adjunto adverbial. Isto explica-se pelo mesmo motivo citado anteriormente, isto é, leva-se em conta, na classificação, não só critérios de forma, mas também de sentido.

4.2.2. Verbos tradicionalmente marcados pela estrutura NVN, denominados transitivos diretos.

Trocar	+ [- A, (D), $O_{n1,Co}$, ($O_{n2,Co}$)]
Construir	+ [- A, F, (I), (M)]
Golpear	+ [- (A), (I), (L_a)] ; A I I
Subir	+ [- (A), (I), (L_f), (L_a), (L_i), (L_e), (O_n)] ; A I O
Beber	+ [- (A), (I), (O_n)] A I O
Abrir	+ [- (A), (I), O_n]
Fechar	+ [- (A), (I), O_n]
Comer	+ [- (A), (I), (O_n)] A I O
Lavar	+ [- (A), (I), (O_n)] A I O

Trabalhar	+ [- (A), (I), (O _n)] ; A I O
Conseguir	+ [- (A), (I), (O _{n-v-S_s})] ; A I O
Terminar	+ [- (A), O _{n-v}]
Assustar	+ [- (C), E]
Divertir	+ [- (C), E]
Odiar	+ [- C, E]
Esquecer	+ [- (E), (O _{n-v-S})]
Esperar	+ [- (E), O _{n-v-S_s}]
Ouvir	+ [- (E), (I), (O _{n-v-S})] ; E I O
Perder	+ [- (E), O _n]
Poder	+ [- E, O _v]
Querer	+ [- E, O _{n-v-S_s}]
Ter	+ [- E, O _n]
Castigar	+ [- A, E, (I _{n-v-S_s})C]
Matar	+ [- (A), (E), (I)] ; A I I

Os verbos da classe dos agentivos constantes desta relação (beber, abrir, fechar, comer, lavar, trabalhar e conseguir) apresentam os mesmos casos em seus esquemas, variando apenas pelo fato de um caso ser obrigatório para um e facultativo para outro e vice-versa. Estes verbos têm sempre em seus esquemas um caso Agentivo, um Instrumental e um Objetivo, sendo que ou o Agentivo ou o Objetivo é obrigatório e os outros são facultativos. Isto explica porque um verbo tido como transitivo pode ser empregado sem complemento. O verbo terminar diferencia-se dos outros verbos agentivos da lista, porque não aceita um Instrumental no seu esque

ma. Observemos quais as transformações de topicalização que estes verbos podem sofrer:

Beber: ss: A (-); (so)
 ss: O (+)
 so: O

Abrir: ss: A (-); (so)
 ss: I (-); (so)
 ss: O (-)
 ss: O (+)
 so: O

Fechar: ss: A (-); (so)
 ss: I (-); (so)
 ss: O (-)
 ss: O (+)
 so: O

Comer: ss: A (-); (so)
 ss: O (+)
 so: O

Lavar: ss: A (-); (so)
 ss: I (-); so
 ss: O (+)
 so: O

Trabalhar: ss: A (-); (so)
 ss: O (+)
 so: O

Conseguir: ss: A (-); so
 ss: I (-); so
 ss: O (+)
 so: O

Terminar: ss: A (-); (so)
 ss: O (-)
 ss: O (+)
 so: O_n

Os verbos abrir e fechar podem selecionar qualquer um dos três casos do esquema para sujeito:

(10) A empregada abriu (fechou) a porta com a chave.

A O I

(11) A chave abriu (fechou) a porta.

I O

(12) A porta abriu (fechou).

O

Por este tipo de transformação, o objeto de uma frase (10) e (11) passa para sujeito de outra (12) sem que a frase seja passivizada. Os verbos que aceitam estes tipos de transformações chamam-se ergativos. O verbo terminar também é um ergativo:

(13) O professor terminou a aula.

A O

(14) A aula terminou.

O

Consideremos os outros verbos agentivos da relação acima. São eles: trocar, conseguir, golpear e subir.

Trocar: ss: A (-); so
 ss: O_{n1} , se O_{n2} também ocorrer (+)
 ss: $O_{n1} + O_{n2}$
 Construir: ss: A (-); so
 ss: F (+)
 so: F

Golpear: ss: A (-); so
 ss: I (-); so
 ss: L_a (+)
 so: L_a
 Subir: ss: A (-); (so)
 ss: I (-)
 ss: O (-); (so) se preenchido por L_n → L_e
 ss: L_e (+)
 so: O
 so: L_e

Nas frases formadas por estes verbos, se ocorrer um caso Agentivo este será selecionado para sujeito; ocorrendo um caso Objetivo es te é geralmente selecionado para objeto em frases ativas e para sujeito em frases passivas. Assim também o Factitivo, o Locativo - alvo e o Locativo de extensão podem ocorrer como sujeito em frases passivas e objeto em frases ativas.

Os verbos assustar, divertir e odiar são da classe dos causativos e apresentam os mesmos casos no esquema, o Causativo e o Experimentador, sendo que para os dois primeiros verbos o Causativo é facultativo e para o último é obrigatório. O Experimentador é obrigatório para os três. Apresentam a seguinte topicalização:

Assustar: ss: C (-); so
 so: E
 ss: E se ocorrer com se
 Divertir: ss: C (-); so
 so: E
 ss: E se ocorrer com se

Odiar: ss: E (-); so
 ss: C (+)
 so: C

O caso Causativo é selecionado comumente para sujeito dos verbos assustar e divertir, para estes verbos o Experimentador pode ser selecionado para sujeito se o verbo ocorrer com o pronome se:

(15) A máscara assustou (divertiu) o menino

C

E

(16) O menino assustou-se (divertiu-se).

E

enquanto que para o verbo odiar, o caso Experimentador é normalmente selecionado para sujeito e o caso Causativo para objeto, podendo ser sujeito na sentença passiva.

Da classe dos verbos com Experimentador, constam os verbos: esquecer, esperar, ouvir, perder, poder, querer e ter. Estes verbos têm em comum os casos Experimentador e Objetivo, sendo que o verbo ouvir tem a mais o caso Instrumental, que é facultativo. Vejamos suas opções de topicalização:

Esquecer: ss: E (-); (so)
 ss: O (+)
 so: O

Esperar: ss: E (-); (so)
 ss: O (+)
 so: O

Ouvir: ss: E (-); so
 ss: O (+)
 so: O

Perder: ss: E (-); so
 ss: O_n (+)

so: O
 ss: O se ocorrer com se
 Poder: ss: E (-): so
 so: O
 Querer: ss: E (-); (so)
 so: O
 Ter: ss: E (-): so
 so: O

Para estes verbos o caso Experimentador tem sempre preferência na seleção do sujeito; o caso Objetivo pode ser selecionado para sujeito em frases passivas com os verbos: esquecer, esperar, ouvir, perder; para os outros três, que não aceitam a passivização, ele só pode ocorrer como objeto.

Os verbos castigar e matar pertencem à classe dos agentivos, mas não foram incluídos entre os agentivos comentados acima, porque apresentam um esquema diferente. Eles têm no seu esquema os casos Agentivo, Experimentador, e Instrumental, sendo que o Agentivo e o Experimentador são obrigatórios para o verbo castigar; já com o verbo matar todos os casos são facultativos, devendo ocorrer o Agentivo ou o Instrumental. Quanto à topicalização, temos:

Castigar: ss: A (-); so
 ss: I (-)
 ss: E (+)
 so: E
 ss: E se ocorrer com se
 Matar: ss: A (-); so
 ss: I (-); so
 ss: E (+)
 so: E
 ss: E se ocorrer com se

Como vemos, apresentam muita semelhança quanto à seleção de sujeito e de objeto: o Agentivo sendo geralmente selecionado para sujeito com objeto obrigatório; o Experimentador selecionado para objeto direto da frase ativa e sujeito da passiva correspondente. A diferença está no fato de matar também selecionar o Instrumental para sujeito e o Experimentador, se o verbo ocorrer com o pronome se.

4.2.3. Verbos tradicionalmente marcados pela estrutura NVN de N ou NVN a N, denominados bitransitivos ou transitivos diretos e indiretos.

Carregar	+ [- (A), (Cont), (I), (L _a)] ; Cont I L _a
Comprar	+ [- (A), (D), (I), O _n] ; A I I
Dar	+ [- A, (D), (I), O _n]
Pagar	+ [- (A), (D), (I), (O _n)] ; A I I
Vender	+ [- A, (D), (I), O _n]
Explicar	+ [- (A), (E), (I), O _{n-S}]
Falar	+ [- A, (E), (I), (O _{n-v-S})]
Ler	+ [- (A), (E), (I), (O _{n-S})] ; A I O
Mostrar	+ [- (A), (E), (I), O _{n-S}]
Perguntar	+ [- (A), (E), (I), O _{n-S}] ; A I O
Oferecer	+ [- (A), (E), (I), O _{n-v-S}]

Os verbos apresentados nesta relação são todos agentivos, e com exceção de carregar apresentam grande semelhança em seus

esquemas. Os verbos: comprar, dar, pagar e vender contêm os casos Agentivo, Dativo, Instrumental e Objeto nos seus esquemas, enquanto que os verbos: explicar, falar, ler, mostrar, perguntar e oferecer contêm os casos Agentivo, Experimental, Instrumental e Objeto. Os primeiros aceitam um Dativo onde os últimos têm um Experimentador. Topicalização destes verbos:

Carregar: ss: A (-); so
 ss: I (-); so
 ss: Cont (-); so
 ss: Cont (+)
 ss: L_a (+)
 so: L_a

Comprar: ss: A (-); so
 ss: I (-); so
 ss: O (+)
 so: O

Dar: ss: A (-); so
 ss: O_n (+)
 so: O_n

Pagar: ss: A (-); (so)
 ss: I (-); so
 ss: I (+)
 ss: O (+)
 so: I
 so: O

Vender: ss: A (-); so
 ss: O (-)
 ss: O (+)
 so: O

Explicar: ss: A (-); so

	ss: 0 (+)
	so: 0
Falar:	ss: A (-); (so)
	so: O _n
Ler:	ss: A (-); (so)
	ss: 0 (+)
	so: 0
Mostrar:	ss: A (-); so
	ss: 0 (+)
	so: 0
Perguntar:	ss: A (-); (so)
	so: 0
Oferecer:	ss: A (-); so
	ss: O _n (+)
	so: 0

Como vemos, a seleção de sujeito e de objeto segue aqui também os mesmos princípios: o caso Agentivo tem preferência para ser selecionado como sujeito; o caso Objetivo é geralmente selecionado para objeto direto, que passa a ser sujeito nas frases apassivadas. Com os verbos comprar e pagar o Instrumental pode ser selecionado para sujeito:

(17) Cinquenta mil cruzeiros compram um carro.

I

O_n

(18) O dinheiro de João pagou este carro.

I

O_n

Na topicalização que apresentamos, apenas transformações de seleção do sujeito e do objeto são consideradas. Mas achamos necessário fazer um comentário sobre a seleção do objeto indireto para os verbos denominados bitransitivos, assim como para os denomina-

(30) Maria falou ao professor do colega

A

E

O

Ocorrendo nestas estruturas, este verbo estará mais adequadamente colocado entre os verbos transitivos indiretos que veremos a se guir.

Este fato demonstra que a classificação tradicional não consegue ser tão clara quanto a que estamos fazendo pela gramática dos Casos: um mesmo verbo, que pela gramática dos casos é classificado pelo mesmo esquema, recebe várias classificações na gramática tradicional. O verbo falar, cujo esquema casual é + [- A, (E), (I), (O_{n-v-s})], pela gramática tradicional pode ser classificado como bitransitivo ou como transitivo indireto, dependendo de aparecer ou não uma preposição antes do primeiro objeto. (vide exemplos (24), (29) e (30)).

4.2.4. Verbos tradicionalmente marcados pela estrutura NV de N ou NV a N, denominados transitivos indiretos

Consideramos apenas dois verbos da nossa lista como pertencendo a tal estrutura. São os verbos mentir e rir. Seus esquemas casuais são:

Mentir + [- A, (E), (I), (O_{v-s})]

Rir + [- A, (C)]

São verbos agentivos e podem ser topicalizados da seguinte forma:

Mentir: ss: A (-)

so: Ø

Rir: ss: A (-)

so: Ø

Ambos selecionam o caso Agentivo para sujeito e não apresentam seleção de objeto direto. Através de exemplos, podemos observar que tais verbos selecionam para objeto indireto de superfície os casos Experimentador ou Causativo:

(31) Na carta João mentiu ao pai

I A E

(32) As crianças riram das piadas

A C

4.3. Comentário Crítico

Apresentamos a classificação de 52 verbos do português aplicando a teoria da Gramática dos Casos proposta por Fillmore e com adaptações de McCoy. Esta apresentação teve o objetivo de demonstrar o quanto este tipo de classificação pode ser claro, coerente e abrangente.

Sabemos que os dois níveis da língua: sua estrutura profunda e sua estrutura de superfície não devem ser confundidos ao fazermos uma análise de algum aspecto da gramática da língua, mas devemos ter em mente que há uma real interdependência entre eles e que eles se completam.

Para que possamos analisar de forma completa uma frase, unidade semântica e estrutural da língua, devemos considerar seus elementos de forma, estrutura e sentido, e saber que transformação pode sofrer.

Acreditamos que a classificação dos verbos que apresentamos, sem pretender que seja definitiva, consegue abranger vários aspectos importantes para a análise das frases de uma língua. Ela considera o verbo em dois níveis:

- no nível profundo, quando apresenta os seus elementos semânticos constitutivos, que são representados pelos casos;
- no nível superficial, quando apresenta quais as funções gramaticais que poderão concorrer com ele na estrutura de superfície, através das transformações de seleção de sujeito e de objeto direto.

Ao contrário da tradição gramatical que não fazia distinção entre nível superficial e profundo, fazendo classificações de aspectos formais com critérios semânticos e também das classificações estruturalistas de modo geral, que se atinham apenas ao nível superficial e formal, esta classificação pela Gramática dos casos aborda distintamente os dois níveis, sem deixar de mostrar o seu inter-relacionamento.

Além disso, os esquemas casuais permitem uma visualização do conteúdo semântico de cada verbo, facilitando a análise individual e também a comparação entre eles pelos seus elementos semânticos constitutivos.

Pela teoria da gramática casual, a noção de "sujeito" e de "objeto direto" proposta pela Gramática Gerativa Transformacional foi reconsiderada. Não há "sujeito" o "objeto direto" profundo. Estas noções são atribuídas a funções de superfície, que são resultado de transformações de seleção de certos "casos". Pela análise apresentada verificamos que certos casos são preferidos

como sujeito ou objeto por determinados verbos. Assim, acreditamos que a transitividade de um verbo seja influenciada diretamente pelos dados componentes da informação lexical deste verbo, que são:

- os tipos de casos inerentes ao sentido do verbo;
- os casos que são facultativos e os obrigatórios, assim como a compatibilidade entre eles;
- os tipos de transformações que sofreram;
- a escolha das preposições para cada caso.

Ao optarmos pela teoria da Gramática dos Casos, não estamos ignorando os méritos que possam ter as gramáticas tradicionais e estruturalistas. As dificuldades encontradas por elas para conseguir uma explicação satisfatória de certos problemas estão muitas vezes no fato de não terem considerado adequadamente os dois níveis da língua.

Quando Macambira (vide p. 15) diz que o objeto direto não é semanticamente definível, está afirmando o que acabamos de verificar, apenas ele não explica o porquê de sua afirmação.

Quando Said Ali afirma que o objeto direto exprime o produto da ação do verbo e o ponto para onde se dirige um sentimento e Lima acrescenta que o objeto direto expressa também o conteúdo de uma ação, encontramos aí uma correspondência com os casos Objetivo, Factitivo, Experimentador e do Conteúdo, quando são selecionados para tal função. O que eles não dizem, gerando por isso definições incompletas, é que tais situações expressas por certos verbos, podem ocupar também outras funções na frase, além da de objeto direto. Ilustraremos com exemplos o que acabamos de afir-

mar:

- (33) João comprou um carro.
A O
- (34) O carro foi comprado.
O
- (35) Os trabalhadores construíram esta ponte.
A F
- (36) Esta ponte foi construída pelos trabalhadores.
F A
- (37) A máscara assustou o menino.
E
- (38) O menino assustou-se.
E
- (39) Os homens carregaram o caminhão com uma grande quantidade de areia.
A L_a
Cont
- (40) Esta quantidade de areia carrega um caminhão.
Cont L_a

Os sintagmas que nas frases (33), (35), (37) e (39) são objetos diretos, passam a ser sujeitos nas frases (34), (36), (38) e (40) e continuam expressando a mesma situação da frase anterior.

Quando Blinkenberg (vide p. 35) afirma que o objeto significa uma "coisa" na acepção mais extensa da palavra, que se encontra numa relação de direção, de aplicação, de incidência, de resultado, com a idéia expressa pelo verbo, peça por definir uma função formal com considerações semânticas. Mas, assim como os gramáticos tradicionais que citamos acima, nada mais está colocando que noções expressas pelos casos, que são em geral selecionados para objeto de superfície:

- relação de direção: caso Locativo-alvo;
- relação de aplicação: caso Objetivo;
- relação de incidência: caso Experimentador;
- relação de resultado: caso Factitivo.

Como afirma este mesmo autor mais adiante (vide p.38) o objeto direto apresenta relações de complementação do verbo muito gerais e vagas. Sendo tão "gerais e vagas", tais relações semânticas serão imprescindíveis para a determinação da função de objeto ?

A Gramática Casual afirma que não. A definição de objeto, assim como a de sujeito, deve ser feita em nível de estrutura superficial, e portanto, por critérios formais.

Tal afirmação nos leva a reconsiderar algumas observações de Lagane (1969, p. 58-62):

"Se pedirmos a um público de cultura média ou elevada para classificar por categorias morfológicas ou sintáticas os elementos mais simples de tal ou tal frase de tipo corrente, é possível que grande parte das respostas seja concordante (p. 58)".

apesar da inadequação das definições dos elementos e sua classificação nos enunciados. Isto pode significar que

"tratam-se de noções talvez imprecisas, mas que se impõem como dados imediatos da consciência linguística. Que esta identificação se faça a despeito das definições frequentemente inadequadas, significa que os verdadeiros critérios operadores não são os das definições e funcionam inconscientemente (p. 62)".

Acreditamos como ele, que há critérios que funcionam inconscientemente na identificação dos elementos sintáticos de uma frase. Estes critérios têm como base noções universais como: a do indivíduo que realiza determinada ação, a do objeto resultante de

tal ação, a causa que levou tal ação a ser realizada. Estas noções são representadas na Gramática Casual pelos casos e não se prendem a uma só função sintática. São critérios formais que nos dirão que função tal noção está exercendo na estrutura superficial de determinada frase. O que deve ser considerado e que confirma a proposição de Lagane é que certas noções, representadas por casos, tem preferência na seleção do sujeito ou do objeto de superfície. Assim, se na sua estrutura de superfície ocorrer um sintagma que preencha o caso Agentivo, este será selecionado para sujeito em frases ativas; se ocorrer um sintagma que preencha o caso Objetivo, este terá preferência sobre os outros casos na seleção de objeto direto de frases ativas e do sujeito de frases passivas; o Dativo e o Experimentador têm geralmente preferência na seleção do objeto indireto na estrutura de superfície.

O papel desempenhado pela preposição é muito importante para o assunto aqui tratado. Segundo a Gramática Casual, os casos podem ser representados na superfície de muitas formas, dependendo da língua. No português, eles são representados pelas preposições, que podem ou não ocorrer na superfície. De acordo com esta teoria, a preposição está num nível intermediário entre a estrutura profunda e a superficial. Considerando que os casos selecionam determinadas preposições e sendo tais casos parte da constituição semântica dos verbos, isto vem confirmar o que propusemos no capítulo 2 (vide p.69), isto é, que em muitos casos a preposição deve ser considerada como parte do sentido do verbo.

Este problema também fora abordado por Guillaume (vide p. 47). Ele considera o emprego da preposição como exigido pela suspensão do mecanismo de incidência do verbo e exemplifica com verbos do inglês. A distinção entre verbos de língua e verbos de

discurso proposta por Guillaume (vide p. 53), corresponde, a grosso modo, à distinção de verbos de estrutura profunda e verbos de estrutura de superfície. É num período de transição, ainda não de terminado, quando um verbo de língua passa a verbo de discurso, que surge a necessidade da preposição. Assim considerando, a preposição de Guillaume estaria muito próxima da preposição da Gramática Casual.

Alguns gramáticos tradicionais também tiveram esta percepção, mas talvez sem dados suficientes para expressá-la satisfatoriamente. Rocha Lima foi um deles, quando considerou que certos complementos, mesmo precedidos de preposição, não podem ser considerados objetos indiretos, porque muito mais se assemelham a objetos diretos; chamou-os de "complementos relativos" (vide p.17).

Finalizamos concluindo que as funções de estrutura de superfície devem ser consideradas formalmente e distintamente dos componentes da estrutura profunda, mas uma coisa e outra estão relacionadas e ambas devem ser consideradas na análise de uma língua.

C O N C L U S Ã O

Estudadas as várias abordagens concluímos que:

1. A gramática tradicional não apresenta explicações satisfatórias para muitos aspectos do problema que estamos estudando, entre eles:
 - 1.1. os complementos chamados de "objetos diretos internos";
 - 1.2. os critérios usados para a classificação dos complementos verbais: objeto direto e indireto, têm como base principal os aspectos semânticos e mostram-se falhos para os casos mais comuns;
 - 1.3. os verbos que aparecem seguidos de preposição, mas não se encaixam nos critérios apresentados para os objetos indiretos;
 - 1.4. os verbos que aparecem seguidos de complementos não precedidos de preposição, mas que semanticamente assemelham-se aos adjuntos adverbiais, sendo porém termos integrantes e não acessórios, do sentido do verbo.
2. A abordagem estruturalista consegue explicar ou, pelo menos, analisar mais coerentemente alguns pontos não resolvidos pela abordagem tradicional:
 - 2.1. o problema dos complementos precedidos de preposição, que não se encaixam nas definições próprias para o objeto indireto e mais se assemelham a objetos diretos. Ela procura resolver o problema, conside -

rando que a preposição faz parte do verbo e não do complemento;

2.2. a distinção entre objeto direto e indireto é feita usando-se sobretudo critérios formais, o que funciona melhor;

2.3. a distinção entre objeto indireto e outros termos da oração que ocorrem também precedidos de preposição é feita preferentemente por critérios formais, que, nestes casos, se mostram mais eficazes que os critérios semânticos.

3. A graduação, que é proposta por vários autores estruturalistas, na coesão do verbo com seus complementos, mostra o quanto é vaga a delimitação semântica de tais complementos e o quanto podem ser falhos os critérios usados na determinação de suas fronteiras.

4. A maior fonte de dificuldade encontrada pelos autores tradicionais e estruturalistas está no fato de que tais abordagens se prendem apenas à estrutura superficial da linguagem.

5. Pela gramática casual, as funções como "sujeito" e "objeto" devem ser definidas por critérios formais e não por critérios semânticos, porque são funções próprias da estrutura de superfície.

6. Ao identificarmos os elementos sintáticos de uma frase, também usamos critérios semânticos mas eles são inconscientes. Estes critérios têm suas bases em noções universais como: o realizador da ação, o objeto resultante da

ação, o motivo que levou uma ação a ser realizada. Tais noções são representadas pelos casos, na Gramática Casual, e algumas delas têm realmente preferência sobre as outras na seleção de sujeito ou de objeto de superfície.

7. Sendo certos casos preferidos para serem promovidos a sujeito ou objeto de determinado verbo, a transitividade do verbo é influenciada pelos componentes da informação lexical deste verbo:
 - os tipos de casos inerentes ao sentido do verbo;
 - os casos que são facultativos e os que são obrigatórios;
 - tipos de transformações que os casos sofreram;
 - a escolha das preposições para cada caso.

8. A preposição desempenha importante papel na transitividade verbal. No português, os casos são representados por preposições, que podem ou não ocorrer na superfície. Tal posicionamento explica o problema dos "complementos relativos", como são chamados por Rocha Lima; nestes complementos a preposição não estaria ligada ao complemento faria parte do sentido do verbo, e por isso estes complementos não se encaixam entre os objetos indiretos.

9. A abordagem proposta por Fillmore demonstrou ser mais clara, coerente e abrangente que as apresentadas anteriormente. Mais clara, porque faz distinção entre os dois níveis de língua: o profundo e o superficial, apresentando características dos verbos nestes dois níveis, mas sem deixar de evidenciar sua interdependência. Os esquemas casuais visualizam o sentido de cada verbo, assim como

a topicalização esquematiza as funções sintáticas que os casos podem preencher na estrutura de superfície. Mais coerente, porque utiliza critérios adequados na determinação de suas noções: critérios semânticos são empregados no nível profundo e critérios formais no nível superficial. Mais abrangente, porque pode ser aplicada a verbos de qualquer língua, não só aos do português. Isto se explica porque suas noções semânticas básicas, os casos, são noções de validade universal.

SUGESTÕES

Acreditamos que, por sua clareza e coerência, a classificação, que elaboramos, baseada nos conceitos básicos da gramática casual, tem amplas aplicações para estudos lingüísticos, não só do português, como de línguas estrangeiras. Fazemos, por isso, algumas sugestões de possíveis aplicações que nosso trabalho possa ter.

1. Sugestões de Caráter Pedagógico:

Uma vez compreendida a noção de caso, como elemento semântico de validade universal, que faz parte da constituição do verbo, e os demais princípios básicos da teoria da gramática casual, maior facilidade terá o falante em compreender e analisar certas funções gramaticais de superfície como: "sujeito" e "objeto" de um verbo.

Sugerimos que a classificação apresentada seja ponto de partida de exercícios para aulas de língua, seja de português ou de línguas estrangeiras. Os exercícios que seguem podem ser modificados e adequados ao nível e ao interesse dos alunos.

Exercício I

Dado um verbo e seu esquema casual, os alunos deverão exemplificar, através de frases, algumas realizações possíveis dos casos na estrutura superficial. Exemplo:

CARREGAR + \mathbb{L} - (A), (Cont), (I), (L_a) \mathbb{I} ; Cont \mathbb{I} L_a

Prep: por

d. O estrangeiro era o preferido das famílias.

Prep: de

E

Exercício III

Dado um caso, seus traços e características, os alunos deverão fazer um levantamento das funções sintáticas que tal caso pode exercer na estrutura de superfície. Exemplo:

Caso Agentivo

Traços: //+Causa, +Instigador, +Realizador, +Intencional, -Efeito, +Fonte, +Alvo, +Ativo, +Controle, -Afectado...//

Características: é o caso do argumento que o falante identifica como o instigador imediato de uma ação, o seu realizador.

a. A professora leu um conto aos alunos.

A

"A professora": sujeito do verbo "leu"

b. Os alunos ouviram-na ler o conto

A

"a": objeto direto do verbo "ouviram".

c. O conto foi lido pela professora.

A

"pela professora": agente da passiva de "foi lido"

O professor terá como objetivo para a realização de tais exercícios: a compreensão mais aprofundada dos aspectos formal e semântico das frases da língua; o desenvolvimento de uma maior percepção de fatos lingüísticos como: o emprego de preposições, o reconhecimento das funções sintáticas, a estruturação do mesmo

pensamento em frases diferentes, a interpretação de textos.

2. Sugestões de trabalhos afins

Acreditamos que este trabalho pode ser um ponto de partida para outros trabalhos:

- 2.1. uma classificação mais completa, incluindo maior número de verbos;
- 2.2. a classificação de um mesmo verbo com os vários sentidos que ele possa ter, uma vez que neste trabalho foi considerado apenas um sentido de cada verbo;
- 2.3. uma análise comparativa. Partindo da classificação apresentada, classificar os verbos de uma outra língua que tenham sentidos correspondentes e compará-los. Esta comparação pode ser feita sob vários aspectos: o esquema casual, a topicalização, a escolha das preposições para cada caso, etc...

Não pretendemos que nossa classificação seja definitiva. Ela está sujeita a críticas e com certeza ainda pode ser aperfeiçoada em muitos aspectos. É possível que outras classificações venham a ser propostas. Dentre as que conhecemos, optamos por esta como a que se mostrou mais clara, coerente e abrangente.

Estamos conscientes de que atingimos o objetivo proposto no início deste trabalho, isto é, dar uma contribuição ao estudo do problema da transitividade dos verbos. Esta contribuição foi dada com a opção da abordagem mais satisfatória e a sua aplicação a dados do português, para justificar e validar tal opção.

A P Ê N D I C E 11.1. VERBOS AGENTIVOS

ABRIR

ANDAR

BEBER

CARREGAR

COMER

COMPRAR

CONSEGUIR

CONSTRUIR

CORRER

DAR

ENTRAR

EXPLICAR

FALAR

FECHAR

GOLPEAR

LAVAR

LER

MENTIR

MOSTRAR

NADAR

OFERECER

PAGAR

PERGUNTAR

SAIR

SUBIR

TERMINAR

TRABALHAR

TROCAR

VENDER

1.2. VERBOS CAUSATIVOS

ASSUSTAR

CHORAR

DIVERTIR

MORRER

ODIAR

SOFRER

VIVER

1.3. VERBOS COM EXPERIMENTADOR

ESPERAR

ESQUECER

OUVIR

PERDER

PODER

QUERER

TER

1.4. VERBOS LOCATIVOS

CAIR

CHEGAR

ESTAR

IR

VIR

1.5. OUTROS ESQUEMAS**CASTIGAR****LUTAR****MATAR****RIR**

A P Ê N D I C E 2

Neste apêndice apresentaremos os verbos analisados se gundo os conceitos expostos no cap. 4.1. Eles serão apresentados em classes. Estas classes são estipuladas em função do primeiro caso que ocorre no esquema casual do verbo, sendo que os casos são colocados no esquema em ordem alfabética. Assim, temos clas ses de: verbos agentivos, verbos causativos, verbos com experimentador, verbos locativos e outros esquemas que não se encaixam nas classes acima. Os verbos serão colocados em ordem alfabética, se gundo seu infinitivo. Consideraremos fora dos quadros e de forma generalizada, as preposições que ocorrem mais freqüentemente:

Agentivo: por

Instrumental: com, por

Material: de, com

Conteúdo: de

Causativo: de

Dativo: de, para

Objetivo: de, por

Factitivo: Ø

Locativo de abrangência: em

Locativo - fonte: de, desde

Locativo - alvo : a, até, para

Locativo - itinerário: por, em

Locativo de extensão: Ø

OBS: O caso do Propósito não aparece nos esquemas dos verbos da pesquisa.

so: L_a ex. 6: (idem ex. 1)

COMER

Esquema: + [- (A), (I), (O_n)] ; A I O

Sentido: ingerir alimentos sólidos.

Topicalização:

ss: A (-); (so) ex. 1: A criança come com os dedos.
A I

ss: O (+) ex. 2: Todas as maçãs foram comidas pelas crian
O A
ças.

so: O ex. 3: Aquela mulher come rãs assadas.
A O

COMPRAR

Esquema: + [- (A), (D), (I), O_n] ; A I I

Sentido: adquirir algo com dinheiro.

Topicalização:

ss: A (-); so ex. 1: João comprou um carro.
A O_n

ss: I (-); so ex. 2: Cinquenta mil cruzeiros compram um carro.
I O_n

ss: O (+) ex. 3: O carro foi comprado por cinquenta mil
 O_n I
cruzeiros.

so: O ex. 4: (idem exs. 1 e 2)

PERGUNTAR

Esquema: + [- (A), (E), (I), (O_{n-s})] ; A I O

Sentido: expressar o desejo de ter uma certa informação.

Topicalização:

ss: A (-); (so) ex. 1: Os alunos perguntaram a resposta ao professor.
 A O_n E

so: O ex. 2: (idem ex. 1)

SAIR

Esquema: + [- (A), (I), (L_f), (L_a), (L_i), (L_e), (O_n)] ; A I O

Sentido: passar de dentro para fora.

Topicalização:

ss: A (-) ex. 1: João saiu do jardim com seu carro.
 A L_f I

ss: O (-) ex. 2: O fio saiu do orifício da agulha.
 O_n L_f

so: Ø

SUBIR

Esquema: + [- (A), (I), (L_f), (L_a), (L_i), (L_e), (O_n)] ; A I O

Sentido: fazer alguém ou alguma coisa alcançar um local mais alto,

Topicalização:

ss: A (-); (so) ex. 1: O recepcionista subiu as malas para o quarto pelo elevador.
 A O_n L_a I

PODEREsquema: + [- (E), O_n]

Sentido: ser capaz de fazer alguma coisa.

Topicalização:

ss: E (-); so ex. 1: A tartaruga pode viver cem anos.
E O_n

so: O ex. 2: (idem ex. 1)

QUEREREsquema: + [- E, O_{n-v-S_s}]

Sentido: desejar algo.

Topicalização:

ss: E (-); so ex. 1: Nós queremos que tudo corra bem.
E O_{S_s}

so: O ex. 2: (idem ex.1)

TEREsquema: + [- E, O_n]

Sentido: possuir algo.

Topicalização:

ss: E (-); so ex. 1: Eles têm muitos animais.
E O_n

so: O ex. 2: (idem ex. 1)

so: \emptyset IREsquema: + [- (I), (L_f), L_a, (L_i), (L_e), O_n]

Sentido: deslocar-se de seu lugar para outro lugar.

Topicalização:

ss: O (-) ex. 1: Este ônibus vai ao centro.

O _n	L _a
----------------	----------------

so: \emptyset VIREsquema: + [- (I), (L_f), (L_a), (L_i), (L_e), O_n]

Sentido: transportar-se de um lugar para outro mais próximo do falante.

Topicalização:

ss: O (-) ex. 1: O presidente veio da Europa de avião.

O _n	L _f	I
----------------	----------------	---

so: \emptyset Ap. 2.5 - OUTROS ESQUEMASCASTIGAREsquema: + [- (A), E, (I_{n-v-S}), (C)]

Sentido: infligir castigo a alguém.

Topicalização:

so: E ex. 4: (idem exs. 1 e 2)

ss: E(-) se ocorrer ex. 5: As baratas mataram-se.
com se E

RIR

Esquema: + [- A, (C)]

Sentido: manifestar por expressões faciais que alguém ou algo é engraçado.

Topicalização:

ss: A (-) ex. 1: Todos riram muito das brincadeiras do
A C

so: Ø avô

B I B L I O G R A F I A

- ANDERSON, John M. *La grammaire casuelle*. Langages. Paris, 38: 18 - 64, juin, 1975.
- AZEVEDO FILHO, Leodegário A. de. 'Para uma gramática estrutural da língua portuguesa. Rio de Janeiro. Edições Gernasa, 1971.
- BACH, Emmon. *A Linguística Estrutural e a Filosofia da Ciência*. In: Novas Perspectivas Lingüísticas. 2.ed. Petrópolis, Editora Vozes Limitada, 11-27, 1971.
- BARBARA, Leila. Sintaxe transformacional do modo verbal. São Paulo, Ática, 1975.
- BECHARA, Evanildo. Moderna Gramática Portuguesa. 19.ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1973.
- BERNARD, Georges. *Les locutions verbales françaises*. La Linguistique-revue internationale de linguistique générale. Paris, 10 (2): 5-17, 1974.
- BISOL, Leda. Predicados complexos do português - uma análise transformacional. Porto Alegre, Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1975.
- BLINKENBERG, Andreas. Le problème de la transitivité en français moderne-essai syntactico-sémantique. København, Ejnar Munksgaard Publishers, 1960.
- BONNARD, H. *Guillaume il y a vingt ans*. Langue Française. Paris, 1 : 58-62, fév., 1969.
- _____. De la linguistique à la grammaire. Paris, SUDEL, 1974.
- BONNARD, H. & ROUAULT, M. Livre Unique de grammaire et d'Exercices français. Paris, SUDEL, 1952.
- CÂMARA, Jr., J. Mattoso. Dicionário de Filologia e Gramática. 2. ed. ref. São Paulo, J. OZON + EDITOR, 1964.
- _____. Estrutura da língua portuguesa. Petrópolis, Editora Vozes Ltda, 1970.
- _____. Dispersos. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1972.

- CÂMARA, Jr., J. Mattoso. Princípios de lingüística geral. 4. ed. Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1974.
- CHEDIAK, Antônio José. (Org.). A elaboração da Nomenclatura Gramatical Brasileira. MEC, Diretoria do Ensino Secundário, 1960.
- CHOCIAI, Lauro. Complementos Oracionais em Português - tese submetida à UFSC para obtenção de grau de mestre em Letras, 1977.
- CHOMSKY, Noam. Aspects de la théorie syntaxique. Paris, Éditions du Seuil, 1971.
- CUNHA, Celso Ferreira da. Gramática do português contemporâneo. 2. ed., Belo Horizonte, Editora Bernardo Álvares, 1971.
- _____. Gramática da língua portuguesa. 2. ed., Rio de Janeiro, FENAME, Ministério da Educação e Cultura, 1975.
- DUBOIS-CHARLIER, Françoise. *Avant-propos: les premiers articles de Fillmore*. Langages. Paris, 38: 3-17, juin, 1975.
- DUBOIS, Jean. Grammaire structurale du français: le verbe. Paris, Librairie Larousse, 1967.
- _____. Grammaire structurale du français: la phrase et les transformations. Paris, Librairie Larousse, 1969.
- _____. *Grammaire distributionnelle*. Langue Française. Paris, 1:41-8, fév., 1969.
- _____. *Grammaire générative et transformationnelle*. Langue Française. Paris, 1: 49-57, fév. 1969.
- DUBOIS, Jean. & DUBOIS-CHARLIER, Françoise. Éléments de linguistique française: syntaxe. Paris, Librairie Larousse, 1970.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. 1. ed.. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1975.
- FILLMORE, Charles J. *Subjects speakers and roles*. Working Papers in Linguistics, Ohio, Report 4: 31-63, 1970.
- _____. *Quelques problèmes posés à la grammaire casuelle*. Langages. Paris, 38: 65-80, juin, 1975.
- _____. *Em favor do caso*. In: Lúcia Maria Pinheiro Lobato (org.) A Semântica na Lingüística Moderna - O Léxico. Rio de Janeiro,

- Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1977.
- FURLANETTO, Maria Marta. La morphosyntaxe du portugais brésilien - les catégories grammaticales. Thèse pour le doctorat de 3^e cycle, Université de Paris VIII, Vincennes, 1976.
- GAIFFE et alii. Grammaire Larousse du XX^e siècle. Paris, Librairie Larousse, 1936.
- GOUEMAND, Yvonne Bradesco. Étude comparative des prépositions en portugais. Rio de Janeiro, Grifo Edições, 1969.
- GOUGENHEIM, Georges. Système Grammatical de la langue française. Paris, Editions D'Artrey, 1969.
- GROSS, Maurice. Grammaire transformationnelle du français: syntaxe du verbe. Paris, Librairie Larousse, 1968.
- _____. Remarques sur la notion d'object direct en français. Langue Française. Paris, Librairie Larousse, 1: 63-73, fév., 1969.
- GUILLAUME, Gustave. Leçons de linguistique de Gustave Guillaume. Publicadas por Roch Valin, 1948 - 1949, série B. Québec, Les Presses de l'Université Laval, 1971.
- GUIRAUD, Pierre. La syntaxe du français. Paris, Presses Universitaires de France, 1974.
- HALLIDAY, M.A.K. *Estrutura e função da linguagem*. In: John Lyons (org.) Novos Horizontes em Linguística. São Paulo, Cultrix, 1976, p. 134-60.
- HEGENBERG, Leônidas. Explicações Científicas - Introdução à Filosofia da Ciência. 2. ed.. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1973.
- KATO, Mary Aizawa. *Transitividade verbal e decomposição lexical*. Revista Brasileira de Linguística. Petrópolis, 3 (1): 3-21, 1976.
- KURY, A. et alii. Gramática objetiva da língua portuguesa - sintaxe. Rio de Janeiro, Editora Rio, 1976.
- LAGANE, R. *Les verbes symétriques: économie morpho-syntaxique et différenciation sémantique*. Cahiers de Lexicologie. Paris, 10, (1) : 21-30, 1957.

- LAGANE, R.. Problèmes de définition. Le sujet. Langue Française. Paris, 1: 58-62, fév., 1969.
- LE GOFFIC, Pierre & McBRIDE, NoCole Combe. Les constructions fondamentales du français. Paris, Librairie Hachette et Larousse, 1975.
- LESSA, Luis Carlos. O modernismo brasileiro e a língua portuguesa. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1966.
- LIMA, Carlos H. da Rocha. Gramática Normativa da Língua Portuguesa. 16.ed. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio, 1973.
- LUFT, Celso Pedro. Gramática Resumida. Porto Alegre, Editora Globo, 1963.
- _____. Moderna Gramática Brasileira. Porto Alegre, Editora Globo, 1976.
- LYONS, John. Linguistique générale. Paris, Librairie Larousse, 1970.
- MACAMBIRA, José Rebouças. A estrutura morfo-sintática do português: aplicação do estruturalismo linguístico. 2. ed.. São Paulo, Pioneira, 1974.
- MANTCHEV, Krassimir. *La hiérarchie sémantique des verbes français contemporains.* Cahiers de Lexicologie. Paris, Didier-Larousse, 10 (1): 31-46, 1967.
- MCCOY, Ana Maria Bartrina Campos. A case grammar classification of spanish verbs. [s.n.t.]
- MELO, Gladstone Chaves de. Gramática fundamental da língua portuguesa. Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1970.
- NIEGER, Monique. *La notion de cas dans la théorie de Fillmore.* In: Problèmes de Sémantique. Québec, Les Presses de l'Université du Québec, 39-49, 1973.
- NIQUE, Christian. Initiation méthodique à la grammaire générative. Paris, Librairie Armand Colin, 1974.
- ORLANDI, Eni. *O verbo e a voz: uma forma de análise.* In: Estudos Linguísticos. Uberaba, Publicação do Instituto de Letras das Faculdades Integradas Santo Tomás de Aquino, 37-54, 1976.
- PAZINI, Maria Céli Beraldo. O adjetivo, um problema sintático.

Florianópolis, UFSC, 1978.

PEREIRA, Francisco das Chagas. Em torno dos verbos de mudança de estado - tese submetida à UFSC para obtenção de grau de mestre em Letras, 1977.

POLITZER, Robert L.. *Revision of Blinkenberg: Le problême de la transitivité en français moderne.* Language. New York, 37: 287-9, 1961.

PONTES, Eunice. Verbos auxiliares em português. Petrópolis, Editora Vozes Ltda., 1973.

_____. Estrutura do verbo no português coloquial. 2. ed.. Petrópolis, Editora Vozes Ltda., 1973.

POTTIER, Bernard. Introduction à l'étude des structures grammaticales fondamentales. 5. ed.. Nancy, Publications Linguistiques de la Faculté des Lettres et des Sciences Humaines de Nancy, 1969.

_____. Linguistique générale - théorie et description. Paris, Editions Klincksieck, 1974.

POTTIER, Bernard et alii. Estruturas lingüísticas do português. São Paulo, DIFEL, 1975.

RUWET, Nicolas. Introduction à la grammaire générative. Paris, Librairie Plon, 1967.

SAID ALI, Manuel de. Gramática secundária e gramática histórica da língua portuguesa. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1964.

SAUVAGEOT, Aurélien. Analyse du français parlé. Paris, Hachette, 1972.

SOUZA, Isolde de. O sintagma preposicional na função de adjunto adnominal ou complemento nominal. Tese submetida à UFSC para a obtenção de mestre em Letras, 1975.

SOUZA E SILVA, Maria Cecília Perez. As orações relativas introduzidas pelo pronome que. [s.n.t.]

STAROSTA, Stanley. *Les visages du cas.* Langages. Paris, 38: 104-28, 1975.

STOCKWELL, Robert et alii. The grammatical structures of english and spanish Chicago, The University of Chicago Press, 1965.